ATA 1991ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

Aos dois dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às nove horas, realizou-se a milésima noningentésima nonagésima primeira reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 28 (vinte e oito) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e suplentes, a seguir indicadas/os: Andrea Mataresi, Aristeu Bertelli da Silva, Camila Teodoro Godinho, Clarice Pimentel Paulon, Evelyn Sayeg, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Luciana Stoppa dos Santos, Maria das Graças Mazarin de Araújo, Maria Rozineti Gonçalves, Monalisa Muniz Nascimento, Regiane Aparecida Piva, Reginaldo Branco da Silva, Rodrigo Toledo, Suely Castaldi Ortiz da Silva, Vinicius Cesca de Lima, Beatriz Borges Brambilla, Beatriz Marques de Mattos, Bruna Lavinas Jardim Falleiros, Ed Otsuka, Edgar Rodrigues, Ivana do Carmo Souza, Ivani Francisco de Oliveira, Magna Barboza Damasceno, Márcio Magalhães da Silva, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Mary Ueta, Maurício Marinho Iwai e Rodrigo Fernando Presotto de acordo com a lista de presença anexa, onde constam os registros de horários de ingresso e saída do quórum das/os conselheiras/os, conforme decisão da 1973ª Plenária Ordinária, de 13 de maio de 2017. Estiveram presentes também, na condição de convidadas/os, as/os diretoras/es do CFP (Conselho Federal de Psicologia): Rogério Giannini (presidente), Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (vice-presidenta), Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (secretário) e Norma Celiane Cosmo (tesoureira). **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – *1.1) Ausência* -** Foi registrada a ausência, não justificada, da conselheira Larissa Gomes Ornelas Pedott. ***1.2) Retorno da Licença Maternidade –*** Registra-se o retorno da conselheira Camila Teodoro Godinho que estava afastada devido à licença maternidade, conforme deliberação da 1959ª Plenária Ordinária, de 18 de fevereiro de 2017. **II) APRECIAÇÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA** – O Plenário tomou conhecimento da relação de psicólogas/os para aprovação do título de especialista. **Encaminhamento:** Na modalidade Residência Multiprofissional deferiu-se 03 (três) na área de Saúde. Na modalidade Cursos Credenciados deferiu-se 06 (seis) na área de Psicologia do Trânsito, 01 (um) em Psicologia do Esporte, 09 (nove) em Psicologia Clínica e 04 (quatro) em Neuropsicologia. Na modalidade Cursos Instituição de Ensino Superior deferiu-se 08 (oito) na área de Psicologia Trânsito, 01 (um) na área Jurídica, 03 (três)

em Psicologia Clínica, 01 (um) em Psicologia Hospitalar, 03 (três) em Neuropsicologia e 01 (um) na área de Saúde. Sendo assim, o total geral de títulos de especialistas ratificados representa 40 (quarenta), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **III) CREDENCIAMENTO DE SITES -** Foram analisados 10 (dez) processos**. Encaminhamento:** O plenário concedeu parecer favorável a 9 (nove) pedidos com protocolos: 106705871 (06/84989), 306506831 (06/65662), 106243425 (06/65566), 206643265 (06/34933), 506602687 (06/56212), 806742877 (06/5404), 806342673 (06/46537), 406516227 (06/30702) e 106642701 (06/75946). E apresentou parecer de Cancelamento ao protocolo 606513914 (06/90734), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **IV) VISITA INSTITUCIONAL DA DIRETORIA DO CFP AO CRP SP** – O conselheiro presidente Aristeu Bertelli da Silva introduz o ponto a respeito da visita institucional da diretoria do Conselho Federal de Psicologia ao Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, motivada de processo de mediação por parte deste Plenário, o que foi prontamente acolhido pelos colegas, comunicado, dialogado e conversado. Assim, com muita alegria são recepcionados os colegas do Federal. ***4.1) Apresentação da diretoria do CFP*** – o presidente do CFP, **Rogério Giannini**, cumprimenta a todas/os e anuncia que se sentiria mais feliz se estivessem no Dia da Psicóloga, falando sobre os avanços da Psicologia. Não é o melhor momento para estar aqui, mas cumprem o dever institucional, basicamente. Afirma que a diretoria do Conselho Federal de Psicologia entende que o processo de mediação na verdade deveria ter sido um processo mais cadenciado. Contudo, as circunstâncias não foram favoráveis e neste momento estamos (todas/os) assim, com um processo mais crítico. Fala, em nome da diretoria do CFP, com tranquilidade, que entendem a circunstância e circunspecção do momento. Tratarão de observar, tratar e falar com suavidade e leveza, por estarem entre psicólogas e psicólogos, sendo, portanto, da mesma categoria, do mesmo grupo político e da mesma cepa. E, neste momento, é preciso toda a delicadeza e urbanidade possível para que a gravidade das questões possa aparecer, mas que alguma doçura na língua se preserve, entre outros cuidados da civilidade, em nome dos direitos humanos. Fez questão de demarcar que se tinha uma expectativa de um processo mais cadenciado de aproximações, entendendo que este é o método mais adequado. Que serviria para aproximações, afastamentos, reflexões e tentativa de ter novos dados, novas informações sobre o mesmo processo. Mas, não houve. Então, estão reunidas/os nesta sessão plenária ordinária nesse dia. Como sua diretoria, o Conselho Federal e os dois grupos aqui constituídos, não tem um método

de funcionar. O nosso método será o improviso criativo e o improviso criativo deverá contar com duas questões importantes: a improvisação e a criatividade. Além disso, poderia ter sido combinado, o que também não foi possível, o método de funcionamento. Na sequência, passa a explicitar algumas questões, para checar se é isso mesmo, pois pode haver uma interpretação errônea por parte da diretoria do CFP. A primeira é que hoje concretamente existe uma circunstância de que este Plenário, neste momento, encontra-se dividida em dois grupos. E o que se tem notícia é que nunca foi comunicado oficialmente, mas, neste momento, é preciso dizer que também tem ouvido. E o que está colocado na mesa é um processo que inclui, inclusive, dentro da regra do jogo da instituição do Conselho Federal de Psicologia, uma avaliação. Não se recorda o nome que está no estatuto, mas pressupõe que todo mês de setembro haja a possibilidade de se avaliar a gestão e fazer a alteração, até mesmo, na composição da diretoria. Isto posto, tem-se uma situação em que, para o Conselho Federal de Psicologia na condição de mediador, resta garantir que qualquer processo que aconteça parta de alguns pressupostos. Primeiro, que se atue nas regras estabelecidas na instituição, seguindo-se as regras da instituição. Segundo, a nossa vontade nesse processo é de que qualquer processo preserve alguns deveres, tais como: **(1)** a normalidade institucional, ou seja, a instituição precisa funcionar e continuar funcionando. **(2)** A Diretoria do CFP considera legítimo que os grupos quando se apresentaram para o conjunto da categoria, informaram o que iriam fazer, através de plataforma, de sua campanha etc. Isso não é submeter a instituição ao grupo, mas é o contrário. Quando o grupo submete à categoria o combinado, se compromete com aquele combinado. **(3)** Como pessoas físicas, pessoas como sujeitos desse processo, o conjunto do plenário os interessa. Em tese, a princípio terão que ajudar no processo de mediação e é essa a proposta desde o início, que preservasse a todas e todos. Que preservasse o direito individual de cada um de tomar sua decisão, sem desrespeitar a opinião das pessoas que querem tomar decisões. Fundamentalmente, os interessa criar condições para que todas e todos permaneçam e todas e todos são igualmente importantes neste processo, por que é assim que se faz, respeitando a diferença entre as pessoas. A preservação de todas e todos é um princípio importante para o CFP. Essa ideia inclui a necessidade de mais tempo para discutir, para refletir. Por isso, retoma o início de sua fala, no sentido de que tinham uma expectativa de um método mais efetivo, que se pudesse pensar em agregar ao processo, o que não ocorreu. Antes de fazer a proposta de encaminhamento

especificamente, a diretoria do CFP apresenta algumas questões. Dada à situação, não resta alternativa senão abrir ao plenário para que também se manifeste dentro da pauta que é um processo de mediação e que conta com dois grupos. Ademais, há uma compreensão já pública, que inclusive será publicada, de que a expressão dos grupos apareça também na direção do próprio Conselho. Solicita que a própria plenária se manifeste no sentido de revelar qual a expectativa tem o grupo. Novamente, reitera que o CFP reconhece a existência de posições de grupo e acredita que sejam mais maduras que as do próprio Federal, sem prejuízo de as pessoas terem suas opiniões pessoais. De maneira alguma menosprezando, até porque, às vezes, é a partir de opiniões pessoais que se reconfiguram as opiniões de grupo. Mas, pede que o plenário seja claro e transparente no sentido de apontar, em relação ao grupo, o que se produziu, o que se pensou e o que se imagina. Como esse processo não foi possível combinar com um grupo ou com outro, nem individualmente, então, tudo o que produzir neste espaço será inédito. Imagina-se que seja inédito de um grupo também para o outro, vez que não houve processo de negociação. A palavra foi aberta a todas e todos. A conselheira vice-presidenta do CFP, **Ana Sandra Fernandes Arcoverde**, previamente a exposições do plenário do CRP SP, faz saudação inicial e diz que tem a expectativa de que se possa produzir algo que embora não se saiba muito bem o que, que seja construído e concluído em favor do melhor para a instituição, para a Psicologia e para todas/os presentes. Reafirma o exposto pela presidência do CFP de que se interessam, assim como foi o mote do mês da Psicóloga: todas as Psicologias nos interessam. Ao dizer isso, se dizia e era o desejo enunciar que todas as pessoas interessam, ao falar que todas as Psicologias interessam. Assim, todas as pessoas deste plenário interessam e são importantes. Nesse sentido, gostariam que o que quer que resulte de produto final nesse momento preconize o valor de todas as pessoas indistintamente. Sugere que sejam feitas combinações para organizar o processo de inscrição de fala, se oferecendo para ocupar esse lugar e também para combinar que se estabeleçam pelo menos, inicialmente, um teto de tempo de fala para não monopolizar nenhuma exposição sobre outra e a fim de garantir que as falas possam circular mais. Então, o método proposto não tem por objetivo privar ninguém de falar e sim permitir que várias pessoas falem e escutem. Dessa forma, propõe um teto de 4 (quatro) minutos para cada fala e pede permissão para que se possa cronometrar o tempo, garantindo efetivamente que todas as falas possam ter uma igualdade de tempo e serem respeitadas, cujo produto será bom para a Psicologia, para o Conselho

Regional de São Paulo e para todas e todos. Em seguida, o conselheiro secretário do CFP, **Pedro Paulo Gastalho de Bicalho**, coloca que o mês de setembro é o nono da gestão do federal, que teve início em janeiro de 2017 apesar da solenidade de posse no final de dezembro de 2016, durante a APAF. Naquele momento, a atual diretoria do CFP teve conhecimento de que 5 (cinco) conselheiras/os de um Regional tinham pedido renúncia em dezembro, quando era apenas o terceiro mês de gestão daquele CRP. Desse dia até o dia da posse do CFP, mais 3 (três) daquele mesmo Regional e depois em outros Regionais. A partir de então, se entendeu que partiram de um pressuposto de que as renúncias só são um bom método para aqueles que nos opõem. Entendemos também que, enquanto membros do plenário, o somos por eleição da categoria e não somente por nosso desejo. Então, em respeito a esses votos, faz-se necessário criar mecanismos para que as nossas diferenças, que vem atrapalhando a gestão, possam ser mediadas da melhor maneira possível. O que nos faz estar aqui é exatamente esse pressuposto e o entendimento de que é possível, a partir de uma ação em conjunto, pensar outras formas de lidar com a situação. O contexto tem revelado que a situação não acontece somente em São Paulo e que temos falhado no processo de construção dos grupos na época em que somos chapa. Dois anos mais haverá o processo eleitoral, que comporemos e precisamos cuidar do momento de construção de um grupo. Participa que a vinda do Conselho Federal nesta plenária tem sido, também, o seu método de trabalho. A diretoria do CFP, mensalmente, tem realizado visita a mais de um Regional e a avaliação é bastante interessante. Assim, estar neste momento também é um pouco desse método, de estar juntos e entender que a gestão federal não se faz em Brasília, mas sim juntos e com todos os CRPs, como um único Sistema Conselhos de Psicologia. Prossegue com a palavra a conselheira tesoureira do CFP, **Norma Celiane Cosmo**. Após saudação a todas/os, revela que se sente honrada de estar com a plenária do CRP SP mesmo em uma situação de crise, porque estar juntos é muito importante. Em relação à fala de Pedro, que retomou a questão da chegada da gestão ao CFP e do percurso dentro dos CRPs, no Sistema Conselhos, destaca que nesses 9 (nove) meses enfrentaram muitas dificuldades, até porque não tiveram um processo de transição. Foram descobrindo tudo a partir da proposição de fazer o melhor juntas e juntos. E, têm superado, realizaram muito nesses 9 (nove) meses e uma das atividades é essa de que estão trabalhando não somente em Brasília, mas nas regiões dos CRPs também. Destaca, ainda, que é do CRP-14 o qual também passou uma situação parecida bastante difícil

e continua passando. Acrescenta que o CRP-14 já fez parte do CRP-06, com quem tem um elo e uma referência forte. Ressalta, com isso, a fala do Rogério Giannini, quando destaca que para as reflexões a serem feitas em plenária que se pensem nesses elementos, na instituição. Enquanto gestão, estamos aqui pela vontade da categoria que acreditou no nosso projeto. Então, que este projeto, que a instituição, não seja submetida ao grupo e aos direitos individuais. Mas, sobretudo, há o desejo de acertar, porque acreditamos que o grupo que está aqui, neste momento, ao longo do seu percurso não poderia ter o desejo de não acertar. Corrobora, novamente, que para o CFP e para todo o país, o CRP-06 é muito importante. ***4.2) Das manifestações do Plenário*** – Ana Sandra Fernandes Arcoverde abre as inscrições, sinalizando que como não conhece a todas/os, que as pessoas se apresentem ao solicitar a fala. Estão abertas as inscrições para dar continuidade aos trabalhos. **1)** Tem a palavra o conselheiro Guilherme Rodrigues Raggi Pereira e comenta que as/os conselheiras/os igualmente chamam esse processo de “mediação”. Saúda a diretoria do CFP pela disponibilidade de estar presente mediando o processo, o que é muito importante. Entre o grupo de conselheiras/os foram combinados alguns pontos, sendo o primeiro salientar a necessidade de diálogo. Manifestam-se à disposição para o diálogo e a necessidade de respeito. Acrescenta que em muitos momentos houve bastante dificuldade nesses tópicos, por isso a importância de mantê-los. Esse momento é de muita crítica e também de autocrítica. Espera que se possam transparecer as falas. Ressalta a necessidade de manter, de fato, um processo de mediação ao longo do tempo, para que se possa dar prosseguimento ao projeto de gestão que vem com a plataforma do XV Plenário. Reconhece a importância do CRP-06 para o Sistema Conselhos de Psicologia, razão pela qual se está fazendo todo movimento possível para dar seguimento aos trabalhos, o que não será fácil. Serão feitas recomposições necessárias, contando, inclusive, com a ajuda de colaboradoras/es da gestão. **2)** A conselheira Beatriz Borges Brambilla alude sobre a polarização dos grupos e o motivo que a conduziu para a decisão de qual grupo estaria ou não estaria. Uma decisão difícil, a princípio, mas que necessariamente tinha relação com um incômodo do método de como o plenário estava organizado. Fala que seu meu maior desejo nesse processo de mediação é que se consiga minimamente cessar as ofensas, as provocações, e tentar construir estratégias de diálogo que não através do diálogo institucional. Que se possa conversar algumas questões não através de normatização. Que sejam retomados os princípios históricos, as bandeiras de democratização do

espaço do Conselho, de não judicialização e criminalização da vida. E essa afirmação de que todas as Psicologias e áreas da Psicologia nos interessam e de como nos posicionamos no momento do qual vivemos. Entende que sua fala traz a autocrítica de como alguns assuntos foram passados inclusive sem que barrassem o processo, sem que refletissem um pouco na dimensão da correria ou mesmo da pouca apropriação de cada um sobre o que estava sendo posto. Entende a necessidade de rever como se constrói com a base, com as/os psicólogas/os que participavam e que não participam mais. Outra questão que já mencionou é de como temos nos pautado numa perspectiva administrativo-financeira para pautar a política e não a política na dimensão administrativo-financeira e de como se pode reconhecer a necessidade de assessoria técnica para ações das quais não são especialistas, para mediação de processos. Afirma, em uma dimensão mais coletiva, que há muita disponibilidade em tentar construir, entendendo um compromisso ético-político com a categoria e com o projeto de Psicologia. **3)** A conselheira Bruna Lavinas Jardim Falleiros expõe que a disponibilidade de fazer funcionar esse projeto é de todas as pessoas presentes, senão não estariam participando desta plenária. Mas, gostaria de explicitar que a agressividade pode ser passiva e vitimizada. Então, que se tenha o cuidado de se responsabilizar por tudo que aconteceu até este momento, pois todas as pessoas presentes são responsáveis, tanto quanto, pela situação em que estão. Todas as pessoas são passíveis de serem agressivas, seja de uma forma vitimizada e passiva ou de uma forma ativa. Pede que o plenário tenha cuidado com todo tipo de agressividade nesta reunião ordinária. **4)** O conselheiro Rodrigo Fernando Presotto agradece a disponibilidade de todas/os, em especial a da diretoria do Conselho Federal de Psicologia de estar aqui com o CRP repetidas vezes. Assinala, em primeiro lugar, entendendo ser importam a introdução feita pela diretoria do CFP para que possam dar continuidade ao processo a partir dessa perspectiva. É um processo onde cada um tem uma história dentro do Sistema Conselhos e dentro deste Regional. A perspectiva pela qual se aproximou do CRP em 2009, 2010, e depois passou a integrar uma das comissões gestoras das subsedes do Conselho, tinha a ver com a ampla disponibilidade CRP-06, em especial, para participação de forma ampla e irrestrita. Desde o início de sua participação, tem ouvido e construído coletivamente com todas as pessoas com quem teve o privilégio de estar dentro deste processo de gestão que, apesar de regimentalmente o CRP sempre ter protocolos, processos bastante estabelecidos, no sentido daquilo que é da administração pública, da legalidade e da

forma de organização do processo de trabalho, sempre houve dentro do CRP-06, em especial, uma compreensão de como o processo de trabalho acontecia na base da confiança. Dentro dessa perspectiva, uma ação foi se construindo na perspectiva de que estamos em um Estado enorme, não em dimensão em comparação a outros Estados do Brasil, mas em contingente populacional e em particularidades. Cada região guarda uma perspectiva diferente, desde as metrópoles de maior concentração urbana até as regiões de predomínio rural, e a partir das particularidades de cada região se identifica uma estruturação, como oligarquias. E, do ponto de vista do enfrentamento do que se pressupõe desse movimento que está na gestão, o compromisso social tinha elo com uma dimensão de algo que foi construído de forma a respeitar as posições e que concedesse autonomia a todas as pessoas que integram esses coletivos, entendendo cada um em cada lugar que representava e falava em nome do CRP. Diz não se recordar, nesses setes anos em que esteve integrando ou colaborando, uma perspectiva de ir para processos de representação ou de comissão coletiva baseada em valores única e exclusivamente visando o benefício individual de quem estava à frente de determinada ação. Avalia que isso começou a acontecer nesse um ano de gestão, infelizmente. Esse processo, sob justificativa da ótica do aprimoramento técnico-administrativo, começou a reverter um processo muito caro no Regional e também para o Conselho Federal de Psicologia referente ao trabalho da gestão de forma descentralizada, baseada na confiança e na autonomia para o desenvolvimento das ações. Entender o alinhamento dos processos é importante para que se possa ter a diretriz do que é regimental, protocolar. Entretanto, é necessário compreender que dentro desse processo há circunstâncias que direcionam ao estabelecimento de prioridades. Cita, a título de exemplo, a intervenção da administração municipal de São Paulo ocorrida na gestão Dória e o governo estadual Geraldo Alckmin na região da Luz, denominada Cracolândia. Com isso, alterou-se toda a dinâmica de funcionamento que se passou a ter a partir daquela perspectiva e outras tantas vivenciadas. Essa ação de intervenção teve uma projeção nacional. Isto posto, saltou-se de um processo de aprimoramento a uma ação centralizadora que não favorece aquilo que o fez participar do Conselho, no sentido de ter interesse de estar no CRP, quando se promovia o acesso à ampla e irrestrita participação das pessoas. Sugere ter sido uma situação problemática e de desrespeito, que decorreu de forma contundente. Não concorda com a compreensão de que há certa passividade. **5)** A conselheira Clarice Pimentel Paulon discorre que ainda não consegue perceber

claramente as outras disponibilidades de conselheiras/os do plenário. Acredita ser necessário construir e pensar a respeito. Traz para o momento mais questões do que propostas, considerando que o processo de mediação foi solicitado por outro grupo de conselheiras/os, o qual deve apresentá-las. Dessa forma, entende que seu lugar é de escuta e não propositivo. Contudo, vê a necessidade de definir melhor a gramática, com um vocabulário comum de fala, porque superficialmente existe um reconhecimento. Quando se fala da necessidade do diálogo e do respeito, quando se fala da crítica ou da autocrítica ou das possíveis recomposições, ou quando se fala em cessar as ofensas e provocações e dos princípios de diálogos para além da normatização, são falas importantes, mas genéricas no sentido de que todo o plenário se reconhece nessas falas. Como um grupo político é preciso saber quais as especificidades dessas falas, qual o significado. Indaga: quais são esses princípios? Por exemplo, o que significa participação? O que significa transparência? O que significa diálogo para além do normativo? Por que pensar que os diálogos tem que ser para além do normativo? Já que eles não podem tamponar o normativo nem podem fazer algo para além do normativo, no sentido de fora do normativo, para fora da lei e para fora da regulamentação. O que é autonomia? Há alguns princípios fundamentais que foram falados, mas que em verdade não há consenso sobre o conceito, o que faz com que fiquemos "esbarrando" nesse sentido. Pede que as questões supramencionadas comecem a ficar especificadas, principalmente em relação às motivações, porque não adianta dizer que quer estabelecer um diálogo e, quando se pergunta as causalidades, obtêm-se respostas do tipo: "porque quero", "porque sim" e "porque acho que é meu direito". O que é uma forma de não composição e para se pensar em composição deve se refletir a argumentação que precisa ser construída na base de um diálogo com gramáticas comuns. **6)** Rogério Giannini (CFP) expõe que a mesa fará intervenções. Dialoga que, quando começaram a conversa, reconheceram a existência dos dois grupos e, como é um processo de mediação, os dois grupos têm o mesmo *status* de como será encaminhado. O processo pressupõe a realidade institucional. Tem uma gestão, já público e notório, não é que exista a pretensão à recomposição. O Conselho fez a seguinte falha, não prosseguiu. Nesse momento, é preciso pensar no método de como será feito esse processo. Portanto, a tarefa é dizer o que pressupõe, a sintaxe, reconhecendo que o problema cabe aos dois grupos. **7)** A conselheira Luciana Stoppa dos Santos discorre sobre como esses incômodos foram começando e a partir de como encontrou ressonância nas pessoas. Existia um grupo

com pouca experiência como conselheiras/os, alguns já vinham de participação em comissões gestoras, mas efetivamente é uma realidade bastante diferente ainda que tenhamos vivido experiências próximas com antigas/os conselheiras/os de gestões anteriores. Porém, todas/os estavam se reconhecendo nesse processo e as situações foram acontecendo. Inicialmente os estranhamentos particulares lhe foram incomodando. Alguns posicionamentos ocorreram com relação a engessamentos, retomando a questão das normativas que enrijeceram o processo de gestão política. Assim, houve acontecimentos considerados inaceitáveis do ponto de vista do respeito ao Plenário enquanto instância máxima de deliberação do CRP São Paulo. Conselheiras/os se manifestaram dizendo das discordâncias e não foram respeitadas/os nessas discordâncias, não foram ouvidas/os enquanto conselheiras/os, como 30 (trinta) membros do plenário com igual possibilidade de participação. Exprime sobre a advertência atribuída a uma assistente técnica que, em seu entendimento e também no de muitas outras pessoas, aconteceu de forma antidemocrática e não foi compactuada neste Plenário. O coletivo que se formou e solicitou a mediação foi se constituindo ao longo do processo e se reunindo, não pensa efetivamente igual, mas pactua de muitos outros princípios. Afirma que esse coletivo não está sendo respeitado enquanto Plenário, sendo um choque a evidência do problema da gestão. **8)** A conselheira Beatriz Marques de Mattos refere que quando houve a possibilidade de compor esse grupo, enquanto conselheiras/os, sua expectativa foi de que, na condição de grupo, pudesse discutir, pensar questões que a categoria propõe. A Subsede de Ribeirão Preto recebe diariamente muitas questões que há tempos não se consegue construir um posicionamento efetivo que responda as expectativas e as demandas da categoria. Sente-se frustrada e incomodada na coordenação que a todo o momento que precisa responder a uma orientação, a uma colocação da categoria, não tem clareza da resposta. Enquanto Plenário, nesse primeiro ano de gestão, não foi possível sentar e conversar sobre demandas importantíssimas que estão acontecendo e efetivamente respondê-las, norteando e sustentando as diversas práticas Psis. É incomodativo quando vê esse método de gestão e, pensando numa preposição prática para os dois próximos anos, será necessário muito trabalho com foco nas demandas, construindo posicionamentos que respondam efetivamente as questões das/os psicólogas/os. Em relação às questões de participação, transparência e diálogos para além do normativo e autonomia, cita a ausência de devolutivas a questionamentos sobre algumas participações, por exemplo, do planejamento estratégico; bem como

questionamento feito no mês de abril referente à interiorização, importante para a Subsede de Ribeirão Preto e para as demais subsedes. Não quer receber memorandos diariamente e não consegue dialogar, mandar e-mails e não ter respostas da diretoria. Espera por esses retornos, afinal a Subsede, o administrativo e o técnico aguardam orientações. Reconhece que conseguiu bastante diálogo com o conselheiro Vinicius Cesca de Lima diversas vezes que propôs, via *Whatsapp*, o qual prontamente respondia. Mas, para algumas questões, enquanto coletivo da diretoria, não obteve respostas. Em relação à autonomia, destaca questões recentes voltadas a proposições de eventos e à indicação de representação pelo CRP. **9)** Clarice Pimentel Paulon avalia que a mediação é um método de tentar estabelecer certo diálogo. Quando pergunta sobre a participação, a transparência e a autonomia, o faz porque às vezes percebe que, dentro do Plenário, dependendo de quem faz a proposta usam-se conceitos diferentes. Por exemplo, a advertência da assistente técnica que, conforme foi citado, algumas/ns conselheiras/os entendem essa advertência como uma atitude antidemocrática. Mas, retomando o conceito de autonomia, já se fizeram outras advertências em relação à ATs, nesta mesma gestão, em outra Subsede, e essas advertências não foram questionadas. Entende que há um atravessamento político em algumas questões administrativas, que tem relação com uma organização da CLT a qual o CRP precisa seguir. No caso específico da AT de Campinas, a grande questão que aconteceu é que foi recebida a carta que ela envia para a diretoria um ou dois dias antes da reunião de diretoria, inclusive quem protocola esse documento é o conselheiro Aristeu Bertelli da Silva. A situação ocorre próxima a alguma plenária que constaria pautado o assunto. A AT atravessa esse processo de passar pela diretoria e ser pautada a carta em plenária, mandando para o grupo de conselheiras/os, que é um grupo político. Essa advertência vem de um atravessamento em relação à autonomia da diretoria, então muitas vezes questiona e precisa dessas delimitações conceituais, sim, sobre essas questões porque se usa ‘um peso e duas medidas’ nesta plenária. Quando se quer a autonomia de alguma ação política ou de alguma Subsede, há questionamento. Agora, quando a diretoria ou outras comissões aparecem, por exemplo, a de Comunicação, que tem autonomia para decisão em relação à arte de algo ou em relação ao estabelecimento organizativo de algumas campanhas que é sua incumbência, essas autonomias são questionadas. Por isso, fica difícil entender o que exatamente se quer dizer, de novo, com autonomia, com participação e com transparência. Por fim, assimila o que a conselheira Beatriz Marques de Mattos fala em

relação aos e-mails e aponta que há erros que se esquece e se atropela. **10)** O conselheiro Vinicius Cesca de Lima compartilha da posição apontada por Clarice e indica que quer complementá-la. Também entende ser muito difícil um diálogo de questões que não se explicitam. Não só não se explicitam, mas se apresentam de forma discricionária. Um mesmo termo quando se fala de uma situação tem um sentido e quando se fala de outra situação assume outro sentido. E esse sentido não se explicita na sua intencionalidade. É difícil dialogar de fato, sem que a ele soe, em vários momentos, como palavra de ordem, palavrório vazio de sentido. Enquanto método para diálogo, dialogando com o que o Rogério (CFP) traz, avalia ser um bom caminho, uma explicitação daquilo que se pretende, do que se quer dizer, enfim, de qual é a intencionalidade. Traz um incômodo permanente, que tem tentado expressar em algumas ocasiões com essa discricionariedade da avaliação de situações que lhe parecem em tudo idênticas, mas que assumem um sentido em uma situação e outro sentido em outra situação. Parece-lhe que a chave de interpretação é quem faz e não aquilo que é feito. Este caso da advertência, por exemplo. Trata-se da quinta advertência aplicada na gestão. Indaga: por que as outras quatro advertências não incomodaram? Por que o método de aplicação das outras quatro advertências não foi questionado? Por que o objeto das outras quatro advertências não foi questionado? Algumas advertências aconteceram porque nosso Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) estabelece que as chefias de cada setor tenham esta atribuição. Algumas aconteceram no diálogo cotidiano entre chefia e funcionárias/os, e também foi o caso dessa advertência da AT. O que motiva esta advertência é uma relação de trabalho entre ela e a sua coordenadora técnica, exatamente como aconteceu com outras advertências que tinham sido aplicadas antes e que não geraram incômodo, não geraram comoção, não geraram questionamento. Uma das advertências aconteceu, inclusive, na Subsede de Sorocaba e a gestora de Sorocaba questiona a aplicação de advertência quando em tudo parece ser idêntico àquilo que foi feito por ocasião da aplicação da advertência na própria Subsede de Sorocaba. Fala de um incômodo, nessa situação, no que lhe parece ser discricionário nas situações que parecem em tudo idênticas na forma, na motivação e na intencionalidade e ainda assim assumem sentidos muito diferentes em uma situação e em outra. Para ele, a chave de interpretação é quem faz e não o que foi feito. **11)** Rodrigo Fernando Presotto coloca sobre a necessidade de particularizar as situações, sem generalizar e pensar que a mesma regra serve indubitavelmente para todas as circunstâncias dependendo

de uma avaliação, que às vezes é política. Com relação à advertência para a assistente técnica de Campinas, discorre que desde o momento em que chegou ao conhecimento das/os conselheiras/os a manifestação das assistentes técnicas, que não era somente da assistente técnica de Campinas, o conselheiro Reginaldo Branco se pronunciou, fez um apelo à priorização da discussão da pauta em plenária. Surge, então, a necessidade de priorizar determinadas questões de ordem políticas de impacto. O processo de interiorização e regionalização da Comissão de Ética dentro do CRP-06 vem sendo apontado há alguns congressos e, desde nosso planejamento, estamos debatendo sobre o método e as preocupações relativas ao processo de implantação. Avalia salutar a manifestação das trabalhadoras, no sentido de preocupação com relação à condição de trabalho e ao processo de implantação. Discorda da dimensão normativa dentro dessa perspectiva, não se trata de desrespeito à hierarquia, mas de processo de trabalho construído no CRP-06 que diz respeito à ampla possibilidade de diálogo com a categoria, inclusive, com as trabalhadoras. A AT de Campinas foi a porta-voz de uma manifestação e assim que as/os conselheiras/os tomaram ciência, pediu-se prioridade para debate em plenária, o que não aconteceu. Encaminhamentos são tomados à revelia de grande parte do Plenário, que se manifesta no sentido de ampla discussão acerca da matéria. Porque entendimentos opostos ou diferentes poderiam gerar complicações para conduzir o processo. Não houve discussão do assunto pelo pleno, sendo agendada uma reunião com a trabalhadora e o Setor de Recursos Humanos (RH). Fala, enquanto coordenador gestor da Subsede de Campinas, que historicamente está acostumado a um processo de construção de trabalho dentro da área de recursos humanos. As/Os coordenadoras/es de Comissões Gestoras avaliam as trabalhadoras de subsedes, a partir de uma determinação da unidade de RH. Problematizamo-nos com o Setor de Recursos Humanos, Secretaria e Tesouraria inúmeras questões relacionadas, também, ao processo de trabalho na Subsede. **12)** A conselheira Regiane Aparecida Piva sinaliza que a questão da advertência expõe diferenças e modos de análise. São distintos os pontos de vistas e percepção dos fatos. Coloca que há muito tempo colabora com o CRP-06. Está na segunda gestão enquanto conselheira e, em sua análise, sempre houve muita tranquilidade com as trabalhadoras da autarquia, ou através da diretoria, ou de grupos constituídos que apoiavam e se tentava trazer ao plenário a pauta dessas demandas. A diretoria da gestão passada fez isso algumas vezes em relação aos assuntos que lhe chegavam, inclusive, preparando as reuniões

com as/os trabalhadoras/es no final do ano junto ao Plenário. Quando chega a demanda das trabalhadoras, psicólogas, que descrevem quais são suas atividades e pedem ao Plenário que reavaliem, porque querem dar conta técnica e eticamente de seus trabalhos e que talvez não consigam com essa nova tarefa, o fazem cumprindo a orientação da gestão de analisar as solicitações de trabalho. No momento que se percebe o movimento em relação a uma advertência, porque foi entregue à plenária, mas não foi tratado na plenária, lhe parece que as trabalhadoras queriam que as/os conselheiras/os tivessem ciência dessas demandas e as discutissem. Portanto, uma delas envia tranquilamente ao pleno, porque é assim que habitualmente funcionou e não teria problema chegar ao plenário, em seu entendimento. Não considera que a advertência não seja possível de ser usada, mas na carta que algumas/uns conselheiras/os solicitam por e-mail ao plenário e a diretoria, expressava que se pudesse interromper o processo até que houvesse o debate em plenária para poder encaminhar. Como não houve adesão ao pedido de mais de 10 conselheiras/os que assinaram o e-mail, há a preocupação do movimento que acontece na gestão. Possivelmente, com o debate em plenária se chegasse à conclusão de que a advertência seria ou não necessária. Nesses entendimentos de percurso se evidenciam as formas diferentes de avaliar. Concomitante, existiu uma resposta escrita pela Comissão de Ética e endossada pela Diretoria à manifestação das/os trabalhadoras/es, a qual foi contestada por conselheiras/os apontando a necessidade de conversar, vez que é complicada essa resposta como grupo e gestão de um Conselho. Foi nesse sentido, o problema não é a advertência aplicada, mas a falta de consideração com a manifestação. **13)** A conselheira Ivani Francisco de Oliveira alude sobre os motivos pelos quais o grupo chama o CFP para dialogar e expor os objetivos da mediação: (a) revisão da advertência; (b) recomposição da diretoria; (c) recomposição de COE; (d) recomposição de COF; (e) e a construção de um tratado de princípios para o futuro da gestão, contribuindo e considerando a inconformidade com a plataforma política. Além disso, há a legitimidade da plenária. Como considerar esta plenária soberana se existe posições políticas que são guardadas para o término da sessão, quando as pessoas começam a ir embora, com o manejo de uma garantia de quórum e uma tomada de decisão? Então a plenária não tem sido soberana, não tem sido respeitada em algumas situações e na difusão das informações. Informações que deveriam ser discutidas e decisões tomadas em pleno não têm ocorrido. Assim, é preciso refletir sobre quais são os objetivos e o que se encaminhará nesta reunião

ordinária, pensando, caso necessário, em um segundo momento de alinhamento com o CFP. **14)** A conselheira Ivana do Carmo Souza julga importante esclarecer a questão da aplicação de advertência a um funcionário na Subsede de Sorocaba, uma vez que foi citado pelo conselheiro tesoureiro. Dentre as 4 (quatro) advertências, que supostamente teriam sido aplicadas pela Subsede de Sorocaba, o que não é verdade, pois o que aconteceu é que há na Subsede um funcionário que vinha dando problemas para a equipe há 2 (duas) gestões, praticamente. Assim, houve o cuidado de sentar, conversar e orientar, antes da tomada de decisão, a qual não foi uma advertência. Foi uma tentativa de ajustamento de conduta, inclusive, orientada pela unidade de Recursos Humanos. A comissão gestora e o psicólogo de RH conversaram muito com o funcionário para que entendesse que precisaria cuidar da relação com os outros colegas, vez que suas ações estavam prejudicando e tinham impacto na equipe administrativa da Subsede. A decisão foi muito acertada porque resolveu o problema e o funcionário trabalha bem atualmente. Portanto, esta ação não se tratou de punição, mas sim de decisão colegiada e pacificadora entre a comissão gestora e o RH. Entende que se a diretoria tem uma função administrativa, o/a coordenador/a de Subsede também tem função administrativa. Quem avalia as/os funcionárias/os é a coordenação da Subsede, à qual estão diretamente subordinadas/os. Como na Subsede de Sorocaba as deliberações são construídas em conjunto, manifesta sua dificuldade para lidar com a falta de diálogo, buscando o consenso. A decisão da diretoria, sem consultar o plenário, foi um aplicar político. **15)** A conselheira Andrea Mataresi dialoga em resposta a algumas falas que evidenciam como se entende a gestão. A carta das trabalhadoras é assinada genericamente. Algumas ATs falaram que não assinaram. A carta diz “As ATs do CRP SP”, sendo que algumas nem foram consultadas para assinar. Essa não foi a primeira carta remetida à diretoria. Em dezembro de 2016, foi endereçada uma carta questionando os processos de trabalho da COF, que não foi respondida. Pode ter sido respondida a assistentes técnicas verbalmente, mas não foi trazida ao Plenário e tampouco dado retorno com relação aos processos de trabalho da COF, inclusive nas subsedes. No entanto, quando a COE recebe a carta, encaminhada pela diretoria, a COE responde às ATs. É complicado pensar até mesmo nessa autonomia e soberania, porque o plenário não é soberano. Soberano é o Congresso Regional da Psicologia, o Congresso Nacional da Psicologia, as deliberações da categoria, que nós executamos. Fato é que a COE respondeu a carta e as ATs a mandam para o plenário como um todo. Indaga: porque

a carta sobre a COF não é trazida ao plenário como um todo, por exemplo? Porque isso vai mostrando algo político. Mostra que há alguns assuntos que são falados e recebidos de certa forma enquanto outros assuntos são falados e tratados de maneira diferente. Sobre autonomia, cita que nesta semana teve, assim como ocorre com frequência, problemas quanto à comunicação e a ComCom e a COE cumprem deliberação do plenário. Mas, em uma reunião junto do presidente da COF e da diretoria, solicitou o número de fiscalizações em Comunidades Terapêuticas pedidas pelo Ministério Público e ficou acordado na ocasião (início do ano de 2017) que a resposta seria dada em 15 (quinze) dias. Até a presente data, não houve a devolutiva da informação requerida. Assim, acerca de respostas e de comunicação, entende que fica explícito que algumas comissões, como é o caso da COF, se entende que pode seguir fazendo a gestão de seu trabalho, enquanto de outras comissões o plenário quer fazer a gestão e impedir que possam encaminhar suas próprias demandas. Faz esta colocação para afirmar que se fala de confiança, mas que não é recíproca, por exemplo, quando se pede a recomposição de COE. Discorda da conselheira Ivana de que a gestão da/o funcionária/o é da/o conselheira/o. Não é a Subsede que faz essa gestão. As assistentes técnicas das subsedes são de assistentes de COE e COF, conforme o concurso que prestaram. Foram contratadas dessa forma. Avalia que algumas/ns conselheiras/os desconhecem profundamente a CLT. Ressalta, por fim, que as assistentes técnicas possuem duas coordenadoras técnicas, a Karen Dotto representando a COF, e a Luciana Mantovani representando a COE, e é a elas que as ATs devem responder. **16)** Rodrigo Presotto revela que tomou ciência da questão a partir da assistente técnica, de que havia sido agendada uma reunião com ela e o Departamento de Recursos Humanos na Subsede de Campinas, mas que não sabia do que se tratava, assim como também a Comissão Gestora de Campinas desconhecia. Contudo, conta que a temática poderia ser a manifestação das Assistentes Técnicas. Considerando o processo de trabalho, a coordenação da comissão gestora contata o departamento responsável para entender o que estava acontecendo, ressaltando o lugar de gestor, na perspectiva do processo de trabalho junto à Subsede. A informação, todavia, lhe é negada, alegando que a questão estava sob sigilo e foi orientado a contatar a diretoria para entender e conversar a respeito, visando um entendimento conjunto. Essa é a perspectiva de atalhar, quando se fala na comunicação normativa. Tentou ligar e falar com várias pessoas, o que naquele momento não conseguiu. Aristeu respondeu que só iria se pronunciar sobre a questão

por escrito. Rodrigo, então, retorna ao setor de Recursos Humanos e informa a circunstância, depois envia um e-mail. Oportunamente, Clarice fala da questão à gestora Carla, sendo na ocasião a única pessoa da Diretoria que mostrou disponibilidade para o diálogo seguindo numa perspectiva de que não se tratava de matéria da Subsede e que de fato seria conduzido sem a participação da comissão gestora. A reunião com a trabalhadora foi agendada em São Paulo. A partir disso, se manifestou, tentou conversar e mandou e-mails. A demanda teve apelo coletivo, documento assinado por conselheiras/os, pedindo para que o assunto viesse ao Plenário a fim de discutir antes de qualquer entendimento. E o que fica em sua perspectiva, a partir da carta que foi trazida pela diretoria, é que ele é acusado de assediar o psicólogo de RH justamente por tentar trabalhar com ele coletivamente, assim como acontecia e que foi reafirmado quando entra em processo de avaliação de trabalhadoras/es, inclusive textualmente, que quem deveria fazer a avaliação das trabalhadoras/es era a Subsede. Daí a dúvida: como avaliar uma trabalhadora do ponto de vista de uma decisão que foi tomada a sua revelia. Apresenta discordância porque questões dessa monta são tratadas nestas condições, sem o coletivo que deveria discutir e entender. Acrescenta que a trabalhadora foi retaliada em seu exercício de livre expressão no conjunto de trabalhadoras que representava quando enviou a manifestação. **17)** Vinicius Cesca de Lima indica continuar com questões, expondo-as na sequência. Com base no que se apontou anteriormente, ainda não entendeu o que se pretende. Qual a intencionalidade? O que fundamentaria uma política a partir das considerações feitas? Esta pelo menos é sua intenção, entender que política se deseja construir. E não lhe parece que o que foi trazido aponta para o tipo de política administrativa que seria desejada. Indica que há algumas questões que necessitam ser reparadas. Dialoga com a fala da conselheira Ivana, que disse que ele mentiu. Afirma que, segundo registro do Departamento de Recursos Humanos do CRP SP, no dia 14 de março de 2017 a conselheira Ivana do Carmo Souza advertiu um trabalhador da Subsede de Sorocaba. Contudo, a conselheira Ivana teria dito que houve uma tentativa de ajustamento de conduta e o nome deste procedimento, na CLT, é advertência. A referida gestora, teria dito ainda que não foi em uma perspectiva punitiva e Vinicius alude que nenhuma advertência pode ter perspectiva punitiva. Advertência não é punição, é um procedimento pedagógico, segundo a CLT. Assim, refirma que também em relação à AT de Campinas, a intenção era de ajustamento de conduta. Era de revisão da maneira como ela se colocou diante de sua coordenação

técnica. Apontou-se há pouco que a assistente técnica teria falado em nome de um coletivo e sobre isso entende que vários elementos precisam ser pontuados. O CRP SP, salvo engano, tem 23 (vinte e três) assistentes técnicas. A manifestação inicial, que supostamente abarca todas, afinal é o que reza o texto, teve na realidade o apoio expresso de 13 (treze) das 23 (vinte e três) trabalhadoras. Algumas se manifestaram, inclusive, com muito incômodo de serem incluídas enquanto apoiadoras de um texto do qual desconheciam e do qual não concordam. Contudo, é preciso apontar que a advertência não tem relação com a produção da manifestação ora discutida. Entende que a manifestação é legitima e diz respeito a questões de fato essenciais ao processo de trabalho, ao processo de regionalização da Comissão de Ética. A diretoria recebeu a manifestação e, assim como havia feito com a carta já endereçada por ATs sobre processos da COF, remeteu à comissão responsável. Diante disso, fala novamente de discricionariedade, não entendendo por que, por exemplo, a conselheira Regiane diz não compreender o procedimento adotado em relação à carta da COE quando ela própria recebeu a carta da COF e não manifestou nenhuma discordância com a adoção deste mesmo método. A Diretoria comunicou as ATs que havia mandado a demanda para a COE, para que pudesse produzir uma resposta a elas. As assistentes técnicas poderiam discordar dessa resposta, poderiam repautar a questão. Mas, tendo sido avisadas que a COE inicialmente produziria uma devolutiva, apesar disso dois dias depois enviaram a carta para o plenário. Não é como se elas tivessem expressado desde o início o desejo de que o plenário discutisse, pois inicialmente endereçaram a carta apenas para a Diretoria e não para o plenário. E, apenas ao receberem o comunicado da Diretoria de que a comissão responsável iria respondê-las em relação à solicitação, se decidiu não aguardar a resposta e submeter a outro espaço esta mesma demanda. Ao expedirem o documento ao pleno, nota-se que vem supostamente assinado por 10 (dez) ATs de Subsedes, mas 4 (quatro) delas, na verdade, não expressam apoio ao este movimento. De qualquer maneira, o que há de ato objetivo é que uma trabalhadora enviou o documento, apesar da resposta de que sua coordenadora técnica cuidaria de responder às questões colocadas. A título de esclarecimento, aponta que o pedido para que isso fosse discutido, o que foi pautado de fato, aconteceu apenas depois da advertência já registrada. Complementa que a advertência não tinha sido aplicada antes porque, quando o RH tentou marcar a ida do psicólogo assistente técnico do RH para Campinas, a Subsede não aceita a data que ele aponta e tenta indicar outra futura. Não foi a Diretoria quem aplicou a advertência.

A aplicação tem um responsável e quem iria aplicar a advertência era o assistente técnico do RH, que tentou agendar sua ida à Campinas e foi impedido. Por isso, a diretoria solicitou à trabalhadora que viesse à Sede, no sentido também de preservação desse trabalhador que fora sim assediado. **18)** Clarice Pimentel Paulon reporta-se à questão dos horários das plenárias. A partir de um pacto de confiança mútua que foi levantado, por exemplo, de repactuar hora a hora até o momento de término da plenária, os horários são repactuados e havendo quórum a plenária continua. Se não, é finalizada. Esta é a base da organização de como funciona o plenário. Nesse sentido, o que interpreta do exposto pela conselheira Ivani é que não há uma confiança em relação ao grupo que permanece na plenária, porque esses horários foram repactuados coletivamente. Assinala que as últimas duas plenárias acabaram no horário estabelecido, porque a maioria do plenário decidiu que não repactuaria horas a mais e a reunião foi encerrada. Menciona que ao escutar a fala da conselheira Ivana de que a advertência de Sorocaba não foi uma advertência, mas que não se relaciona com o funcionário desrespeitá-la enquanto gestora, entende que na compreensão do plenário a execução administrativa das questões está sendo tomada como um exercício de poder ou como se a diretoria, de alguma forma, estivesse exercendo de modo antidemocrático, termo utilizado na carta, o poder. E, ao contrário do que se pensa, a diretoria está tentando regulamentar as ações a partir das normativas, que na verdade direcionam para que procedimentos não caiam em pessoalismos, para que não se utilize um peso e duas medidas. É uma segurança, de certa forma. Explica para o conselheiro Rodrigo Presotto que falou com a gestora Carla de Campinas, porque foi quem a procurou, o que teria acontecido também com ele, tranquilamente, assim como ocorreu quando da indicação de representante da Subsede no Núcleo de Psicoterapia, que está sem a representação de Campinas no momento. Finaliza perguntando por que a AT de Campinas, que expressava questão de várias subsedes, se referiria a Subsede de Campinas e não ao CRP de uma maneira geral? E, por que teria que ser respondida a manifestação por Campinas? **19)** Guilherme Rodrigues Raggi Pereira pontua que, de fato, a COF recebeu uma carta em relação aos trabalhos de COF, a qual foi pautada junto à então conselheira secretária, Camila Teodoro Godinho, e gerência geral, Diógenes Pepe. Algumas ações foram tomadas e se faz importante reconhecer que o grupo foi acirrando posições ao longo desse período. A partir de então, as/os trabalhadoras/es, percebendo o movimento, pautaram a manifestação como uma questão mais ampla de gestão. É fato, nesta

plenária, a composição de dois grupos defendendo seus diferentes pontos de vista. Dialogando com a fala do conselheiro Vinícius, que não percebe diferença entre o processo que foi aplicado, diz que, ao contrário, vê total contraste ao olhar para o contexto, para o histórico e para o momento da disputa. A ação administrativa pode ser idêntica no nome, mas tem diferenças contextuais. Dialogando com o que a conselheira Clarice trouxe, afirma que é necessário reconhecer que são dois grupos e uma das questões que se apresenta, enquanto grupo, é que a plenária deveria ser um local de alinhamento político. As nossas ações, sejam elas quais forem, deveriam ser dialogadas, o que não temos feito. Às vezes, pelo não reconhecimento de que existe disputa neste momento. Há ausência de diálogo que precisaria ter sido reconhecida meses atrás, para conseguir produtividade. Apresenta a preocupação, em razão de muitas mágoas, de não ser possível a reconciliação. Avalia que há discricionariedade sim, porque se utilizam de maneira contextual os termos. Por exemplo, quando a conselheira Clarice fala acerca da autonomia da diretoria, em momentos diferentes na plenária foi dito sobre a autonomia das subsedes, falou-se que a autonomia é da Plenária e os outros órgãos são todos executivos da demanda dessa plenária, que não consegue discutir e alinhar para produzir consensos. A maior demanda é poder ter diálogos e criar esse espaço de empoderar a plenária. **20)** Ed Otsuka julga ser importante que apareçam as questões de conflitos para que se possa eliminá-las. Refere-se a falas anteriores atinentes a forma de gestão administrativa que prejudicaria e, muitas vezes, paralisaria as ações políticas, o que em sua opinião não é verdade. Cita, por exemplo, o Núcleo de Saúde, que o conselheiro Rodrigo Presotto inclusive integra e sabe o quanto se constrói coletivamente e se dá autonomia a cada Subsede de forma democrática. Visando a construção e o diálogo, e pensando que o instrumento principal seja a crítica construtiva e não apenas retórica, indaga de que outra forma as pessoas que trazem a crítica de que a gestão administrativa engessa propõem que poderia ser feito, considerando que o plenário tem a responsabilidade da administração pública e, essa, portanto, possibilita que se façam ações políticas. A própria gestão é uma ação política, por garantir posicionamentos que tivemos e também os que temos tido e garantindo a plataforma pela qual fomos eleitos. Frisa que, em sua opinião, a gestão garante as ações políticas. Acrescenta que, para que a decisão da presente reunião seja construtiva, é importante expor o que se pretende. Que formas de melhorias? Como fazer diferente? **21)** Ivani Francisco de Oliveira apresenta que durante muitas plenárias o grupo atuou com confiança, repactuando o

teto para término com quem poderia ficar para garantir o quórum. Até que ocorreu um fato inédito de uma conselheira que havia justificado a ausência, Andrea Mataresi, chegar numa plenária meia hora antes do término estabelecido, que era às 17 horas, e propor uma pauta em discussão. A proposição relacionava-se à titularidade para o conselheiro Rodrigo Toledo, o que não havia sido acordado com todas/os. Com base no exposto, emerge a necessidade de retomar a plenária enquanto um todo e da percepção de uso de uma garantia de quórum para passar pautas. Houve, ainda, uma negativa de registro em ata pelo próprio conselheiro Rodrigo Toledo, na condição de secretário, dessa justificativa de ausência durante todo o dia, pelo menos a maioria do dia do exercício que as/os conselheiras/os estiveram reunidos em discussão. Isto posto, avalia que o citado conselheiro foi beneficiado com a proposta da pauta inserida. Portanto, não se trata de desconfiança com o plenário, mas da necessidade de garantir estratégias e uma metodologia que evitem situações inesperadas, privilegiando apenas uma parte do plenário. Avalia como séria a situação e defende que não se pode agir sem discutir estratégias de tomada de decisão. **22)** O conselheiro Rodrigo Toledo expõe, inicialmente, em relação a colocação do conselheiro Rodrigo Presotto quando refere que procurou a diretoria e outras pessoas, que não foi procurado, naquele momento, como conselheiro secretário, para discutirem as questões. Frisa que respondeu todos os assuntos que lhe foram atribuídos/demandados na função de secretário. Os pontos dos quais era responsável diretamente foram todos encaminhados ou minimamente acolhidos nas possibilidades em que podiam ser despachados. Considera bem grave e séria a acusação de benefício, por parte da conselheira Ivani, pois retoma a lógica de judicialização com a qual se iniciou esta plenária. Resgata a explicação que foi feita nas duas últimas plenárias. Toda/o conselheira/o que chega à plenária, ela/e tem ou não sua justificativa, é justificada/o na ata se a/o conselheira/o antecipadamente fizer. Constará em ata como ausência justificada. E o inverso é o exatamente o mesmo. Esse procedimento é adotado há mais de três gestões pela Secretaria. Na função de secretário, exerceu seu papel com muita seriedade. Finaliza destacando que se registre a gravidade da acusação supracitada. **23)** Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo afirma que na condição de conselheira carrega muita responsabilidade em relação à categoria. Há uma luta para levar adiante não somente no tocante à Psicologia, mas a toda sociedade. Fala da forma como o plenário tem discutido pouco a política, os princípios do grupo. Gastam-se longo tempo nos debates de questões

burocráticas do Conselho e não se envolvem as prioridades políticas. Um exemplo, a questão das normativas que foram tão mencionadas a todo o momento em todas plenárias, acredita que se devem questionar o porquê dessas normativas. Por que temos que nos embasar nelas? Por que nos são tão importantes? Essas normas, essas legislações de gestões públicas, de CLT e de memorandos. É preciso refletir qual a importância delas e se discutir a política. Qual a importância de se discutir o que é a carta das funcionárias? Qual a importância de se discutir para termos estabelecido o diálogo? Todas estas questões são entendidas como discussões políticas. Avalia o contexto atual e a série de retrocessos e judicialização da vida a qual, em muitas vezes, se reproduz no CRP. É fundamental que este plenário discuta quais são as prioridades políticas. **24)** Bruna Lavinas Jardim Falleiros pronuncia-se e fala como coordenadora de uma Subsede que também tem uma assistente técnica que responde às ações de COF e COE. Na função de coordenadora de comissão gestora, responde pela gestão de Subsede e participa dessa gestão no território. Enfatiza que a regionalização da COE, para além do que foi definido no COREP, já vinha ocorrendo na Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte desde o XIV Plenário. Portanto, lá já ocorriam as ações que as ATs disseram que não teriam como incluir nos seus afazeres diários. Enquanto coordenadora de Subsede, até a presente data, não foi informada pela Comissão de Orientação e Fiscalização de quais atribuições as ATs desempenham por essa comissão nas subsedes. O assunto não foi pautado para entender o que da demanda de COF elas faziam, tanto quanto algumas/ns questionam que não foi uma pauta a demanda de COE. Apesar disso, a assistente técnica dessa Subsede realizou as tarefas e se dizia numa situação bastante complicada perante as outras ATs exatamente por tê-las desempenhado. A AT se encontrou numa posição difícil, dentro dessa dinâmica do que foi organizada pelas demais ATs. Bruna conta que foi informada que o processo de discussão da carta das reivindicações das ATs estava sendo dialogado junto com todas/os coordenadoras/es de subsedes, além das ATs. Assim, questiona o que seria este fazer político. Porque são deliberações de Congresso Regional da Psicologia, pactuações de planejamento estratégico, ações que já estavam sendo implementadas desde a gestão anterior. E conselheiras/os, conscientes destas questões tratadas dentre as ATs, que elas estavam dizendo que teriam dificuldade para implementação, não apresentaram nada disso ao plenário. Ao contrário, incentivaram que a carta fosse encaminhada, mas não vieram discutir em plenária como se poderia repactuar as atribuições, considerando que atualmente as

atribuições que as ATs têm com a COF tomam todo o seu tempo e precisa dar espaço às novas atribuições de COE. Isso também é um fazer político. É preciso ter maturidade para entender que esse é um espaço político, que haverá dissensos e também grupos que se aproximam, concordam e discordam. Porém, é complicado que conselheiras/os de COF e de subsedes não tenham tentado pensar juntos para resolver o problema e sim que tenham fomentado um problema. Poderiam ter sido pensadas quais são as atribuições de COF possíveis de reorganização. Indaga se todas as atribuições que ATs desempenham em subsedes de fato estão organizadas de forma correta. Está-se sendo feita a gestão do trabalho dessas ATs adequadamente. As questões ora assinaladas não foram dialogadas em plenário e a carta foi recebida com esse debate já sendo feito com várias/os conselheiras/os na COF e nas subsedes. Alerta ao pleno que é imprescindível refletir sobre o lugar de conselheira/o e a responsabilidade de todas/os frente à situação vivenciada momentaneamente, assumindo-a. Avalia ser muito complicado que se tente responsabilizar apenas uma parte do plenário enquanto outra parcela se desresponsabiliza pela situação em que estão. **25)** Vinicius Cesca de Lima alude à fala da conselheira Ivani e considera que esta apresentou fantasias e uma agressividade quase leviana. Não foi inédita a situação por ela apontada. Elucida que, na plenária de 18 de março, ele mesmo teria chegado às 19h30 e havia justificado anteriormente sua ausência porque estava trabalhando. No entanto, quando deixou o trabalho e soube que a plenária ainda estava acontecendo, veio e participou. Outra situação foi quando as conselheiras Ivani e Beatriz Brambilla participaram do congresso da Ulapsi e chegaram na parte da tarde, em horário muito parecido com o que a conselheira Andrea chegou, que não foi às 16h30. Na presente sessão ordinária, o conselheiro Rodrigo Toledo justificou ausência, mas veio, e a conselheira Larissa Gomes Ornelas Pedott confirmou presença e não está presente. As pessoas justificam a ausência antecipada quando imaginam que não conseguirão vir, mas podem comparecer. Seria absurdo pensar que a plenária não pudesse ser aberta à participação de conselheiras/os. A motivação escusa atribuída à conselheira Andrea Mataresi lhe toca pessoalmente, porque sabe que Andrea justificou a ausência para cuidar de uma bebê de menos de um mês de idade que estava doente em casa. A respeito da colocação de Guilherme sobre mágoa, entende não se tratar de mágoa porque considera que a relação é no campo institucional. Mas, é difícil lidar com esse tipo de especulação, que é do campo do absurdo. Reafirma que sua intenção e expectativa é que se consiga

minimamente construir um consenso mínimo que sirva de metodologia, conforme apontado. Referente à ponderação da conselheira Mercedes acerca da norma, entende que é a possibilidade de definir qual é o nosso pacto do consenso mínimo de funcionamento, o que julga ser importante. Que haja uma metodologia mínima acordada de como a instituição funciona e não como algo imposto de cima para baixo. Por isso, suas inquietações se mantêm. Exemplifica com a fala de Guilherme alusiva à diferença da carta de COE e de COF, que seria devida ao contexto diferente. Aduz que isso é o óbvio, que o contexto nunca será igual. continua indagando qual é a diferença. Se o contexto é diferente e a política administrativa que ele exige é diferente, qual é a diferença? E como esta diferença não recai numa singularização absoluta de que a cada momento será feito de uma maneira, porque não há metodologia, não há consenso, não há modo de funcionamento? Dizer que o contexto é diferente é cair no risco da singularização de tudo e a cada momento ter que discutir qual seria o encaminhamento de cada questão que chega. Avalia que ser impossível fazer gestão de um Conselho com 30 conselheiras/os, 350 colaboradoras/es, 9 ou 10 subsedes, um conjunto de instâncias funcionando se não existir um acordo mínimo de metodologia que diga que um princípio se aplica a qualquer contexto, a qualquer situação e que, obviamente, não deixa de ser permeável à singularidade, à particularidade da condição, mas que sirva de metodologia, de consenso mínimo. Esta é sua expectativa, que se possa construir e explicitar uma política. Diz não identificar nas falas do outro grupo algo que aponte de forma sólida, consistente, para uma política alternativa. Mesmo a crítica da política realizada não apresenta elementos suficientes que digam qual a outra política que se pretende fazer. Que não seja “o contexto é diferente”, “não é assim”, “aconteceu de outra maneira”, “tem que ser de outro jeito”. Quando fala da discricionariedade é nesta perspectiva, o que se constrói enquanto consenso mínimo, política consensuada. Que pactuação é possível fazer que sirva de metodologia, de norma ou qualquer outro nome que se dê. A norma serve para isso, criar consenso mínimo, modo de funcionamento e metodologia. E as falas ainda não lhe parecem mostrar elementos suficientes para isso. **26)** Ana Sandra Fernandes Arcoverde (CFP) considera as falas expostas e também cita que vem de uma experiência como conselheira de Conselho Regional de Psicologia em duas gestões. Assim, sabe o quanto é difícil o trabalho porque é uma junção de pessoas muito diferentes, o que é bom e não pode ser um empecilho. Pelo contrário, é preciso fazer com que essas diferenças se potencializem. Tendo em vista as falas polarizadas em dois grupos,

refere que não sabe até que ponto há disponibilidade em se fazer um exercício de empatia: 'tentar olhar de onde você está com os teus olhos e não com os meus'. Porque, se cada um sentar no lugar do outro, irá ver que todas/os terão razão do lugar de onde falam. Versa que os discursos apresentam muitos desencontros de comunicação, tendo sido emperrada em vários momentos e faz-se necessário produzir modos por meio do exercício de empatia, que é aquilo que empregamos tanto no nosso exercício, no nosso fazer, para conseguir restabelecer a comunicação e o diálogo. Coloca acerca da dificuldade do lugar de diretoria, mas também do lugar do plenário, cuja soberania é importante e precisa ser garantida como espaço de construção de formas de operacionalizar o trabalho. **27)** Clarice Pimentel Paulon recupera o momento de início da plenária quando se falava sobre a importância da retomada das ações políticas porque não estariam sendo efetivadas pela plenária. E, nesse sentido, considera que o plenário deveria discutir mais ações políticas e não colocar-se focado em normativa. Discorda da análise, afirmando que há dados a respeito. Por exemplo, o vídeo sobre transparência que foi retirado do ar por uma votação na plenária. O vídeo trazia o número de ações políticas efetivadas nos últimos meses da gestão até o momento. Estranha a argumentação de que é preciso discutir melhor as ações políticas quando não se suspende o debate de questões administrativas e a forma como estão se encaminhando. Neste contexto, sugere que as narrativas deste espaço são o tempo todo constituídas externamente, virtualmente, para que não ocorra diálogo (dadas as indiretas no Facebook e grupos paralelos e laterais da plenária). Julga como uma ação infantil em relação ao modo de funcionamento institucional apropriado ao CRP SP. Não se trata de um movimento afetivo, mas de disputa de poder. Fala que esse movimento impede que se perceba o que de fato ocorre no ambiente da plenária. Cita como exemplo o erro atribuído à conselheira Andrea Mataresi, correlato à pauta de recomposição e nomeação de Rodrigo Toledo. Para ela, o assunto já constava na ordem do dia como recomposição e o voto da conselheira Andrea não faria diferença no resultado. Outro assunto que enfatiza refere-se à responsabilização, onde somente a diretoria é cobrada sobre as questões administrativas sem qualquer proposição de construção conjunta ou sugestão de questões políticas. **28)** Rodrigo Fernando Presotto alude em relação à função de mediação, que conta com o apoio e presença da diretoria do CFP. É preciso refletir sobre a dimensão da mediação. Foram inúmeras circunstâncias, para as quais conselheiras/os fizeram apelo e tentaram arranjos e ensaios de pactuações.

Concernente a falas anteriores de que teria sido a conselheira Andrea Mataresi quem apresentou a pauta de recomposição, Rodrigo elucida que em verdade a proposição foi exposta ao pleno pela diretoria, retificando o que teria dito Ivani, que trouxe a dimensão do impacto de algo que não havia sido debatido. Salienta que ele e Guilherme Raggi fizeram apelo, enquanto conselheiros, para pactuar as questões evitando estranhamentos e para que essa dimensão do virtual não ganhasse as proporções alcançadas. Desculpa-se com Rodrigo Toledo por menção feita na ocasião, o que se deu às circunstâncias e forma de encaminhamento e não à pessoa. Durante a discussão da matéria em plenária, discordou e foi voto vencido. Infelizmente, ocorre no plenário uma crise de confiança e não se consegue dar continuidade às ações. Menciona sobre o posicionamento que teve envolvendo a conselheira Andrea Mataresi, a partir de uma fala dela fora do microfone, a qual compreendeu depois e se desculpou, entendendo e respeitando sua dimensão enquanto lactante. Conclui dizendo que é preciso resolver essa questão e encaminhar se necessário para uma votação. **29)** Beatriz Marques de Mattos também se desculpa com Rodrigo Toledo porque, na função de conselheiro secretário, quando procurado por ela, obteve o devido auxílio. Sente-se contemplada na questão de empatia e não no processo de julgamento. No tocante às tarefas da COF e da COE, quando pensadas nas subsedes, evidencia-se o quanto é preciso empatia para olhar os diferentes espaços. As subsedes são diversas, tanto em quantidade de psicólogas, quanto de demandas. Às vezes, uma Subsede organiza melhor uma ação e pede um olhar com empatia, um cuidado para as/os coordenadoras/es, as/os gestoras/es, as/os funcionárias/os que ali estão e como vão reagindo àquelas demandas. Portanto, não se trata de não fazermos ações de ética e do Núcleo de Saúde (que estão sendo realizadas), mas sim do método desta gestão. Ocorrem entraves que podem até ser desnecessários e poderiam ter sido eliminados. Queixa-se de longo tempo para a construção de um apoio de parceria. Conta que demorou seis meses uma resposta de evento programado para o dia 24 de agosto, a qual foi finalizada praticamente no dia 20/08/2017. Esta situação causou estresse, incômodo e uma irritabilidade em toda a Comissão Gestora de Ribeirão Preto, colaboradoras/es e parceiras/os, o que denota a impossibilidade de se ter espaço criativo para fazer outras ações. Discorda de Vinicius, afirmando que há sim muitos elementos a partir de diversas discussões para mostrar à gestão onde estão os problemas. **30)** Rodrigo Toledo considera importante pensar na questão empática como um processo das relações, o que tenta fazer em todos os

espaços que circula. Em pelo menos duas conversas se tentou estabelecer o diálogo no grupo, pois é difícil ser empático no momento em que se recebe acusação de prevaricação. Discorre que na plenária passada também foi acusado, enquanto conselheiro secretário ainda, de fazer prevaricação e beneficiar outro conselheiro durante a plenária. Portanto, há uma prática constante, neste plenário, de perseguição de pessoas e de comissões o tempo todo. É preciso destacar as diferenças conceituais e a prática. Dizer que temos sido empáticos é mentira. A postura é de acusações explícitas, tais como ocorreram hoje e que vem acontecendo em outros meios, pelo Facebook e outros espaços. Retoma uma fala do início da plenária de que é preciso dar nomes e sair de um discurso sem sentido ou genérico, para que se possa dizer exatamente o que se pensa e o que se quer fazer. É preciso avançar apresentando quais são os caminhos que se quer seguir daqui para frente. Retoma, especificamente, os pontos de gestão administrativa e pensa em especial nas conselheiras que estiveram em outras gestões e que eram consultadas para ratificar o processo de gestão e de trabalho da Secretaria e, isso, principalmente para retomar de que não existe prevaricação. Há irresponsabilidade das pessoas no seu exercício e nas suas falas, isto sim é prevaricação, com processo de solicitação ou de acusação como se vem tendo. **31)** Ana Sandra Fernandes Arcoverde (CFP) às 12h12, após algumas inscrições de fala, sugere ao plenário que ouvidas as falas (que são importantes) se interrompam os trabalhos para almoço e em seguida, retomam-se com preposições e encaminhamentos. **32)** Guilherme Raggi agradece a fala de Ana Sandra sobre empatia, o que avalia ter faltado para ambos os lados com indiretas e acusações, sendo necessário o cuidado enquanto plenário. Dialogando com Bruna, entende também ser indispensável pensar na plenária como espaço de alinhamento. Já conversou na COF algumas vezes sobre apresentar e explicar à plenária como é o processo de trabalho da COF. Nem todas/os têm a experiência de fiscalização e de orientação. É relevante na condição de conselheiras/os participar de todas/os as plenárias éticas e conhecer o trabalho, assim como é muito importante conhecer, sem exceção, o trabalho de COF. Lembra que em maio solicitou pauta para tratar da questão, a qual foi negada. Em relação à fala de Vinicius quando refere a qual seria a política alternativa, elucida que este foi o principal motivo pelo qual foi requerida a mediação, com vistas a desenhar a política alternativa e não exibi-la como pronta. O objetivo é de construção conjunta. Concorda com relação ao normativo como pacto mínimo, é muito importante ter esse alinhamento mínimo das ações deste coletivo.

Mas, como dito anteriormente, se preocupa se acaso não puder avaliar e rever essas ações enquanto conselheiras/os. Conversando especificamente com a fala da Clarice, concorda que transformamos a responsabilidade em cobrança e considera que é inadequado o envio de mensagens à diretoria por whatsapp para tentar resolver questões, mas é o processo de trabalho. Essa forma precisa ser repensada enquanto plenário identificando quais são as possibilidades, qual a possibilidade de cada um, o que se pode ou não fazer e, para tanto, proceder o diálogo. **33)** Ivani Francisco Oliveira se desculpa com Rodrigo Toledo por gerar impacto causado e que não era intencionado. Elucida que não se trata de uma fala coletiva, apesar de estar identificada no grupo que solicita imediação. Fala na condição de uma conselheira que saiu no teto das 17 horas e que não acompanhou esse momento que Rodrigo Toledo explicitou a questão. Exatamente o que Clarice disse, dos erros e dos equívocos que se desdobram após o fato. Assim como fala do lugar de conselheira que presenciou a chegada de uma conselheira no horário que citou anteriormente. **34)** Evelyn Sayeg comenta que o plenário já discutiu três vezes sobre vários casos e não necessariamente diz qual é a política, qual é a diretriz que estamos errando e qual é este caminho. Avalia como positivo que as/os conselheiras/os consigam se escutar, porque a proposta que o CFP trouxe e que as primeiras falas foram colocando, em sua opinião, que a ofensa não é o método aqui. Tem a expectativa de que se pudessem desvincular dos casos para que fossem cessadas as ofensas, visto que nem sempre a posição passiva é a menos ofensiva. Há várias formas de ofender. Caso isso seja uma mediação, então que se diga qual seria a proposta. Qual é esta diretriz que não está sendo cumprida ou que está sendo ruim e mal executada. Insiste para saber qual o caminho que se considera adequado e que mudança seria esta. Caso se trate de uma negociação, quer saber qual é esta proposta e plano de governo para a diretoria executiva. Qual é este plano para a COE e para COF? E que se aponte onde está o equívoco dentro da diretriz, porque o grupo ao qual pertence enxerga que estão cumprindo o relatório de gestão do XIV Plenário, que estão cumprindo as diretrizes do COREP e do CNP. Se não estão cumprindo, que se diga onde está esse equívoco dentro dessas diretrizes e qual seria esta proposta alternativa de que estão falando. Quais são esses consensos que serão trabalhados? Para ela, ainda não foi possível enxergar eventuais conceitos determinados e/ou delimitados. Isso tudo para dizer que, enquanto se continua discutindo casos, existe um mundo externo e está preocupada. Entende que o grupo ao qual pertence está preocupado em enfrentar o golpe, em

enfrentar o retorno de um modelo asilar, em enfrentar as violações de direitos humanos que acontecem a todo o momento, por exemplo, neste momento que acaba de morrer uma pessoa na Cracolândia. Chama o plenário para trabalhar e seguir adiante e, para tanto, que se apresente qual é a proposta a ser fechada de direcionamento do caminho. **35)** Andrea Mataresi coloca o quanto esse movimento é algo pessoalizado que vai entrando com uma maquiagem de que o que se quer é política. Por exemplo, na volta do Congresso da Ulapsi no Paraguai, as/os conselheiras/os que foram chegaram mais tarde, saíram mais cedo e, no entanto, isso nunca foi questionado porque estariam exercendo o direito de estarem conselheiras/os assim como foram eleitas/os. Só que, ao contrário, sua chegada, por exemplo, causa. Isso remete a como isso está pessoalizado, porque esse racha começa na primeira plenária. É uma pessoalização maquiada de política. Consulta onde que não se cumpre aquilo que é deliberado, que precisa passar a se cumprir e quem é responsável por cada ação. Porque, por exemplo, na COE, ela enviou 3 (três) e-mails para o conselheiro Edgar, que também é da COE, perguntando sobre as ações políticas nas subsedes que estão sob a sua responsabilidade vez que é de Subsede. Nunca teve resposta. Tem notícias sobre o que ocorre em Ribeirão Preto porque a Beatriz mantém contato e vão encontrando saídas. Às vezes tem notícias de Sorocaba porque a preocupa devido à situação específica. Mas, no geral, não estão sendo feitas as ações. Fato é que estamos em setembro e poucas subsedes começaram a fazer o que foi acordado e que as próprias subsedes, que trouxeram a demanda, diziam ser importante no Planejamento Estratégico para 2017. Com vistas a entender melhor a situação, solicitamos às pessoas que relatassem eventual problema. Beatriz, por exemplo, informa que não tinham informação de tudo aquilo que podiam fazer. Chama a atenção porque a responsabilidade da ação é de um conselheiro de subsedes, que no momento representa o outro grupo, e pelo que parece também não tinha noção da dimensão do que poderia ser feito. Enfim, é um pouco disso que está pessoalizado, não é no fazer política, mas no ato de apontar o dedo para algumas pessoas. Está claro quando tem aplausos com algumas falas e vaias com outras. **36)** Beatriz Marques de Mattos dialoga com Andrea explicando que o que vem conversando e até onde sabe o conselheiro Edgar estava responsável por 3 (três) ações da COE. E essas estão sendo discutidas pelas subsedes. As três ações que Edgar disparou por e-mail, acredita que todas as subsedes devam ter recebido, nem todas responderam. Lembra que algumas responderam, mas nós fomos para outra ação. Avalia que seja isso,

perspectivas de olhares. **37)** Andrea Mataresi insiste que era desinformação quanto a algo que estava previsto no Planejamento Estratégico com a presença das pessoas de subsedes. **38)** Pedro Paulo Bicalho participa que nesse momento há no Brasil 298.998 (duzentos e noventa e oito mil e novecentos e noventa e oito) psicólogas/os. Só em São Paulo são 92.535 (noventa e dois mil quinhentos e trinta e cinco). Enquanto que em Portugal são 20.000 (vinte mil) psicólogas/os, ou seja, o CRP 06 faz a gestão de 5 (cinco) "Portugais" de psicólogas/os. Aliado a isso, vivemos em um momento com muitos retrocessos contemporâneos, em especial no campo das políticas públicas que são hoje as maiores empregadoras de psicólogas/os. Uma pesquisa recente do DIEESE aponta que 60,8% das/os psicólogas/os se afirmam direta/o ou indiretamente ligadas/os as políticas públicas no seu exercício profissional. Portanto, considerando o tamanho do CRP 06, aliado a uma série de retrocessos, não se resolverá com essa discussão, que continuará sendo uma dificuldade de gestão. Uma dificuldade muito própria deste Regional que representa a gestão de um terço das/os psicólogas/os do Brasil, ou seja, um terço dos problemas aliados ao fato de que este plenário lida diretamente com eles. Retoma a fala de Guilherme ao início da plenária sobre um momento de crítica e autocrítica bastante importante. O deixou impressionado, antes de ser verbalizada a questão da polarização dos grupos, que não está presente somente na ideia de se conceber quem são esses grupos, mas também na polarização na ideia do que é político e do que é administrativo. Em sua opinião é um problema porque se polarizam essas duas questões e entendem como dissociadas. Está polarizado entre quem conhece a norma e quem não a conhece, entre quem gosta de usar a norma e quem não gosta. Acredita que são polarizações que tem atrapalhado o diálogo, a partir do qual se constroem algumas estratégias que não podem se reduzir a projetos de normatização, mas, por outro lado, as normatizações são nossa segurança e essa talvez seja a grande controversa com a qual se precisa lidar. Como gestores públicos não podem dispensar as normatizações, mas também não podem fazer com que elas sobreponham. E, além disso, essas controversas não podem fortalecer processos de judicialização e criminalização, porque acreditamos nisso como pressuposto no nosso método de entender a política. Com isso, o que precisa ser pactuado é a disponibilidade para uma mediação e que não necessariamente tenha relação com a presença da diretoria do CFP, mas que se constrói no dia a dia e que pressupõe confiança e autonomia. E confiança não é a confiança pessoal, mas confiança a partir da etimologia da palavra. É um processo que exige confiança no

trabalho conjunto. Exprime que a grande pergunta é o que significa um diálogo construído para além do normativo. Um diálogo que permita processo de autonomia, autonomia no sentido de construir as próprias regras, lembrando que essas esbarram necessariamente nas regras que compõem a própria gestão pública e que tem correspondência com transparência e uma série de conceitos que parecem, muitas vezes, não estar claros para todas/os, o que dificulta esse mesmo diálogo. Também é importante refletir sobre a genealogia do incômodo, porque esta gestão não acredita no positivismo como método. Não acredita que as questões possuem uma relação de causa e efeito, por isso pensa muito mais genealogicamente do que causalisticamente. Sugere que se pense em um incômodo enquanto algo relativo a um processo que se constrói, que produz efeitos e que estão ligados a uma série de relações que são de poder e que se constrói a partir do próprio incômodo. Nesse sentido, alguns desses incômodos vão aparecendo nesta plenária, como por exemplo, a questão da advertência da AT. Entretanto, mais importante que pensá-los como causas é pensá-los como acontecimento, ou seja, pensar o acontecimento e não a intencionalidade de quem provocou o ato, muito menos as causas e uma relação de culpabilidade. Pensar os efeitos que são produzidos a partir deles e muitas vezes os efeitos não se associam com intencionalidade ou com culpabilidade, porque ações acontecem além de nossa vontade. Estar na gestão é, de fato, estar nesse lugar de produção de acontecimentos e é muito importante trazer e resgatar acontecimentos para entender, não exatamente quais são eles, mas quais efeitos produziram em todas/os. Explicitá-los é igualmente relevante. Foi falado aqui sobre uma série de questões que não foram conversadas ou encaminhadas, dado um modelo de gestão que não permite. Para tanto, avalia que a grande estratégia é pensar num modelo de gestão em que se possa permitir tudo isso. Sobre os fluxos, fala que não estão bem percebidos por todas/os, sendo necessário começar novamente. Ter um momento de apresentar os fluxos, pois nesta plenária falamos “olha os fluxos são assim...”. Defende a apresentação dos fluxos porque é uma gestão de oposição e não tiveram transição, reconhecendo que estão começando. É preciso que se reconheça isso. A ideia de que são continuidade pode ter gerado um problema. Faz-se necessário apresentar este Conselho a todas/os, apresentar os fluxos, apresentar como ele funciona, como é a COE, quais são as dificuldades. Também acredita ser necessário reconhecer que o Planejamento Estratégico realizado não produziu estratégias coletivas de gestão e se for necessário que seja feito outro, contratando uma pessoa para ajudar. Em sua opinião o

Planejamento Estratégico é mais do que a construção de um documento. Tem que servir para o plenário se reconhecer como um grupo que produz uma gestão, considerando inclusive a questão da responsabilidade na gestão pública. Afirma que não foram necessariamente formados para serem gestores públicos. Essa é uma dificuldade que enfrentam. Não fizeram curso de conselheira/o, não fizeram curso de gestora/r de autarquia. Foram aprendendo no dia a dia e não aprenderam direito. Essa é uma complicação que precisam assumir e entenderem esse momento como um eterno processo de formação. Precisam exercer mais este processo de formação, juntos. A plenária, como disse algumas vezes, tem discutido pouca política, poucos princípios. Se há mesmo necessidade de se discutir a política e os princípios, não uma política dissociada do administrativo, das normativas, mas uma política que está na ação de todas/os, independente do lugar que se ocupe, porque, às vezes, estar na diretoria é ter essas normativas muito mais próximas e assombrando. Reflete sobre que lugares são esses que se ocupa e de que modo esses lugares que se ocupa geram políticas de gestão, políticas administrativas, políticas para se pensar o contemporâneo de outras políticas públicas. Entende que já é hora de parar de dissociar, pois tem introduzido uma série de confusões que precisam ser analisadas para tentar construir uma história diferente. **39)** Camila Teodoro Godinho introduz lembrando que saiu em licença maternidade no mês de fevereiro deste ano e retoma um pouco daquele momento que se começavam algumas tensões. Sente muito por retornar no momento atual, pois para ela também não está sendo fácil. Recorda-se da época que trazia algumas falas para a diretoria de que era preciso dar um passo para trás porque, como diretoria, não estariam ouvindo, como deveriam, algumas demandas do Plenário e essas demandas pipocavam principalmente nas subsedes. Tinha a percepção de que muitas/os conselheiras/os não estavam, em alguns momentos, compreendendo algumas ações que haviam sido pactuadas em Planejamento Estratégico. Sua leitura nunca foi de que era boicote ou de que as pessoas não queriam fazer, que era discordância tão e somente, mas sim de que precisavam dialogar muito melhor sobre o que estavam fazendo, porque não havia uma compreensão 100% nas plenárias. Fez uma tentativa, não sabe se frustrada ou não, de ir até algumas subsedes conversar e saber o que estava acontecendo. Conversou um pouco com essas subsedes, não sabe o quanto ajudou, mas teve essa percepção de que precisavam recuar para entender o que estava acontecendo. Sente que o que ocorreu naquele momento se repete aqui, diante tudo que está acontecendo, que é

certa inflexibilidade, principalmente da diretoria, de duas pessoas que são o Aristeu e o Vinicius. Existe uma transição que fazemos de diretoria e, quando chegamos, somos engolidas/os pelo sistema. O CRP é um Regional gigantesco, com muitas tarefas para fazer e um planejamento enorme. O planejamento aconteceu muito rápido porque esta gestão tomou posse em setembro e o planejamento já tinha que ser realizado. Fazemos ações, também como diretoria e não é nada fácil, nunca foi e nunca será, é uma posição completamente esmagadora porque precisamos resolver muitas questões. Coloca-se também nessa posição de que naquela época, talvez, escutar e tentar o diálogo não tenha sido fácil devido ao pouco tempo que se tem. Lembra que pontuou muitas vezes sobre a inflexibilidade, principalmente das duas pessoas que citou, as quais não sabe o quanto é também uma questão de gênero ou não, mas não se sentia ouvida e eram questões que colocava na diretoria e não acontecia nada. Precisavam seguir adiante para as plenárias e ações que esperavam solução. Considera a fala de Ana Sandra sobre empatia brilhante. Nunca teve empatia, não sabe se terá, mas é algo que podem sim pensar, porque acredita que podem compor vez que o grupo é formado por muitas pessoas, de diferentes lugares. É um grupo muito bom, com força e que pode se ajudar bastante nos próximos dois anos, porque estão em todos os lugares e com as comissões compostas. A única dificuldade é de comunicação e de diálogo. **40)** Maria Rozineti Gonçalves reflete a partir da fala de Mercedes. Chega ao CRP e está compondo este Conselho por um compromisso com um grupo específico e com um compromisso de demanda da categoria enorme. Foi com este empenho que chegou, para resolver e realizar ações tendo este compromisso em mente. Quase não conhecia ninguém e teve que chegar se reconhecendo e se conhecendo neste lugar. A questão já foi pontuada, alguns incômodos que percebeu e fazia muito autocrítica: “acho que sou eu que sou ignorante, não estou entendendo nada, estou sendo atropelada”, porque estava se sentindo atropelada no processo. Às vezes tinha uma fala, às vezes não conseguia falar e pedia ajuda porque realmente estava em um momento novo. Contou com a colaboração de muitas pessoas que a ajudaram a entender o processo. O lugar na plenária é diferente de participar de núcleo, o qual estava há cinco anos, porque é um pedacinho de tudo. Alguns incômodos foram se configurando no Planejamento Estratégico e ficou ‘descabelada’ devido à demanda da educação, juntamente com a Larissa. O Márcio contribuiu e algumas pessoas também, mas não davam mais de 5 (cinco) pessoas tendo que fazer as ações para o território do Núcleo inteiro. Naquele

momento, retomam as deliberações do COREP, mas a concretude daquilo começou por ai. Depois houve outros incômodos. Teve a questão da composição dos núcleos e das comissões gestoras, de como o processo ocorreu. A nossa proposta era inovação e mudanças, está em nossa plataforma. Esta gestão veio com esse molde, mas, na realidade, na medida em que se colocava em prática, foram acontecendo dissonâncias. Seu incômodo foi crescendo porque percebeu que, ao expressar determinados assuntos, iria de alguma forma ganhando rótulos de conservadora, de desonestidade, o não foi dito explicitamente, mas levava-se a entender em alguns processos. Mais recentemente, golpe. Isso a incomodava absurdamente também quando recebia em seu *Facebook* divulgação dessa natureza. Como sabe que há dois grupos, não é ingênua e nem burra, fica bem incomodada porque não foi por este motivo que é conselheira e não é por isso que quer sair do CRP. Também faz sua culpa quanto à questão da COF, se talvez não tenha respondido a contento para COE, porque é conselheira membro da Comissão de Orientação e Fiscalização para algumas expectativas, mas, quando vem o processo de criminalização, fica estarrecida. Não participa do Conselho para este fim, para viver esse processo dentro da Psicologia onde se rompe o diálogo infelizmente. Quando Vinicius fala que política queremos, é uma política internamente democrática. Usa a palavra da Camila sobre inflexibilidade em alguns momentos. Foi dito do pessoalismo que também está de todos os lados em todas/os da plenária, para julgar e analisar determinados pedidos de apoio, por exemplos, e determinadas representações. O pessoalismo está no processo e espera que seja eliminado, para poder caminhar esses dois anos que restam à gestão. Compromete-se pessoalmente com este propósito. Conforme citou Pedro, é a confiança necessária que terá que ser construída com algumas pessoas. Reconstruir a confiança num processo como todo. Propõe-se a compreender mais escutando a/o outro. Cita a respeito da pauta da plenária, que constava como primeiros pontos as questões financeiras, por exemplo, mas não sobrava tempo para as questões políticas. **41)** Mauricio Marinho Iwai diz que a fala sobre empatia é excelente, mas é uma fala que ele trouxe muitas vezes. Avalia como positivo vir alguém de fora falar a respeito, mas sinceramente não acredita que as pessoas vão se sensibilizar. Discorre que aprendeu com tristeza a fazer enfrentamentos. Aprendeu com tristeza a não trazer um olhar da compreensão por não ressoar, por não ter dado certo e no fundo não crê que vai mudar o “sangue nos olhos” das/os conselheiras/os. Reflete a que veio esta gestão. Lembra-se de Clarice falando: “poxa, mas estamos aqui e parece que não há nunca

uma disposição para se perder nada. Seja do ponto de vista físico material, ou do ponto de vista físico subjetivo". Diante disso se pergunta para que vieram. Afirma que não é a passeio, como costumava dizer Fábio Belloni. Se sente um pouco infantilizado com a fala de Pedro sobre conhecer o Conselho, primeiro porque foi feito um processo de autoconhecimento do lugar que se ocupa usando diversos métodos, nem sempre os mesmos. Alguns criaram mais e outros menos, mas de modo geral, independente disso, e até desses processos, se sente infantilizado. Entende que a responsabilidade é da pessoa. Lembra-se de momentos em plenárias anteriores que as pessoas disseram: "Ah, mas eu não sabia" e por isso, se deixou de fazer várias ações, o que é muito ruim. Quando se fala em enrijecimento, fica pensando: poxa, as coisas ficaram enrijecidas, mas será? E de onde vem essa palavra "enrijecimento"? Pensa, também, quando se fala em etimologia, rigidez, e indaga se o processo teria ficado muito rígido. Ao mesmo tempo em que pergunta: mas não nos comprometemos a sermos rigorosos? Além disso, tem as questões das palavras, de como contemplar. Discutir coletivamente é extremamente importante em todos os eventos que se faz. Quando se fala de interiorização e territorialização, por serem eventos relevantes, é preciso fazer a discussão coletiva. Preocupa-se com a questão da autonomia porque as regiões são grandes. As subsedes fazem um trabalho em grandes regiões e o plenário tem que fazer essas discussões, se não haverá repetições. A título de exemplo conta sobre uma atividade com pauta interessante de representação, porém foi uma repetição do que aconteceu em eventos anteriores que poderiam ter sido coletivamente construídos. Este plenário está aqui para os usuários da Psicologia que tem de ser contemplados, se referindo às ações de COF que deveriam ter sido discutidas e é política. Acrescenta que o plenário não conseguiu construir um modo de acessar as pessoas que não são, ainda, usuárias da Psicologia, mas que tem este direito. Encerra sinalizando que está na plenária para ouvir e construir juntas/os uma proposta que consiga realizar o projeto da gestão. **42)** Clarice Pimentel Paulon aborda sobre quais elementos teriam para repensar as diretrizes do funcionamento do Conselho de uma forma geral. Refere-se a uma parte da fala de Pedro, que gostou muito. A ideia de continuidade que teria gerado os problemas percebidos. Esta parte, especificamente, foi muito discutida aqui e inclusive nas reuniões de diretoria, na época em que a gestão foi iniciada, que Camila compunha a diretoria e que, de alguma forma, a diretoria era cobrada externamente por parte do grupo político de já saber das questões, de como elas funcionavam. Então, existia certa cobrança nesse sentido, se considerava que já

sabíamos e, portanto, que fizéssemos. Perguntar era ofensivo. Conta que teve essa experiência em relação ao grupo político, o que é extremamente complicado. No início, considerando a fala da Camila, tinha uma ideia de que existia certa inflexibilidade em relação ao Aristeu e ao Vinicius e que, às vezes, se digladiava para questionar e perguntar. Mas, de repente, teve um indício oposto a isso, que foi o momento em que o conselheiro Márcio pediu renúncia. A questão foi conversada em diretoria sobre como fazer, se acataríamos ou não. Decidimos em diretoria por convocar uma plenária extraordinária com pauta única para discutir o assunto e ver como estava sendo organizado. Na época, ela, Clarice, dava aula em Ourinhos e não poderia estar em São Paulo às sextas-feiras e a plenária teria que ser realizada em uma sexta-feira. A diretoria se disponibilizou a escutar o que estava acontecendo. As notícias que teve de como aconteceu essa plenária, foram em sua opinião, catastróficas, porque lhe pareceu uma plenária em que o tempo inteiro se apontou o dedo para a diretoria sobre a forma como a diretoria estaria conduzindo de maneira opressora este Plenário e como a diretoria deveria resolver isso de outra forma, apontando o dedo inteiramente para as responsabilidades da diretoria, sem nenhuma autorresponsabilização. Avalia que isso é complicadíssimo, porque quando o Guilherme começa esta plenária, hoje, falando da autocrítica e ela escuta algumas autocríticas do plenário, mas muito mais no sentido das diretrizes do que em relação à forma de funcionamento que se faz dessas diretrizes. É como se tivessem fazendo uma autocrítica dos direcionamentos do Plenário e não de como se posicionam em relação a isso. Por exemplo, as questões de como se faz as indicações de representação sempre são faladas em segredo. E, com raras exceções de Beatriz, Suely Ortiz e Guilherme Raggi, ninguém jamais se aproxima para consultar como se estabelece. Assim, se a questão é retomar as diretrizes e estabelecer uma forma de funcionamento, desconhece qual o intuito de recompor espaços, se as questões são as organizações das diretrizes políticas e não as pessoas. Outro dado importante para discutir administrativamente, que a Beatriz trouxe, talvez seja a morosidade e lentidão de alguns processos, de eventos, o que realmente concorda que precisa ser discutido e é uma diretriz significativa. **43)** Regiane Aparecida Piva faz sua autocrítica relacionada à herança de vir de outra gestão, mas anuncia que pedirá para recuperar algumas ações que tinham na outra gestão enquanto representantes de um movimento maior que estão aqui representado. Diz que conhecia 3 (três) pessoas que compunham a Diretoria e teve um momento de confiança. Sua autocrítica é no sentido de ter aprovado muitas ações. Vinicius sempre

fala que este plenário aprovou unanimemente alguns pontos. Mas, talvez estes não tenham sido legais e levaram a este momento atual. Portanto, essas questões poderiam ser revistas, a partir de um grupo que se debruce sobre isso e faça análise. Sugere que no período da tarde haja um tempo para pensar nas ações de encaminhamento enquanto grupo e que a mediação não termine nesta data, 02/09/17. Coloca que esta plenária irá para o quarto debate, a partir de algumas tentativas, o que justifica uma proposta de recomposição. Defende que haja o compromisso de reconstruir diretrizes no coletivo. Ressalta que quando o grupo solicitou a mediação foi reconhecendo que todas as/os conselheiras/os foram eleitas/os e merecem compor o XV Plenário, mas é possível repensar os lugares. As questões extrapolaram. Estamos sendo cobrados pelo movimento político e pela gestão passada também. Acredita que é preciso recuperar o papel do que é ser conselheira/o. Não quer ter de recorrer ao site da Transparência, por meio da Lei de Acesso à Informação, para obter uma informação que a Secretaria pode conceder. Como conselheira eleita, não quer ter que dialogar com memorandos. Acrescenta que na atual gestão recuou um pouco, se desligando dos núcleos e realizando ações onde, de fato, era necessária. Propõe que se possa pensar nas recomposições, discuti-las e estabelecer encaminhamentos para os próximos períodos da gestão no coletivo, com todas/os as/os conselheiras/os. **44)** Rodrigo Toledo pontua sobre a fala explicitada da conselheira Ivani, que não faz sentido quando ela indica a plenária e indica o benefício, pois reafirma que ela está falando de prevaricação, de que ele está prevaricando em sua antiga posição, na Diretoria. Destaca que não assinou nenhuma das duas cartas, do grupo que conversou com ele (são 10 pessoas) e do outro que não o procurou para dialogar em nenhum momento. Todas/os essas/es dez conselheiras/os sabem de sua posição e também de sua discordância com alguns aspectos, o que não é segredo para ninguém, uma vez que em sua leitura os dois grupos têm equívocos, ainda que um tenha mais equívocos que o outro. Essas dez pessoas sabem, principalmente, que assumiu um lugar na Diretoria porque o Plenário o colocou de uma forma unânime no dia da recomposição da Diretoria, com o afastamento da conselheira Camila. Todas/os as/os conselheiras/os presentes votaram pela sua entrada na Diretoria, então, é importante lembrar esse momento. Ressalta também que sua decisão de licenciamento da Diretoria para que esta atividade pudesse acontecer ocorreu porque não se sentia confortável em estar diretor nessa situação. É uma pena, novamente, ter que, neste momento, estar batalhando para ter diálogo. Todas as pessoas que o procuraram para

dialogar, para conversar, sabem que o tempo todo vinha defendendo este diálogo em várias esferas, sendo esta a última decisão tomada que é o diálogo via mediação. Não deseja partir para acusações porque há uma série de outros elementos e considera importante que todas as pessoas pudessem retomar as autocríticas tão citadas para lembrar, exatamente, de seus posicionamentos. Para concluir, retoma a fala da conselheira Maria Rozineti de questionamento sobre o que é preciso para uma política democrática ser, de fato, democrática. Para ele, é de lugares. Essa era a pergunta que de alguma forma já foi respondida por algumas pessoas. **45)** Ed Otsuka dialoga com algumas falas que foram colocadas e que não foram, não tiveram ou não encontraram um retorno e também com sua própria fala anterior que não teve e não encontrou retorno. Este plenário está em uma situação dilemática e muito porque as/os conselheiras/os se encontram em um lugar de falta de um diálogo e de uma possibilidade dialética que possa crescer no sentido de proposta. Traz-se um discurso de que o modelo de gestão administrativa não funciona, que engessa e que paralisa, mas a proposta contrária para que essa dialética, esse diálogo, aconteça não aparece. Fica ainda mais preocupado quando o conselheiro Guilherme expõe a ideia de que se construa um modelo a partir daqui. Todas/os estão nessa discussão há um tempo. Essa negociação já estava há longa data agendada e não foi construída, não foi trazida qualquer proposta que pudesse dialogar com o que está sendo colocado como inválido ou algo que deva ser transformado? É preciso que tragam em quais pontos essa transformação deve ocorrer, minimamente. Julga preocupante que a única transformação sugerida seja a de recomposição. Não há proposta de como fazer, de como realmente caminhar. Há uma disputa, disputa de poder, de lugares e, sinceramente, considera que o plenário irá continuar nesse dilema se a propositura for apenas a recomposição, que serve tão somente para velar as questões que estão sendo postas. A respeito da forma como vê todo o discurso do afeto, da empatia, se sente agredido quando colocado num grupo caracterizado como não afetivo, afetuoso ou afetado. Sendo que é por esta razão que está aqui e que atua onde atua e que milita onde milita. Quer ver as ações acontecerem. Parece um discurso bastante vazio. Precisam entender quais são as propostas. Se for somente a recomposição, então que se possa afirmar isto para avançar esse dilema, porque o plenário continua na paralisia de um discurso que não propõe. **46)** Ana Sandra Fernandes Arcoverde (CFP) anuncia, às 13h11, que foram encerradas as falas no período da manhã. Conforme combinado o plenário interromperá os trabalhos para o almoço de uma hora e trinta minutos,

devendo retornar às 14h30. ***4.3) Das manifestações do Plenário (período da tarde)*** – Ana Sandra Fernandes Arcoverde (CFP) propõe que o período da tarde seja voltado para a construção de propostas efetivas. Consulta os presentes a respeito da possibilidade de estender as falas para propostas, para que se possa concluir o raciocínio. Analisa a possibilidade de um teto de 8 (oito) minutos de fala. Afirma ter conhecimento que não foi possível findar todas as questões, porém foi acordado que o período da tarde seria feito um movimento mais propositivo. Dispõe-se a anotar as inscrições de propostas. Aberto ao plenário: **1)** Beatriz Borges Brambilla comenta que em conversa com o grupo de 18 (dezoito) conselheiras/os, divagaram sobre o que significou solicitar a mediação ao Federal, entendendo como uma alternativa para os tensionamentos e as relações. Entende-se que o que foi vivenciado no período da manhã expressa muito do campo das relações. Reafirma que o debate e a divergência não são por princípios e nem por plataformas e projetos de psicologia, mas um debate sobre metodologia. Discorre que estão na 4ª (quarta) discussão e que não houve mudanças, o que acaba refletindo no debate de conteúdo. Ademais, tem uma manutenção de um modo operante específico da gestão e que, por isso, a avaliação é de propor, nesse momento, a recomposição da Diretoria, da COE e da COF. Visando uma proposta de construção coletiva de método de gestão, respeitando e observando os marcos legais e as diretrizes das instâncias da Psicologia das quais se comprometem como tarefa imediata à produção de ações que marquem a emergência da deliberação de um projeto de gestão e de um Planejamento Estratégico que supra com as demandas. Por seguinte, apresenta a proposta de recomposição, indicando Luciana Stoppa dos Santos para a presidência, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira para a tesouraria, Maria Rozineti Gonçalves para vice-presidência, Suely Castaldi Ortiz da Silva para a secretaria, Reginaldo Branco da Silva para a presidência da COE e Regiane Aparecida Piva para a presidência da COF. **2)** Vinicius Cesca de Lima retorna ao ponto que encerrou a parte da manhã desta plenária, reverberando a fala de Ed Otsuka, e indaga qual é o projeto e se a discussão é de recomposição e pró-recomposição. Comenta ainda que não se explicita adequadamente qual a divergência com o método colocado, discordando, assim, da avaliação que a conselheira Beatriz Marques Mattos apontou anteriormente. Em sua análise há um conjunto de elementos de queixa, mas não visualiza um elemento que sustente uma crítica minimamente coerente e, muito menos, a apresentação de uma alternativa, propondo discutir a política a ser feita. Aponta que a maneira como o grupo apresenta a proposta

alternativa trai o compromisso fundante do grupo: de se constituir enquanto grupo, discutindo qual plataforma política fariam e, somente na sequência, discutir quem a executaria. Agora se inverte a ordem para pensar quem ocupa o espaço e se deixa em aberto o que será feito com isso. Assim, insiste que se trata, meramente, da ocupação de espaços de poder. Dado isso, afirma que a recomposição para a ocupação de espaços de poder sem se ter discutida qual é a política pretendida, em detrimento daquilo que constituíram coletivamente enquanto grupo e que apresentaram para a categoria e para a sociedade durante o processo eleitoral, tem nome. É golpe. **3)** Ana Sandra Fernandes Arcoverde de Nóbrega (CFP) resgata que a recomposição da diretoria é algo que é previsto dentro da legislação. O assunto abordado é de proposições. Assim, pretende, para quem não concordar, fazer outra proposta. Solicita que se faça do plenário um local democrático. **4)** Andrea Mataresi pontua que se pode discutir e discordar de forma democrática, não precisando apresentar outra proposta, podendo apenas discordar. Que isso é ser democrático também. **5)** Ana Sandra Fernandes Arcoverde de Nóbrega solicita que, conforme pactuado com todas/os presentes, as inscrições apresentassem propostas, podendo, posteriormente, discutir proposta por proposta. **6)** Evelyn Sayeg solicita a mediação na negociação. Entende que o grupo veio receber a proposta e dialogar acerca dela. Não sabe se cabe discutir nomes, considerando que o tempo todo, no período da manhã, foi apresentada uma proposta, solicitando discutir quais são as diretrizes do COREP, do CNP, do Relatório de Gestão do XIV Plenário que não foram apresentadas. Não considera pular etapa, esquecendo como foi a composição da chapa, quando foram discutidas quais eram as plataformas. **7)** Andrea Mataresi declara não entender porque colocam a Comissão de Ética e a Comissão de Orientação e Fiscalização (COE e COF). Embora não consigam apontar o que não concordam, se trata de uma disputa de poder, uma disputa de nome, de presidência. Querem se cacifar na profissão a partir deste lugar. Questiona o porquê de a Comissão de Politicas Públicas (CPP) e a Comissão de Direitos Humanos não estarem em jogo, indagando, por exemplo, do engessamento que tem sido falado. Propõe que se fale o que a CPP fez neste ano de gestão, porque lhe parece que não fez nada. **8)** Rogério Giannini (CFP) esclarece que estava inscrito no contexto da discussão anterior, para não interferir na votação. Elucida que há 2 (dois) grupos e somente 1 (um) fez uma proposta de encaminhamento, concordando que deve haver questionamentos. Recupera que a mediação é feita com 2 (dois) grupos, pois, ambos aceitaram a mediação, portanto não é um grupo que vai falar e o outro grupo avaliar,

pois, ambos estão na mesma posição. Entende que a parte mais reativa já passou. Solicita a não utilização de adjetivos que coloquem o outro na posição de cinismo, de frieza ou de subir o tom de forma agressiva, destacando que não vieram compactuar com agressão. **9)** Andrea Mataresi aponta que, se Maria das Graças Mazarin de Araújo está dizendo que o Conselho Federal de Psicologia está junto com o golpe, cabe ao CFP se posicionar. **10)** Clarice Pimentel Paulon solicita para se aterem às propostas, visto que quem demandou a mediação havia sido o grupo oposto, não havendo propostas fechadas em relação a isso. Considera que não cabe a seu grupo avaliar a proposta, porque a proposta será avaliada pelo plenário como um todo. Aponta o porquê da parcialidade da proposta: se é uma proposta de recomposição, porque se fala de uma recomposição só dessas Comissões e não de outras e porque, especificamente, uma recomposição que não compõe, somente com um dos grupos. Trata-se de uma recomposição unilateral, parcial e que não produz nenhum diálogo, a não ser a marginalização de um grupo em detrimento do outro. Assim, propõe a continuidade das discussões de plataformas políticas, já que é em comum acordo a continuação dessas discussões em planejamento estratégico. Lembra que a recomposição é algo que não vai acontecer no dia corrente, pois a atual diretoria faz um ano de gestão somente no final de setembro, portanto, a recomposição é algo que não aconteceria hoje pelo regulamento. Propõe continuar nesse espaço de mediação. Considera que a proposta apresentada simplesmente fala "*vocês não sabem brincar com a bola, então agora a gente brinca com a bola*". Considera a proposta extremamente incômoda, nesse sentido, porque como relataram no início, houve um jogo de "*ping-pong*" e não mostraram composição alguma em relação a isso. Propõe discutir, por exemplo, dados que foram expostos de manhã, como a morosidade dos processos em relação aos eventos ou, que se possa discutir algumas repactuações de Planejamento Estratégico, de pensar novas estratégias em relação a isso. Mas, a discussão de ocupação de cargos não é uma discussão que deve ser considerada neste momento. **11)** Bruna Lavinas Jardim Falleiros sinaliza que faria uma proposta similar a de Clarice Pimentel Paulon. Em complemento à proposta, defende a manutenção das posições e dos lugares das pessoas onde estão. Considera que esse segundo momento começou construindo uma conversa e que, de repente, se tornou outra. A real intenção desse momento se apresenta agora, mas a conversa que estavam construindo era de identificação de que este grupo de 29 (vinte e nove) pessoas são todas/os indivíduos responsáveis pelo que aconteceu até aqui e que,

nesse sentido, todas essas pessoas tiveram atitudes e ações para com esse espaço e em um momento de rever o que deveria ser corrigido e que deveria ter pessoas assumindo erros e com falas de críticas e autocríticas. Analisa não ter ouvido autocríticas a não ser no sentido de que “eu confiei e agora não confio mais”, o que não é uma autocrítica, continua sendo somente uma crítica. Isso não é uma mediação e sim uma ruptura súbita. É um acontecimento que também terá repercussão. Deveria ser óbvio para todos e julga ser difícil pensar como enunciar nomes. Pretende saber quais são as propostas que essas pessoas que irão ocupar esses lugares oferecem, uma vez que tem muitas críticas à gestão das Comissões de Orientação e Fiscalização, de Políticas Públicas e de Direitos Humanos, por não ver muitas ações acontecendo. Destaca que nenhum desses espaços apareceu em Plenária; questiona, assim, o que é feito, como é desenvolvido, o que acontece. Perdeu-se muito tempo de Plenária acusando ou querendo discutir o que era conduzido na gestão da Comissão de Ética, da Diretoria e da Comissão de Comunicação. Reflete que se perdeu muito tempo nas Plenárias, e não se sabe o que as pessoas desse grupo faziam ou deixavam de fazer, ou como decidiam. Por isso não era possível se discutir política. Gostaria de saber o que esses nomes fariam e o que fariam de diferente. Sua proposta é de manutenção das pessoas no lugar onde elas estão, na Comissão de Orientação e Fiscalização, Comissão de Políticas Públicas, na Comissão de Direitos Humanos e ainda que tenha críticas à Comissão de Orientação e Fiscalização, considera ser possível dialogar para que essas questões sejam corrigidas na COF. Salienta que todo mundo precisa rever coisas. **12)** Ana Sandra Fernandes Arcoverde de Nóbrega enuncia que há, até o momento, uma proposta, que é de recomposição. Entendendo que a proposta, caso prossiga, não tem perspectiva de acontecer hoje pelo informe que a conselheira vice-presidenta, Clarice Pimentel Paulon, apresentou: essa não é a plenária que faz o movimento de avaliação dos lugares mas, compreendendo que avaliação dos lugares é absolutamente previsto no Regimento, é legitimo, mas não é nesta data corrente. Mas, há essa proposta. A conselheira Clarice expôs outra proposta, que é de organizar, a partir dessa composição que existe hoje, um movimento de discussão, para que possa ser debatido questões pontuais que foram trazidas sobre morosidade na forma como alguns casos estão sendo organizados. Pactuar algumas outras formas que foram colocadas, que no entendimento dos presentes podem e devem ser revistas. **13)** Bruna Lavinas Jardim Falleiros diz que está compondo com a proposta apresentada por Clarice. Solicita aos próximos

inscritos que suas falas conduzissem para algo totalmente novo do que está posto ou fosse tentando agregar informações, e discutir se concorda ou se não concorda. **14)** Evelyn Sayeg complementa a proposta das conselheiras Clarice Pimentel Paulon e Bruna Lavinas Jardim Falleiros, propondo que se faça uma discussão em torno da plataforma de gestão já executada e uma avaliação da plataforma que foi executada nesse último ano de gestão, e, que se pense um projeto para os próximos 2 (dois) anos. Dessa forma, pensar quais são os nomes que melhor conseguem, a partir da sua história e do seu papel na Psicologia, executar este projeto. Nesse sentido, muito dos pontos que a conselheira Clarice colocou são importantes para conduzir para esta discussão da avaliação da plataforma de gestão, propondo que se comece por aí. Solicita que o CFP e o outro grupo coloquem o porquê da mediação, se for apenas uma recomposição, poderiam chegar à Plenária no final de setembro e fazê-la. Indaga o porquê de estarem discutindo se não vão fazer a discussão em torno do projeto. **15)** Aristeu Bertelli da Silva expõe que, defronte a proposta que as/os conselheiras/os Clarice e Bruna apresentaram de continuar com a formação por um motivo muito simples, muito explícito: não identifica nenhum apontamento que fale de malversação de verba pública, de falta ética, de algum fato que realmente sustente uma mudança de gestão. O que identifica é o uso da força de maioria, da mais completa falta de argumento e da soberba da maioria para poder impor alguma coisa. Enfatiza se tratar de golpe. Discorre que se não há proposta e se a única proposta é da troca de pessoas de lugares, isso se assemelha a ideia de ensejar um teatro. Desviar, torcer a vinda da diretoria do Conselho Federal de Psicologia para simular uma democracia, quando aquilo que queriam, poderiam conseguir na Plenária de votação. Mas não, fazem isso e anunciam um golpe. Salienta que, de fato, o grupo está rachado e que sabe de que lado está e sabe quem são os golpistas. **16)** Rodrigo Fernando Presotto considera necessário dizer que uma proposta regimental não é golpe. Que deveria se ter uma dimensão de respeito. Salienta que já vem sofrendo retaliações, uso de palavrões e destaca que é isso que se tem vivido e presenciado no cotidiano desse Conselho de profissão. Tornaram-se caso de polícia, de sabotagem e de boicote. Sua perspectiva, enquanto proposta, é que se consiga pensar no processo de recomposição, no entendimento que as pessoas que ocupam essas funções, nesse momento, se mostraram incapazes, pois, no ano que transcorreu a partir desses processos de discussão, de revisão, principalmente mediação e articulação com o Plenário foram incapazes de fazer isso. Expõe que há uma questão com a COE, bem

específica, que tem relação com o tipo de comportamento que a conselheira Andrea Mataresi teve, considerando ser franca a questão. Salienta que na semana que passou, por exemplo, houve uma circunstância de um movimento social de trabalhadoras/es de Campinas que recorreu às/aos conselheiras/os e, em vários momentos, foi possível dar respostas mais céleres para algumas ações em que foram convocados. A questão trazida ao grupo de conselheiras/os foi de que a conselheira Clarice Paulon é a figura que tem que ser direcionada e, ao longo do dia, acabou tendo outro direcionamento e, por fim, teve uma representação da qual não foi informado. Considera pensar numa perspectiva de ampliação, inclusive do coletivo. Avalia que há uma dimensão das Comissões, que foram tratadas, inclusive na Comissão de Saúde. Indica que se siga a linha que Guilherme Raggi falou que há momentos de que é necessário fazer uma estratégia de priorização e ação, que é minimamente uma comissão que deveria ser os 29 (vinte e nove). Neste momento, para conseguir encaminhar algumas priorizações, que são decorrências da participação desse Conselho em situações que se tem vivenciado a partir de ataques à democracia, que neste momento estão sendo acusados, e que em nenhum momento se recusaram a debater a questão. Informa que vai aguardar para entrar no mérito da discussão da proposta de recomposição da diretoria, para então fazer uma defesa dela, e pensar no formato que se tem tratado as questões que são emergenciais, para que se consiga ter uma dinâmica mais funcional para atender essas demandas. **17)** Ana Sandra Fernandes Arcoverde de Nóbrega (CFP) requer que se tenha mais cuidado com as palavras, sinalizando que as palavras vão e que não tem mais retorno. Solicita que todos tenham muito cuidado com aquilo que se fala, todas/os as/os presentes, sem nenhuma exceção. **18)** Vinicius Cesca de Lima dialoga sobre a questão que Ana Sandra Fernandes Arcoverde de Nóbrega (CFP) e Rodrigo Fernando Presotto pontuaram, a respeito do cumprimento do regimento. Pontua que o impedimento da presidenta da República por votação do Congresso seguiu o rito de voto por deputados e senadores, conforme previsto, de forma constitucional. O discurso de quem justificou o golpe na presidenta da República é o mesmo que Ana Sandra (CFP) e Rodrigo Presotto estão usando agora. Enfatiza ser golpe, expondo que o uso de instrumento regimental, sem a motivação que o justifique, é golpe. Reforça que o nome a ser dado é esse, golpe. Se as palavras vão e não voltam, destaca serem essas as palavras precisas que gostaria de enviar. O que se anuncia no momento é uma proposta de golpe na categoria e na sociedade, com relação àquilo que apresentaram

publicamente no processo eleitoral. Dito isso, concorda também com Clarice Pimentel Paulon e Bruna Falleiros, na proposta que se possa debater aquilo que estão apresentando desde o início. Em sua análise, pode falar em nome de pessoas presentes e, também, junto aos seus colegas, alegando que vieram para este espaço com a disponibilidade do diálogo, com a disponibilidade de pensar em uma política alternativa. Exemplifica que quando perguntam o tempo todo que política alternativa se propõe, não sabe se fica nítido, mas, considera importante explicitar que nunca se negaram a pensar numa política alternativa. Se há de se fazer correções de rumo em relação à política que vem sendo desenvolvida pelo CRP São Paulo, que se faça essa mudança de rumo, mas, solicita discutir a política. Declara que isso não vem sendo discutido e o tempo todo isso vai para o campo do que se nega. Comenta sobre a fala de Rodrigo Presotto, que aponta entender uma incapacidade de condução, mas não explica o porquê. Não fala quais são as razões, não apresenta alternativas. Ressalta que faz essa solicitação desde o começo do dia, para que se esgote essa discussão de onde se propõe uma mudança e se apresente que mudança é essa. Salienta que esse processo foi o que os permitiu se constituírem enquanto grupo. Desafia que se discutam quais as plataformas que seriam apresentadas à categoria e à sociedade, como no processo eleitoral, quando somente depois de pactuada, se discutiu e pactuou quem executaria esse projeto a partir de lugares específicos. Fazer essa inversão, querer apresentar nomes e não discutir a política, é golpe. Propõe que se discutam questões como se houve alguma diretriz deliberada no COREP e do CNP que não está sendo cumprida ou que tenha sido frontalmente descumprida. Sugere fazer essa avaliação, se existe algo na atual plataforma de gestão que não está sendo executado ou que está sendo executado de forma diferente daquilo que foi apresentado. Pode-se discutir essa questão, avaliar se estão sendo apontadas alternativas na direção de cumprir essas diretrizes ou essa plataforma, mesmo que na direção contrária. Sugere que alguém presente possa se propor a defender que não se cumpre deliberações dos Congressos, que se faz diferente do que está na plataforma, que se faça diferente. Considera que esta é uma discussão que permite alguma composição, permite construir um consenso. Disserta que uma proposta que se apresenta da maneira como essa está colocada inviabiliza qualquer possibilidade de diálogo e composição. Mas, não se sana minimamente aquilo que os permite construir alguma composição. Alude que a proposta apresentada pelo grupo e verbalizada pela conselheira Beatriz Brambilla impede qualquer possibilidade de composição. Deixa de

ser racha e passa a ser ruptura explícita em relação à gestão do CRP São Paulo. Destaca que, se não resolverem isso, não resolverão mais nada. **19)** Ana Sandra Fernandes Arcoverde de Nóbrega (CFP) analisa, a partir da fala do conselheiro Vinicius Cesca, que entende que existe, por parte da Diretoria, uma proposição e uma necessidade de entender o porquê de uma proposição de nomes, solicitando que aponte se houve alguma ilegalidade. O encaminhamento, a partir da fala de Vinicius Cesca, é consultar o grupo por entender que as pessoas estão se inscrevendo sobre o assunto. Dessa forma, indaga a Diretoria do Regional se entendem a necessidade de que sejam explicitadas as falas para que se possa expressar especificamente as considerações do grupo que pleiteou a mediação, uma vez que esse conjunto entende ser necessária uma mudança, a recomposição da Diretoria. Pontua que uma potencial dificuldade para que um grupo funcione não necessariamente se relacione com aspectos legais. Mas, se há algo que está obstruindo, impedindo a continuidade dos trabalhos, reputa ser necessário falar sobre essas questões de forma explícita, para que se possam avançar com as demais proposições, dado houve discordância da proposta aventada. **20)** Vinicius Cesca de Lima salienta que sua proposta é que se discuta a política desenvolvida e a desenvolver. Antes de pensar a maneira como a proposta se apresentou, é preciso resolver isso. É preciso discutir a outra proposta. Discorre que há um conjunto de propostas, entendendo que elas precedem a outra proposição e ressaltando que, se não se faz essa discussão, não há conversa possível. **21)** Ana Sandra (CFP) demanda que o grupo aponte em que momento houve falta ética ou malversação. **22)** Beatriz Marques Mattos ressalta que toda vez que Andrea Mataresi ataca alguém é muito ruim. Discorre ainda que a discussão que trazem sobre uma inflexibilidade de Vinicius Cesca de Lima e Aristeu Bertelli da Silva frente à Diretoria ficou clara e indaga o que não está claro. Questiona sobre o que teriam conversado até o momento então. **23)** Ivana do Carmo Souza entrega o Regimento Interno e indaga onde está colocado que as composições são realizadas em setembro. **24)** Ana Sandra (CFP) solicita que não sejam feitas interpretações. **25)** Rogério Giannini (CFP) expõe que tem uma proposta de recomposição da Diretoria, que não é de hoje. Informa escutar esses relatos de problemas desta gestão desde a primeira reunião, da primeira plenária. Foram ouvidos esses relatos, de várias fontes, é um debate polissêmico, que ocorre em vários lugares - *Facebook*, *Whatsapp*, reuniões, reuniões do Cuidar, fora do Cuidar, reuniões de velhos, novos. É um debate polissêmico. Este problema não foi inventado agora. A intenção, desde sempre, foi

dizer o seguinte: é preciso que haja um processo de que todas/os as/os 29 (vinte e nove) conselheiras/os se sintam representadas/os no conjunto das ações, dos locais, dos poderes, das comissões e era necessário que todas/os estivessem juntos. Pontua que alguns companheiros de lado a lado sabem do apreço que tem por eles. Não está falando de seu ponto de vista, particularmente. Comenta que fez, inclusive, elogios a pessoas que estão de ambos os lados ou, em alguns momentos, se recusou a compartilhar e a corroborar críticas das quais não concordava e que considerava injustas. Então, no ponto de vista que tinham, era importante que essa plenária com 29 (vinte e nove) pessoas se mantivesse como uma plenária com 29 (vinte e nove) pessoas. Agora, o fato é que ela está cindida. Se os motivos ou não motivos que estão colocados são mais justos ou menos justos, entende que não darão conta de fazer essa discussão neste momento. A expectativa é de um processo de negociação, que tardou a começar. Tem muita sensibilidade acontecendo e pontua que quase se sentiu ofendido por terem comparado a uma discussão de relação. Para ele, não é isso, mas um processo em que há dois grupos legítimos. Um grupo querer ser legitimado a partir do seu critério também não dá. Então, o grupo explicita o que quer, a plenária julga o que está explicitado. Essa fase já passou, podia ter sido bem orientada há cerca de 3 (três) meses atrás, quando o CFP começou o processo de negociação e, lentamente, ele caminha - ou não caminha - e chega a esse momento, em um “tsunami”. E o desejo é, evidentemente, que os grupos não se digladiem ou que um grupo saia. Ao contrário, é que o grupo fique. Agora, um grupo constituído tem o legítimo direito de procurar e declarar que quer ocupar determinadas posições. Dirige-se a Vinicius Cesca indicando que tinha jurado não ficar respondendo para ninguém pessoalmente, mas que houve a oportunidade dele, em um grupo mais amplo, falar que entendia ser um golpe, mas que não falou, perdeu essa oportunidade. Esta proposta apareceu em uma reunião do Cuidar em que não participou e que Vinicius Cesca participou. Em nenhum momento Vinicius falou que era golpe. As pessoas falaram de recomposição, sim. A reunião foi pública e Clarice Pimentel Paulon não participou. O que eu quero dizer é que existem grupos e esses grupos deveriam estar expressos na Direção. Sobre o que é colocado: **a)** que não foram eleitas/os pela categoria, todas/os as/os 29 (vinte e nove) foram eleitos; **b)** sobre o campo político, exemplifica que dois grupos políticos se juntaram, mas depois racharam - o *PC do X* fez uma aliança com o *PCD do B* ou o *PS do B*, e depois eles racharam. Enfim, não é este o caso, pois é todo mundo do mesmo agrupamento político, a não ser que se expulsasse alguém do agrupamento político,

mas, enquanto isso não acontecer, todo mundo é do mesmo agrupamento político. Seu apelo é no sentido que, se fossem fazer a retórica, ele poderia ficar horas falando o porquê de não ser golpe. Dirige-se a Vinicius Cesca e Aristeu Bertelli indicando que poderia ficar horas explanando sobre isso, explicando o porquê de não ser golpe. Já disse isso anteriormente, inclusive, porque estão todos no âmbito do mesmo partido, definindo a recomposição de uma Direção, que está na regra do jogo. Pontua que há um grupo que são seus amigos, como o Aristeu Bertelli, que pode ser que agora negue, por não gostar mais dele, mas pede que se olhe sua trajetória com Aristeu ou com a Clarice, que não pode dizer que não tenha proximidade com ela, ou o Ed, que é seu parceiro de luta antimanicomial, ou a Evelyn, que é sua parceira de enfrentamentos. Mas não concorda que se diga que há um grupo golpista e outro que não é golpista, porque é assim que se é um grupo golpista. Comenta que não deixou de ser mediação, ela tem possibilidade de ser mediação quando as coisas estão colocadas. O apelo lá fora é que os 2 (dois) grupos iriam se unir e o que foi concordado. Porém, é preciso ter propostas que sejam efetivamente propostas. **26)** Regiane Aparecida Piva explícita que foi aprovado um calendário de plenárias e há essa plenária de setembro. Isso posto, disserta que a recomposição de Diretoria pode acontecer a qualquer momento e ela deve ser reavaliada na plenária de setembro, desde que tenha a ata para isso. Assim, caso não estejam considerando a gravação de áudio desta plenária, entende que basta eleger um grupo para fazer a Ata da recomposição. A respeito da proposta apresentada de composição, questiona o porquê não de não poderem ser esses nomes, uma vez que foram eleitos pela categoria e fazem parte do grupo político eleito. Questiona o porquê não pode ser a composição proposta, se é devido à aparência de Luciana Stoppa, o que também não traz a discussão política. Pondera que a proposta apresentada é em relação ao método, uma proposta de recomposição, mas que se pode fazer outras propostas de recomposição, outros grupos podem se formar e discutir e defender essas propostas e encaminhar para uma votação, caso não se chegue a um consenso. Avalia não estar fazendo nada fora de ordem e de hora. E questiona a razão de não se ter Luciana Stoppa na presidência e a composição de Diretoria proposta. **27)** Antes de passar a palavra à Maria Mercedes Guarnieri, Ana Sandra (CFP) questiona se ela tem alguma proposta para apresentar. **28)** Maria Mercedes Guarnieri comenta que uma das questões é que apontam não estarem colocando os aspectos com os quais não se concorda ou que se concorda. Relata que estão há um ano colocando o que concordam, o que não

concordam e fazendo propostas. Não se sente deslegitimada devido ao grupo não estar conseguindo compreender. Coloca que uma das questões que ainda não foram discutidas diz respeito à questão das licenças não remuneradas e amamentação. Avalia que essa é uma discussão que tem que ser protagonizada pelas mulheres e, claro, os homens também participando. Mas que é uma questão que deve ser protagonizada pelas mulheres. Propõe que em relação a essas trabalhadoras, que se possa realizar uma discussão entre todos as/os conselheiras/os e as trabalhadoras/es, e que se consiga abrir o diálogo com elas. **29)** Clarice Pimentel Paulon explica que quando a Diretoria diz que não compreendeu é porque as falas, muitas vezes, não apresentam dados concretos. Exemplifica dizendo que uma coisa é falar "*não gosto do comportamento da Andrea*", pois pode não se gostar do comportamento de muitas pessoas dentro do CRP. Não quer citar nomes, explicando que não estão no CRP para fazer falas sobre questões pessoais com as pessoas, estando em um ambiente de gestão. Esclarece que não é porque não gosta do comportamento de alguém que acha que a gestão deve mudar. Nesse sentido, avalia que essas falas não justificam a proposta. Pode-se falar que é necessária mais celeridade aos eventos, que demoram para acontecer, precisa pensar nessas diretrizes. Uma coisa é falar que precisa pensar em uma recomposição e que se faça, de fato, uma recomposição. Outra é o que estão propondo, que não é uma recomposição, é uma ruptura. É uma proposta parcial de funcionamento. Que nega o fato de a Diretoria ter aceitado participar e outras questões. Tendo o CFP prontamente acatado à carta encaminhada por um grupo e vindo conversar, sendo que a Diretoria questionou esse aceite direto, sem que nem se questionasse ou duvidasse do que estava acontecendo. Assim, a Diretoria começa a perceber que, na verdade, essa ruptura/racha do plenário se tratava de um racha muito maior, para além do plenário e que se relaciona com o grupo político "Cuidar da Profissão". Tem a ver com o fato de em 2 (dois) plenários já ter havido renúncia em massa este ano, se não se engana 9 (nove) conselheiras/os no Espírito Santo e 11 (onze) conselheiras/os no Mato Grosso do Sul. Aclara que não vai admitir que coloquem na conta da Diretoria a ruptura do que está acontecendo no "Cuidar". Diz que não irá admitir que simplesmente se culpe a Diretoria pela falência do plenário. A Diretoria está participando de toda esta plenária e a fala inicial de Guilherme Raggi dizia que deveria ser feita autocritica. No entanto, até o momento, não ouviu nenhuma. Relata que a "autocritica" feita por Regiane Piva foi "confiei em vocês e me arrependi." Afirmando ter uma proposta, visa-se apenas a questão de remanejamento de cargos,

que citaram ser setembro, sendo que a Diretoria assumiu o Plenário dia 23 de setembro e o Regimento prevê que após 1 (um) ano faz-se a recomposição. Enfatiza que ainda não é dia 23 de setembro. A proposta de recomposição pelo Regimento seria após o dia 23 de setembro. Portanto, a Diretoria não será recomposta nesta data. Explicita que, se o plenário vai partir para uma ruptura, que é o que lhe parece, não sabe se há sentido fazer alguma proposta para, apenas, evidenciar essa ruptura. Propõe pensar em uma proposta de reestruturação dentro do Planejamento Estratégico ou se é o caso de começar a pensar em propostas absurdas, como, por exemplo, estar sempre validando os vários relatórios de atividades que foram feitos e que foram fraudados. Poderia se pensar na forma como se realizou a condução das questões financeiras do CRP. Por exemplo, quando a Diretoria é informada de pessoas que teriam reformado a cozinha com o dinheiro do Conselho e que ligaram para agradecer ao Conselho por isso. Assim, podem voltar a isso ou, também, voltar a dar 6 (seis) mil reais por mês para conselheira/o. Diz lhe soar extremamente estranho que, quando se vai discutir propostas, se acabe descambando para um lugar de posições de poder, de relações pessoais, onde não há escuta, onde há um vazio de proposta política. Quando pede para Regiane Piva que, por favor, justifique o que quer dizer com sua proposição, o que quer dizer é que isso não é uma proposta de fato. Não aceita a recomposição como uma proposta, pois ela não tem fundamento. **30)** Bruna Lavinas Jardim Falleiros afirma ter ouvido uma informação nova e que não a surpreende mais. Pontua que desde a primeira plenária desta gestão do CRP já foi ventilado nos grupos políticos que envolvem a Psicologia que este Plenário está cindido. Por isso, já se percebe que, de fato, não houve tempo de ser feita nenhuma gestão, pois, se foi cindido na primeira plenária, está claro que é um movimento que vem sendo constituído politicamente fora e dentro, sendo muito mais fora do que internamente. Internamente, foi usada como mote para constituir isso, inclusive, porque essa chapa não foi montada para vencer a eleição, estão nesta posição pela surpresa dos outros. Sua conclusão é que, se a chapa fosse feita para vencer, realmente não teriam colocado essas pessoas na Diretoria. Mas isso, também, é outra questão. Explicita o porquê do golpe, pois, historicamente, o Cuidar nunca, em nenhum Regional, mudou a diretoria dessa forma. **31)** Ana Sandra Fernandes Arcoverde de Nóbrega (CFP) interrompe e faz um adendo de que ela mesma vem de uma mudança de gestão. Informa não ter sido eleita presidenta em sua primeira gestão, mas houve um problema muito semelhante a esse e, nesse caso, a presidente do CRP pediu

renúncia. Mas, esse pedido era um movimento do grupo. Afirma que esta situação é muito mais comum do que imaginam. Expõe que a Norma, que é do CRP-14, e que o Plenário dela também não vem de eleição direta. **32)** Bruna Lavinas Jardim Falleiros aponta que no CRP SP é um pacto político do 'Cuidar São Paulo' de que isso não acontece e a própria mentora do 'Cuidar', como se denomina, propõe isso publicamente. Entende ser nítido que existe uma questão séria do movimento e indagando o porquê de não poder ser Aristeu Bertelli da Silva e o porquê de não poder ser Vinicius Cesca de Lima. Questiona se é porque eles são intransigentes, relatando que entende que intransigente também é uma ofensa, que é um adjetivo que ofende e que são usados adjetivos que ofendem, sem justificá-los. Aponta que a Maria Mercedes Guarnieri diz que propuseram durante todas as plenárias, colocaram os pontos de vista. No entanto, a única coisa que se recorda de ser pontuada é que colocaram de rever a Resolução sobre ajudas de custo. Solicita ser recordada de alguma coisa porque não tem lembrança disso e gostaria de ser rememorada sobre o que foi pontualmente colocado por seu grupo que deveria ser feito de outra forma. **33)** Ed Otsuka comenta que se trata de um dia histórico, um dia triste que não vão conseguir apagar. Informa que se propôs a estar nesse espaço porque o vê como um espaço progressista, um espaço de resistência e agora vê um espaço de reprodução do que ocorre fora, de retrocessos. Expõe que na sua ingenuidade fica ainda tentando buscar que as pessoas digam, já que continuam afirmando que há propostas políticas, mas só dizem que "isso é ruim", "isso é feio", "isso não é legal." Questiona sobre onde está a proposta política. Dispõe-se a tentar ajudar ao grupo a expor, já que talvez seja uma dificuldade de expressão do grupo. Sugere fazer o exercício de pensar nesses nomes que foram colocados, propondo que se faça a defesa deles, o do porquê de eles serem aptos e por que seriam mais aptos do que as pessoas que estão neste momento ocupando esses lugares. Isso para tentar chegar a alguma coisa que se esboce como um projeto ou com uma ideia de melhorar as ações e/ou a gestão do Conselho. Considera uma grande irresponsabilidade em relação à categoria e à sociedade como se trata isso de forma tão leviana. Reproduz-se muito do discurso de muitos grupos que dizem estar combatendo. Vê um vazio na proposta. Propõe que se justifique o ponto de vista enquanto projeto político, de responsabilidade de gestão pública, do porque das mudanças e indicando que se pode pensar em fazer a defesa dos nomes propostos, indicando o porquê seria melhor com essas pessoas. **34)** Ana Sandra Fernandes Arcoverde de Nóbrega (CFP) diz ao conselheiro Ed Otsuka que

ainda não estão nesse momento de defesa, já que não se definiu nenhuma proposta ainda. **35)** Ed Otsuka retoma e diz que sua tentativa, mais uma vez, é fazer com que as pessoas digam essas propostas, essas ideias, as propostas políticas que dizem ter mas não conseguem expressar. Afirma estar tentando entender, mas vê muita semelhança sim com o que ocorreu com o golpe contra a Presidenta da República, na mesma retórica. Aponta que também poderia ficar horas discorrendo e que teria argumentos para apontar as semelhanças com o golpe e por que é considerado como tal. **36)** Evelyn Sayeg pondera que podia ser feito um intervalo de 10 minutos, considerando que se está em um mecanismo de ofensa. **37)** Ana Sandra (CFP) comenta que já havia passado a fala para Guilherme Raggi e que, seguindo a lista, falariam na sequência, Vinicius Cesca de Lima, Aristeu Bertelli da Silva, Rodrigo Presotto e Mauricio Marinho Iwai também se inscreveu agora. Solicita tentar garantir a ordem. **38)** Guilherme Raggi avalia que há muita coisa que está sendo difícil. Diz ter separado alguns pontos da fala de Clarice, salientando que pediram a mediação já tem um tempo, aponta não ser a primeira discussão, como já disseram. Assim sendo, expõe que não é um processo que começa neste momento, considera importante que se diga isso. Afirma sempre ter tido uma postura de pedir nas plenárias que se tentasse o diálogo, que todos estão de prova que sempre teve essa postura. Nesse sentido, aproveitando essa postura que sempre teve, indaga se há uma composição possível. Questiona como se consegue, a partir de tudo que foi exposto, sentar, conversar, estabelecer termos, avaliando que o grupo vem para a mediação buscando compor. Expõe que se isso tivesse acontecido meses atrás, quando foi solicitado pela primeira vez, seria completamente diferente. Porém, agora o grupo se vê numa situação que é muito diferente, com um prazo muito curto, em que precisam colocar às claras essas questões e esses incômodos. Dialogando, novamente, com a fala de Clarice, que falou da questão do comportamento, que há pessoas das quais não gosta do comportamento. Questiona qual o limite disso. Avalia que é preciso manter certo limite de civilidade que nem sempre se tem conseguido manter. Afirma não estar eximindo seu grupo de violência. Considera que o grupo tem sido violento, que a Diretoria também tem sido muita violenta com esse grupo e isso tem sido uma das coisas que motivaram a posição atual desse grupo. Expõe que uma das coisas que estavam conversando é que talvez não seja mesmo claro, o grupo enxerga coisas completamente diferentes. Para o grupo está muito claro o que estão reivindicando e para a diretoria não. Expõe que isso evidencia o quanto ambos os lados não

conseguem dialogar por não terem uma linguagem comum. Esses são princípios, é preciso pensar enquanto grupos que devem dialogar e pensar. Solicita essa posição do outro grupo e apoia a ideia de Evelyn Sayeg, de um intervalo de 10 (dez) minutos de intervalo para se recomporem, tomarem um café e conversarem. **39)** Ana Sandra (CFP) informa que fará o intervalo e, no retorno, seguirá a ordem de inscrições de fala. **40)** Rodrigo Toledo solicita fazer uma fala sobre o colocado por Guilherme Raggi, por considerar que é importante destacar a questão do pedido de mediação há vários meses, considerando importante destacar, em especial, na conversa que tiveram todos no momento em que ainda estava na Diretoria de que hoje, 02 de setembro, foi a única data possível de agenda entre todas/os as/os presentes. Portanto, a mediação ocorre nesta data por ter sido a data possível de agenda para que isso pudesse acontecer, não havendo protelação. Expõe que estava na Diretoria e que ficou incomodado. **41)** Ana Sandra (CFP) comunica que será feito intervalo de 10 (dez) minutos. **42)** Ana Sandra (CFP) retoma, após o intervalo, pontuando que será preciso estabelecer um teto, entrar em consenso sobre horário de finalização da plenária. Considera que poderia ser por volta das 18h, podendo, se o caso, atingido o teto, renegociar. Questiona se há alguma contraproposta. Repactua que, como não se conseguiu avançar com a ideia de terem propostas, retomará com as falas que estavam inscritas. **43)** Vinicius Cesca de Lima começa fazendo uma observação sobre a última fala de Rogério, pois acha que é uma necessidade do processo de escuta reafirmar algumas posições. Dirige-se a Rogério indicando que, na reunião do “Cuidar São Paulo”, houve sim uma menção a recomposição da Diretoria e isso é do campo até do óbvio, por conta da disposição que prevê que isso aconteça de ano em ano, mas, mesmo naquela ocasião, o ponto quando é apresentado é de que é preciso fazer uma avaliação de um ano de gestão e então pensar na recomposição de Diretoria. Diz não ter se oposto a isso daquela maneira porque é o que está defendendo neste momento, que se possa fazer a discussão da política e não somente uma discussão em torno de cargos,. A discussão, da maneira como ela se apresenta agora, é fisiológica, é ocupação de espaço de poder. Não tem discussão de política dessa maneira. Reafirma isso, até porque, dessa maneira, diante dessa ausência, se trata apenas do uso da violência, de forma desmotivada e com justificativas de “porque temos a maioria e queremos dessa maneira”. Isso é o que ele e vários dos colegas que já se manifestaram estão chamando de golpe. Como Ed Otsuka já apontou, também poderia ficar horas tratando isso. A própria gramática é semelhante àquela do golpe que o país

vivenciou um ano atrás e vem vivenciando até o momento. Até o argumento de que "foram eleitos" repete o argumento que tenta legitimar o Temer na Presidência da República porque ele também teve 54 (cinquenta e quatro) milhões e meio de votos e também foi eleito naquela chapa, sendo que a assunção da presidência por Michel Temer é golpe porque ele foi eleito para executar um projeto e ele depõe quem o executa para executar outro projeto. Então, sem a discussão do projeto que está sendo feito, como está sendo feito, o que está sendo feito, qualquer mudança pela simples ocupação de cargo é golpe. É disso que estão falando. Nessa perspectiva, quer reafirmar que acha importante situar de que maneira estão se colocando. Ficou com a impressão de que algumas falas dos colegas que dizem ter muita clareza de quais são os pontos que precisam mudar soaram pra ele como deboche, porque está o dia inteiro dizendo a mesma questão, de não ver nas falas essas questões, que as falas são todas vazias e que não consegue ver crítica coerente, a não ser no campo da queixa, e que não consegue ver nenhuma proposta alternativa. Vê, como apontado por Clarice, em vários momentos, o uso de expressões de princípios com os quais também concorda e que fica no campo do impossível do diálogo, da discussão aprofundada, que mantém um nível de superficialidade em que todos devem concordar. E é essa superficialidade que, no momento seguinte, propõe uma mudança profunda de modo de organização. Por exemplo, Maria Rozineti fala em defender o modo de gestão interna democrática. Isso é superficial. Não consegue ver conteúdo que, de fato, aponte uma prática concreta de gestão. Neste sentido, e não é uma crítica à fala de Maria Rozineti, entende que a discussão necessária é a discussão aprofundada da política executada. Então, foi tentando apontar alguns parâmetros, como ela dialoga com as diretrizes dos Congressos, como ela dialoga com a plataforma que apresentamos, que alternativa é possível apresentar. Entende que este é um debate necessário para qualificar qualquer outro debate sobre como organizam internamente a gestão, para que não seja uma negociação fisiológica de colocar cargo em cima da mesa. Diz que não se pode discutir ocupação de cargo, de espaço, sem discussão do que se pretende com isso. Só gostaria de reafirmar a disposição de seu grupo em fazer esse diálogo de composição. Vêm para esse momento na expectativa de que precisam reafirmar isso enquanto grupo. De que possam dialogar inclusive as diferenças. Aceitam discutir mudança de políticas, mudanças de forma de gestão, mudanças de composição de Diretoria, mudanças de composição de espaço. Isso tudo faz parte da disposição que trazem para este diálogo, mas a maneira como

abruptamente o outro grupo rompe essa possibilidade de dialogar. Da maneira como está apresentada não há nenhuma composição possível. Então, o racha vira uma ruptura profunda e com todas as consequências que essa ruptura pode ter. **44)** Aristeu Bertelli da Silva insiste que a discussão deve ser sobre a política. Pede que apontem exatamente o que foi errado, no que exatamente essa gestão faltou em relação àquilo que são os princípios que a devem nortear e mesmo da plataforma política. Pede que apontem de maneira séria e bem embasada. A carta que foi feita pelo outro grupo é rasa e seu grupo já apresentou em resposta uma carta substancial colocada, que tem prova de cada um dos itens colocados, que é algo que pelo qual têm primado. É muito próprio exigir que se tenha regramento, pois isso aqui não é um grupo de amigos, não é um grupo de pessoas legais e bem intencionadas. Isso aqui é uma autarquia federal, que tem regra, tem regramento. E que precisa acontecer, precisa executar. Pensar que tudo isso irá se acochambrar em afivelamento de afinidades e afetividades beira a um insulto à inteligência. Não é preciso ser amigo de ninguém aqui dentro. O que precisam, na verdade, é fazer com que uma função pública seja executada. É isso que devem fazer. Parece-lhe ofensivo à inteligência que se jogue para a questão de afetividade, de por que falta afetividade. Isto aqui é um órgão da administração pública que precisa funcionar dessa maneira e, então, as acusações que foram feitas dentro do movimento “Cuidar da Profissão”, de envolver a outra gestão, fazer supor que estavam acusando a outra gestão de ter prevaricado e faltado, de ter praticado malversação. Foi algo que a Diretoria teve que aturar. Fizeram conversa com a outra gestão e provaram que não foi isso que foi acusado. Agora trazem o golpe. Trazem a força da maioria, porque os 13 (treze) mil e poucos votos todos aqui tiveram. Agora, pela força da maioria de uns 18 (dezoito), apeiam e retiram quem realmente não tem falta. Pede que coloquem, apresentem, constituam e busquem o remédio jurídico necessário. Não têm isso, o que têm é exclusivamente a força de uma maioria que se constituiu de maneira bruta. Questiona qual a grande argumentação que trazem, se é de que ele não atende ao telefone. Diz que mandem e-mail, registrem. Se for porque ele não escutou ou porque não fez uma conversa, diz que prefere sim trabalhar com aquilo que é escrito. Prefere porque isto é política, não é conversa de corredor, não é conversa de amiguinhos. Isso é o que estão fazendo e questiona o que o outro grupo traz. Acabam pedindo uma situação, trazem a Diretoria do Federal aqui pra São Paulo para fazer esse teatro - porque considera isso um teatro de democracia - porque o que queriam, desde muito tempo, como já estavam apontando, era mudar essa Diretoria.

Trazem o Federal para isso, para servir de estafeta deste tipo de relação, que propõem investir dinheiro público em uma manhã inteira de conversa para, no período da tarde, anunciarem o golpe. **45)** Rodrigo Presotto diz que esperava uma possibilidade de pensar no processo de recomposição de verdade e acha que estão os acusando de algo que também não fazem. Há uma inflexão de parte a parte e assim terão que colocar dessa forma, para que entendam o quão inflexíveis têm sido na negociação dos processos que seu grupo tem tentado empreender dentro do Conselho. E, essa dimensão, podem pensar sobre esta possibilidade dentro do processo político, ao invés de pensar sobre que perspectiva anunciam isso e também na dimensão de pensarem em um ambiente democrático e diplomático, inclusive na perspectiva de quem vai conduzir a gestão, algo que o outro grupo não conseguiu fazer. Tem uma dimensão que é extremamente necessária, que se foi gradativamente perdendo potência de desenvolvimento do trabalho dentro do estado. Aquilo que se consegue de forma centralizada, ou seja, tem-se conseguido desencadear ações, entretanto, todo o restante que é função também do Conselho, desde a perspectiva de como é que se faz a política de investimento de recurso, das decisões que são tomadas e a forma como isso tem sido estruturado. Isso, de fato, tem impacto e se tem tentado dizer. Quando se pondera sobre a perspectiva do porque o presidente não consegue se colocar dentro do debate mais público, a não ser dentro de uma ação reativa, acha isso problemático. Entende que Aristeu, dentro de uma perspectiva mais ampla, é o representante do plenário e, neste momento, não consegue fazer a representação. Dentro dessa perspectiva, será possível pensar em como é conduzir uma ação dentro dessa ação de integração do plenário, sendo que já se parte de uma formulação estanque do processo. Comenta que iniciou sua fala trazendo essa fratura que existe, inclusive, no processo de encaminhamento das ações. Exemplifica que quando propôs uma ação junto ao Núcleo Educação e Medicalização, teve que apresentar diversas justificativas do porque que se entende que há uma atividade que vai ser desenvolvida na região de Campinas a partir de um movimento social que o CRP apoia e integra, pensando na locação de um recurso que já está destinado para esse fim e que o Núcleo tem autonomia e que, até o momento, não se conseguiu que essa verba fosse empenhada e há questionamentos da representação do CRP neste movimento. Na mesma perspectiva que questionam parte das/os conselheiras/os sobre sua militância, inclusive o quanto estão associadas/os a partir de uma construção legítima e que elas/es desenvolvem independentemente do grupo que a pessoa componha. Então,

entende que estratégia do ataque franco, também sem fazer autocrítica, pois pode ter feito muita besteira, mas sempre tentou vir a público e sustentou, desde o primeiro dia, se dispôs e foi fazendo a discussão a partir do momento daquilo que entendeu ser o necessário e quando era possível o consenso, se tinha, e quando não, sempre solicitava que, pelas vias democráticas, fosse submetido à votação. Declara que quem retirou pauta de votação não foi seu grupo, indicando que tentaram, inclusive, priorizar pautas várias vezes, em circunstâncias em que se tinha encaminhamentos de discussão política de prioridade e que foram surrupiados dentro do processo regimental, não tendo o debate sido colocado. Sendo que, talvez, realizar o debate pudesse ter deixado o plenário em uma condição que não é a mesma que se encontra neste momento. Acha que as pessoas podem falar aquilo o que desejam, mas, a partir da perspectiva de verossimilhança, legitimidade e coerência com que elas fazem é bem diferente. Porque na perspectiva, objetivamente, se tem visto ação de opressão, de desqualificação e de deslegitimação por parte do plenário. Por isso que se está nesta situação de agora. **46)** Mauricio Marinho Iwai comenta que um morador do serviço terapêutico que coordena se perdeu e que a equipe está em prantos, e que soube disso bem na hora que começou a se apresentar isso que se chama de proposta. Comenta que anotou a proposta de recomposição e gostaria que as pessoas indicadas dissessem o que pretendem, pois acredita ser um papel muito difícil para se colocar e, na verdade, é algo que já foi solicitado. Faz algumas provocações: estão aqui para fazer um projeto ou revisar esse projeto, e ainda não começaram. Todos disseram estar nesta plenária para isso e imaginou que uma parte desse grupo para o qual está falando agora fosse se surpreender com um tipo de proposta como essa. Imaginava que algumas pessoas tivessem posicionamento dentro das divergências, sendo que falaram que se dialoga tanto aqui como lá. Está espantado. Diz falar com um pouco mais de tranquilidade, por não ocupar um espaço de poder. Comenta que fica muito chato se colocarem assim, sem uma palavra de qualidade, uma palavra que qualifique o que está para ser alterado. Entende que é algo que soa mal. Mas a provocação que gostaria de fazer é que emperram os processos. Pedem para rediscutir, revisar e colocar de novo na discussão, ao mesmo tempo em que questionam a insuficiência do financiamento dos custeios e isso é algo preocupante. Isso é expressão de que não vai ser executado um projeto e que não tem como ser conivente com isso. O preocupa porque isso é o pior aspecto da direita, quando se vai rediscutir e pegar algo para rever, utilizam esse argumento de que isso vai emperrar

um projeto ou que é o corte do projeto. Quando se fala de rever a insuficiência do financiamento no momento atual, até parece que as gestões queriam se endividar, que a arrecadação do país acabou, que determinado prefeito de determinada cidade queria entregar a gestão como está, ou que a população consumiu menos e foi menor a arrecadação, assim, diminuiu o que se gastou no Sistema Único de Saúde e na Assistência Social. O que se dará, parece, é manutenção de mordomias. Espera estar errado, mas o que se expressa é isso. **47)** Clarice Pimentel Paulon diz estar um pouco perdida sobre o que dizer. Ouviu Maria Rozineti e, pelo que entendeu, sua autocritica foi referente ao fato se estar começando no plenário e, às vezes, não se conseguir dar conta de acompanhar os processos e de se perder nesse sentido. Acha que é importante esse exercício. Inclusive, importante enquanto exercício ético, como Maria Mercedes falou no início da manhã. A ética não é só normativa, a ética precisa de um recuo reflexivo, para que se faça uma discussão. Quando escuta uma proposta que vem sem que ela acompanhe esse recuo reflexivo do outro grupo e que é feita de forma fechada, sem demonstração de raciocínio, entende isso como uma ofensa, principalmente quando essa proposta vem junto com mais críticas que autocriticas, ou quando essa proposta vem no sentido de que o plenário está desta forma por causa da Diretoria. Quer reforçar que essa é uma interpretação extremamente pessoalista. Podem, neste momento, discutir muitas teorias dos porquês deste grupo, como foi constituído perante a sociedade, pensando politicamente e falando do Conselho e do Cuidar da Profissão. Quer deixar marcado e relembrar aqui que está há meses tentando falar em Plenária das heranças do Cuidar da Profissão dentro da própria plenária, dizendo do quanto essas heranças vêm aparecendo e dialogando com as representações das pessoas, sem conversar com as pessoas, o que, na verdade, a faz se sentir até protegida Afinal, não se identifica com as acusações que são feitas contra ela, porque ninguém a conhece, ninguém do outro grupo se propôs a conhecê-la, a ponto de ter alguma critica que de fato se relacione com a sua pessoa. Estão aqui lidando com um monte de espelhos e isso a traz uma desesperança gigantesca, pois é um grupo que se apoia no conceito de diversidade e não consegue sustentar essa diversidade. Ao invés de sustentar essa diversidade, repauta nomes e propõe outras coisas. Isso lhe gera uma desesperança em relação à instituição, em relação aos movimentos sociais, em relação à representação muito maior do que é o Conselho em si e, nesse sentido, pensa que a contraproposta vigente é que se paute o Planejamento Estratégico. Portanto, fazer um exercício de método, já que a crítica que

tem se feito é em relação ao método. Explicita que o método não foi construído enquanto Diretoria, ele foi construído enquanto plenário. Foram feitas discussões. Não dá para se desresponsabilizar por estar perdido. Estão todos ocupando essas posições e é preciso se responsabilizar, mesmo não tendo garantias. É isso. **48)** Ed Otsuka considera que é preciso lembrar que todos foram eleitas/os e o Aristeu foi eleito presidente. É preciso relembrar que as pessoas votaram na chapa, que já tinha Aristeu como presidente e agora estão mudando o voto das pessoas. Enfim, é preciso ver isso e a forma como isso vai reverberar lá fora. De que as coisas aconteceram de forma violenta, sem projeto. Falando um pouco dessa dinâmica de responsabilização e do discurso de que os núcleos demoram e que não há celeridade, pontua que no Núcleo Saúde pode dizer que há um processo inverso. Levantam o diálogo e, sabendo das dificuldades que as Subsedes têm de retornarem questões de custeio e que prejudicam as ações, tem-se essa flexibilidade. Há a compreensão de que estavam em uma construção de interiorização e regionalização. Não estão em um movimento de responsabilizar as Subsedes, já tinham a responsabilidade conjunta e dizer, por exemplo, que é uma falta de competência e de não impor celeridade por uma representação quando a pessoa sabe quais são os trâmites e não os aciona e usam meios de comunicação, como o Whatsapp, ao invés de prontamente solicitar a quem é devido e já orientado em diversas ocasiões. Soa bastante estranho, parecendo que é a preparação para um critica distorcida. Agora se está insistindo na questão das pessoas. Quero fazer a proposta de que as pessoas digam os motivos, que cada pessoa apresente e defenda a sua indicação para cada posição. Propõe que, lançado esse desafio, que a mesa dê as pessoas o imediato direito de resposta. Sua proposta é que as pessoas tragam as justificativas sobre o porquê da indicação e defendam os nomes. A proposta de que a mesa dê direito de resposta imediato é para que não se percam as questões, porque depois as pessoas acabam não retomando quanto tem o direito de fala. Ou será isso que será difundido, que não houve nenhuma apresentação e foi apenas uma questão de ocupação de espaços de poder. Então, com essa provocação, solicita à mesa o direito de resposta ou que as pessoas realmente digam que não têm resposta. **49)** Ana Sandra (CFP) comenta que Ed Otsuka trouxe a proposta de que as pessoas que apareceram na proposta de recomposição possam falar e defender o porquê de suas indicações. Essa era uma proposta que já estava anotada. Diz que, nas falas anteriores esperou que houvesse propostas, para que ela pudesse reunir, assim como ocorre no CNP. As falas trazem propostas, se organizam

essas propostas e, depois, se avalia proposta por proposta, defendendo ou se posicionando contra cada uma delas e se aprofundando nas propostas. Até agora, entende que há 2 (duas) propostas nas falas que foram feitas. Já tinha se inscrito duas vezes antes, mas como esse é um processo de mediação, entende que a proposta para auxiliar este grupo precisa surgir do próprio grupo. Seu desejo e intuito é que nas falas possam surgir alternativas. Nota-se que há um problema que precisa ser resolvido e, quando fala é na perspectiva da proposta de que tipo de metodologia se podia utilizar. Nas falas que pedem que as pessoas se coloquem enquanto nomes para essa recomposição precisam fazer uma consulta, porque esse momento inevitavelmente vai chegar. Está no momento de colher as falas, no sentido de aparecerem outras propostas, para serem discutidas depois. Em nenhum momento elas foram consultadas para fazer isso pela mesa. Coloca que as pessoas cujos nomes apareceram aqui na proposta não se negaram a nada, porque a mesa não fez esse encaminhamento no momento em que apareceu essa composição enquanto proposta. Está anotado que surgiu a proposta de que as pessoas que foram indicadas para a recomposição falassem das razões, mas consta como proposta, pois, elas, até então, não foram solicitadas a fazê-lo, portanto, então não houve uma negativa por parte dessas pessoas de fazer. Questiona se entendem que isso é algo que deve ser feito neste momento ou se se deve garantir que as outras pessoas possam fazer suas falas e analisarem proposta por proposta. Consulta Luciana Stoppa pois é uma consulta que a mesa está fazendo, se quer, neste momento de fala, acatar a solicitação feita por Ed Otsuka, de fazer a defesa do porque estão se colocando em uma proposta de recomposição. **50)** Luciana Stoppa diz que estão aqui dispostos a fazer isso, pois entendem que isso é parte do processo. Quer dizer que no momento que isso acontecer, não será uma dela, do Guilherme Raggi, da Suely Castaldi ou da Maria Rozineti, porque estão aqui enquanto pessoas que irão representar. Então, não vai ter fala pessoal desse coletivo, as pessoas que vão apontar que foram propondo coisas desde o começo e que não se conseguiu. **51)** Ana Sandra (CFP) comenta que se estão nesse movimento, é importante falar que há pessoas inscritas. A proposta de Ed é uma proposta, mas outras podem ser feitas. Pede que as pessoas se inscrevam para dizer como podem seguir com a mediação, estão na fase de discutir o método. Quer colocar uma **Questão de Ordem:** Muitas pessoas estão se inscrevendo para dizer as mesmas coisas de antes, que já são sabidas. O que está causando um desgaste, que talvez seja desnecessário. Portanto, pede que todos tentem ter falas

propositivas. Indica que precisa da colaboração de todos para isso. Pede que sejam feitas falas propositivas. Propõe que as pessoas inscritas falem no momento que chegar suas falas e que após, entendendo que já foram apresentadas todas as propostas, abrem para que o grupo apresente a defesa. Comenta que está falando na sua vez de fala, pois também estava inscrita. Relata que estão inscritos na sequencia Maria Mercedes, Maurício Marinho Iwai, Guilherme Raggi, Magna Barboza, Rodrigo Toledo e Rodrigo Presotto. Pede que as inscrições sejam encerradas na fala de Rodrigo, para então verificaram quais são as propostas apresentadas e se abra para defesa. **52)** Maria Mercedes diz que quer fazer algumas propostas e pontuações. Suas pontuações seriam em relação ao que o Mauricio Iwai questionou, de custeio, de financiamento e de mordomias. Diz que não entendeu a quem ele se referia, sobre em que momentos essas pessoas queriam obter mordomias, em que momento e quem são essas pessoas. Questiona a qual financiamento ele se refere. Não entendeu se é a verba que o CRP tem para que o plenário possa utilizar nas ações. Está sendo direta e espera que compreendam, porque há uma dificuldade de compreensão. Questiona se estão entendendo sua pergunta. Questiona qual o financiamento Maurício se refere, se é àquela verba que há nos Núcleos e nas Comissões para fazer as ações ou se é o ressarcimento através de ajudas de custo. Não compreendeu a qual financiamento se referia, e também quem quer ter mordomias, de dentro dessa Plenária e de outras gestões quer ter mordomias. Pede que Maurício coloque nomes e explique quais financiamentos, custeios e mordomias se refere. Assim como Clarice, que não gosta de que as coisas não sejam evidentes, diz que para ela também fica difícil. Por outro lado, percebeu que se está com a impressão de que não se está chegando aonde se quer chegar. Irá acompanhar Ana Sandra, esperando que consigam se entender. Mesmo o outro grupo acreditando que há uma ruptura, ainda mantém diante disso e quer acreditar que o plenário irá se manter e conseguirão fazer as coisas que tem que fazer. Propõe-se a isso enquanto conselheira. Tem muitos compromissos sérios dentro do CRP e a proposta que tem seria em relação a quem ocupa a Diretoria, especialmente, sobre a questão que Aristeu falou, que é uma abertura maior para o diálogo, quando ele se refere à metodologia que ele utiliza de e-mails. Entende que é necessário repensar essa metodologia, para que se consiga se aproximar mais de quem quer que seja. É uma proposta, de que a metodologia pode ser que necessite ser somente por e-mails ou por documentos, mas que as pessoas possam se relacionar em outras instâncias, nas diversas instâncias pessoais, por telefone, como

se faz a vida cotidiana através dos diversos mecanismos de comunicação que existem. **53)** Maurício Marinho Iwai diz que tentará esclarecer e que aguarda par poder qualificar esse projeto e essa proposta. Quando fala de mordomia, está falando dos custeios individuais para as atividades, que foram colocadas por várias pessoas, que Luciana Stoppa falou que era muito pouco. Fala de custeios, de modo geral, ajudas de custo. Relembra que a Luciana Stoppa disse em uma plenária que R$ 30 (trinta reais) era pouco para táxi, que era pouco para almoçar, sem deixar de lembrar que há todos os trâmites para que ninguém saia no prejuízo. Quando fala da questão de mordomia, é uma das discussões da autonomia, quando fazem um evento e convidam uma pessoa para participar, independente de ser conselheira/o ou não, e não se construiu esse evento de um jeito legal, então a pessoa faz uma fala que vira uma palestra descontextualizada para um público que não está no momento ou já passou porque não foi construído de forma adequada, está-se fazendo uma mordomia, está havendo uma sequência para o individuo ou para quem está junto articulando que se configure enquanto privilégio. É disso o que está falando. Questionam tudo isso porque falta autonomia e essa autonomia, para ele, coloca a discussão coletiva em segundo plano. Quando fala de emperrar, é isso. Desde quando se pede para voltar a discutir algo que já foi encaminhado, que se embasa no planejamento, que se embasa na plataforma e que se pede para rediscutir aqui para que vejam nas palavras dessas pessoas uma melhor forma e aquilo atrasa a vida da Psicologia enquanto profissão. Está falando uma série de coisas, principalmente resoluções que foram trazidas à Plenária, mas passando também pelo vídeo que foi discutido na plenária passada. A Clarice pediu um pouco da fala porque ela queria citar algumas coisas também. Diz que só queria falar desse paralelo, de rever tudo o que decidem qualitativamente enquanto projeto e questionar os custeios do que se faz individualmente, o que, para ele, tem a cara de retrógrado, de que não se quer cortar o que os dá manutenção individualmente, mesmo que atrase as coisas. O que vieram fazer é burocracia, pois a autarquia é burocrática. **54)** Guilherme Raggi diz que pensou em muitas coisas há muito tempo atrás e falas foram indo. Já mudou várias propostas. Uma das coisas que gostaria de comentar é que fizeram um intervalo para conversar coisas e uma das coisas conversadas é que o outro grupo não tinha apresentado nenhuma proposta alternativa à proposta de composição. Gostaria de saber sobre quais possibilidades existem. Quanto a questões de processos, entende que se sente o emperramento de todos os lados, um grupo sente do outro, conforme já sinalizaram algumas vezes. A culpa está

nos dois grupos, ou seja, no grupo como um todo do Plenário. Gostaria de comentar sobre coisas que destacam como difíceis: o processo do planejamento estratégico que não foi visto como tão debatido e tão democrático. Uma das críticas que se faz é que no CRP se faz as coisas de forma caseira. Poderia ter uma pessoa profissional no processo, o que teria sido muito mais interessante, porque poderia ter sido feito com profissionalismo. Relembra que na época Planejamento houve uma reunião em que organizaram as ações, que acredita ter sido composta por Vinicius, Bruna Falleiros, Andrea Mataresi e Rodrigo Toledo. Que hoje, se olha para trás e se pensa o que tinha com aquilo e que mostra como esse outro grupo tem polarizado as coisas. Recorda que Pedro Paulo Bicalho falou sobre isso em alguns momentos e ele reiterará, de como se cria essa coisa de sede e Subsede, que sempre é apontada na plenária e que os dois grupos sustentam. Aristeu, em sua fala, citou a questão do regramento, a atividade do Conselho e das normas das leis. Considera que é muito tênue a linha entre falar do respeito à norma e o limite da judicialização daquilo que foca até policialesco. Uma das coisas que conversaram é a respeito de falas de que houve abuso. Houve questões difíceis nas outras gestões em outros momentos, mas sempre ficam tão despessoalizadas que entendem, inclusive, quando dizem na plenária que não vão particularizar e para não gerar problemas, começam a soar como chantagem e começa a ser policialesco. Soa como “não façam errado, porque estamos de olho”, e já deram indicações disso em outros momentos. Talvez, não com a força que deveriam, mas há uma série de coisas de condução que podem apontar que já foram trazidas em outros momentos. Esse é seu entendimento, no sentido de tentar cessar as hostilidades, de tentar sair das polarizações e poder enxergar quais caminhos possíveis existem. Este grupo apresentou uma proposta e achou curioso que o outro não apresentou nenhuma contraproposta intermediária. Diz que se trata de um convite mesmo, para que se possa pensar em algo intermediário. Vê que é possível e, se não for possível, se, de fato, for sinalizada uma ruptura, então é preciso ver o que se faz com isso. **55)** Magna Barboza Damasceno pontua que o grupo sabe fazer contas, então, todo mundo sabe que no processo eleitoral o outro grupo é maioria. Mas, o que sustenta o seu grupo a estar no diálogo é exatamente poder entender o que tem por trás de tudo isso. Particularmente, o que a sustenta estar neste momento é que neste grupo vê, de fato, uma proposta bem alicerçada. Ela e Guilherme tiveram algumas conversas no início da gestão, de coisas que também já apontou para o Vinicius nesse período. Em Plenária, o método descambou para isto de afetos que se sabe que não é

realmente de afetos. Considera clara a proposta deste grupo, que não é de afeto, que é de política pública. Beatriz Brambilla já a perguntou sobre isso e ela respondeu que não vê uma proposta do outro lado. Para ela continua não estando claro. Este grupo tenta sustentar a proposta política. Vê que se vai em direção ao retrocesso por essa plenária de propostas que foram unanimemente votadas, dizendo que serão revistas essas questões. A deixa confusa em termos de o que se quer do grupo como um todo e também hoje foi se dando conta de alguns mais antigos do "Cuidar" que se utilizam desse espaço do qual se sente uma marionete e isso não é a sua proposta, porque não quer fazer este papel. Para alguns, o "Cuidar" já é velho, mas, para ela, o Cuidar é novo, pois não estava há 10 (anos) ou há 15 (quinze) anos, está somente há cerca de 1 (um) ou 2 (dois) anos. Então, pra ela, ainda há uma coisa nova e que lhe dá gás para poder saber que tem um movimento assim. Fica temerosa com os discursos feitos, porque ficam em uma queda de braço em torno de vaidades e não se resolve a situação. Nesse sentido, se identifica ainda com o Cuidar. Pode estar na ilusão sobre o que ele era e que falassem de ressonância de quem ouve e daquilo que não ouve. Acredita que essas discussões todas já estão ressonando em outros grupos políticos e isso já tem mexido um pouco com a imagem do grupo "Cuidar" e está ficando muito esquisito. A impressão que dá é que não há um espaço seguro para se colocar inteiro e com tranquilidade, de fazer as reflexões de autocrítica, porque no outro dia, com certeza, o Psicologia e Democracia ou o Fortalecer publicarão no Facebook. Fica pensando a serviço de quem as discussões internas estão saindo para lá e se não estão atentos a isso. Parece que não se consegue lavar roupa em casa, então é muito preocupante ouvir colaboradora/or dizer que a/o conselheira/o vai sair do emprego para se sustentar, porque diz que o CRP São Paulo vai fazer isso. É por isso que tem esta posição. Explica que ouviu em um grupo que participa que Ivani disse isso em sua Subsede. Ana Sandra (CFP) pede para a Magna repita, pois Ivani não estava ouvindo. Magna então repete que ouviu que Ivani disse que sairia do emprego para ser sustentada pelo CRP SP. Considera que essas questões são muito ruins e é o que a faz estar do lado que está. Quando ruídos começam a acontecer dessa forma, há assuntos bem pequenos e muito graves, como esse tipo de fala que citou, vê que é uma queda de braço de dois lados. A Mercedes teve uma fala que trouxe uma luz a ela, que é a metodologia. Isso, pra ela, faz muito mais sentido quando se fala de tentar qualificar e em diálogo, pensar juntos que essa metodologia não está boa. Para ela, vai para outro caminho, de que não vão rachar, mas pensar a metodologia, pois fica

todo mundo reclamando, mas entende que se deve pensar essa metodologia como proposta. **56)** Ana Sandra (CFP) passa a palavra a Ivani, por Questão de Ordem, uma vez que foi citada e entende importante que ela possa falar. **57)** Ivani Francisco entende oportuno poder se colocar. Diz não saber dessa fala, mas acha que é que importante poder explicar: é servidora pública no Município de Santo André, é colaboradora do Cuidar desde o início da sua formação na Subsede do Grande ABC, passou por um processo seletivo na PUC São Paulo e conseguiu bolsa para dedicação integral. Conta que solicitou, então, à Prefeitura da qual é servidora a licença não remunerada durante 2 (dois) anos, que é exatamente o período do mestrado. A bolsa integral que conseguiu na PUC é pelo CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), atende na clínica também e é com esses valores que cuida de si, dos seus filhos e da sua mãe. Assim, não é da forma como Magna trouxe, mas foi interpelada por 2 (dois) militantes do Cuidar a respeito de seu interesse em ocupar a coordenação de uma Subsede da qual compõe e colabora desde estudante na região do Grande ABC. Recebeu, a pedido de Aristeu e Vinicius, Andrea Rolim para uma conversa, a pessoa que foi sua supervisora no município de Santo André. Conheceram-se trabalhando como servidoras no município de Mauá, anteriormente. Tem nela uma grande inspiração na Psicologia e ela era coordenadora do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social onde Ivani trabalhava. Ela contou que foi conversar com Ivani a pedido de pessoas que desconfiam do seu interesse e desejo de favorecimento, de obter vantagem financeira atuando no Conselho. Foi preparada para assumir a coordenação por Camila Teodoro e por Janaina Leslão, que atuaram lá nas 2 (duas) gestões anteriores. Também tem o apoio de Sueli Schiavo, que atuou bem antes dessas 2 (duas) últimas gestoras. Então, explicou a Andrea Rolim que não tinha nada de novidades que ela já não saiba de sua vida, que está no mestrado e, para fazer o mestrado, não consegue trabalhar 40 (quarenta) horas semanais. Ela disse que também tinha outra militante do PT, uma pessoa mais enérgica, a Stella, que iria conversar com Ivani e que Andrea solicitou, por ter essa relação de carinho e de cuidado com Ivani, que não precisa a abordar da forma que pretendia, em uma inquisição. Então, a conversa foi nesse sentido, Andrea perguntava se tinha mudado alguma coisa, pois a conhecia antes e agora ouve essas coisas. Mora em Santo André, colabora e coordena a Subsede com ações comuns a qualquer outro coordenador, não tem nenhum destaque dentro da Psicologia que não seja no âmbito

das discussões étnico-raciais, que se fazem dentro e fora, porque também é do movimento negro, é uma questão importante pra ela. Para além disso não foi nomeada, enquanto militante do PT, para assumir nenhum cargo público, não teve nada nesse sentido e acha interessante dizer que isso aconteceu e que não sabia dessa frase atribuída a ela, que havia declarado que ia deixar de trabalhar, sendo que não consegue sustentar sua casa e seus filhos se deixar de trabalhar para viver do que vem pelo CRP, mas foi sim interpelada por isso. **58)** Vinicius Cesca diz que não falou com Andreia Rolim para ela conversar com Ivani. Que isso nunca existiu. Informa que há muitos meses não via Andrea Rolim, desde a conclusão da gestão passada, quando compunham o Núcleo de Assistência Social e fizeram algumas atividades em conjunto, sendo que desde então nunca mais a tinha visto presencialmente. Então, não entende a citação que Ivani fez, pois é algo que não aconteceu. Informa que alguns dias depois da conversa entre Ivani e Andrea Rolim, encontrou, por acaso, com Andrea na sede. Estava na sala da Diretoria despachando e ela veio para uma reunião da Comissão de Políticas Públicas, que não aconteceu, pois a data mudou e ela não tinha ficado sabendo. Foi nesse momento que ela contou que a conversa tinha ocorrido. Mas, ele não tinha pedido a ela para falar Ivani e nunca tratou disso com ela. Não teve participação nenhuma nesse processo. **59)** Ana Sandra (CFP) se desculpa caso a mesa não tenha conduzido corretamente os trabalhos. Entendeu que todas as vezes que Vinicius foi citado, estava inscrito próximo e teve a oportunidade de falar. Questiona Ivani se gostaria de se posicionar. Passa então a fala para Rodrigo Toledo, informando que após ele, está inscrito Rodrigo Presotto. **60)** Rodrigo Toledo coloca sua proposta, indicando que está apoiado na fala da primeira proposta feita por Beatriz Brambilla, que traz o método como disparador da proposta apresentada. Sua sugestão é de que o espaço político para se discutir a gestão é o Planejamento Estratégico e que ele está previsto para ocorrer em 2 (duas) semanas. Sua sugestão é de que organizem a estrutura e que se defina a estrutura do Planejamento Estratégico. Durante o Planejamento Estratégico são definidas as estratégias de encaminhamento político e este encaminhamento político define as pessoas que farão, os que podem ou não compor os espaços de gestão, e, desta maneira, então a gente só fará este debate de recomposição a partir da organização da plataforma politica que pode ser debatida e organizada a partir do Planejamento Estratégico. **61)** Rodrigo Presotto coloca que entende que havia uma preocupação após a fala de Ana Sandra, que, ao final, seria encaminhado para votação das propostas, da forma em que elas se apresentaram.

Queria falar especificamente da proposta que o Rodrigo Toledo, Clarice e Bruna trouxeram. Tem uma dimensão que é de querer trabalhar em cima de propostas de construção, mas não se pode desconsiderar um ano de trabalho que este grupo já teve: fizeram muita coisa. Recorda que, desde dezembro, pautou o processo de trabalho do plenário, na tentativa que se conseguisse pensar do ponto de vista da operacionalização de algumas questões. Já afirmou algumas vezes, sendo que algumas pessoas o chamam de conservador no método, mas sempre trazia a questão na dimensão de que o método que trabalhavam votação orçamentária é descentralizada, e conseguiam, ao menos, ter uma dimensão do recurso, conseguiam operar dentro das 2 (duas) perspectivas, que não esvaziavam as comissões e núcleos e era algo que, minimamente, conseguiam organizar e ter agilidade para fazer ações. Hoje não consegue fazer nenhuma reunião descentralizada, sem que passe pelas vias que, nesse momento, estruturaram enquanto vias para autorização desse processo e acha que isso é um problema. Essa é uma das questões que está trazendo como exemplo. Pontua que possuem vários outros exemplos, e é nessa perspectiva de pensar na dimensão do processo de trabalho que trazem essa discussão, recordando que tinham uma dinâmica de organizar grupos de trabalho descentralizados. Há algumas coisas que viveram nesse primeiro ano de gestão, até então, e que é preciso colocar na mesa de discussão. Acha justo que se discuta esse ponto em Plenária. Na dimensão do Planejamento Estratégico, também concorda, mas entende que neste momento há proposta colocada, que é a proposta de recomposição da Diretoria e entende que é preciso encaminhá-la para votação. **62)** Ana Sandra (CFP) recorda que tinha sido combinado que após a fala de Rodrigo Presotto, tentariam fazer a organização das propostas, tentarem fazer um compilado pra não se perderem. Relata que precisa da ajuda dos presentes, para verificarem se ela conseguiu acompanhar tudo. Concretamente, tem a impressão que a mesa tem 3 (três) propostas, mas que são a composição de várias falas, para tentar ver se conseguem avançar. A 1ª proposta, que foi trazida é de uma recomposição da Diretoria, apresentando 4 (quatro) nomes. Teria dificuldade em repetir os nomes que foram propostos. A 2ª proposta que é uma proposta apresentada por Clarice, Bruna, Aristeu, Vinicius e Evelyn, que é na perspectiva de fazer uma discussão da plataforma, de rediscutir através de um planejamento o projeto para os próximos 2 (dois) anos, de fazer a discussão política dos processos. Colocando que, a partir dessa discussão política, possivelmente, posterior seja feito esse processo de recomposição. Quando a Mercedes fala nessa

proposição, de que haja uma abertura para o diálogo, porque tem alguma coisa no método que não está funcionando. Então, essa segunda proposta seria de continuidade da atual Diretoria, da forma como está. Mas com a perspectiva de coisas que precisam ser feitas, como repensar método, repensar o planejamento, repensar esses pontos que foram sendo apontados que precisam ser discutidos. Rodrigo, então, fez a 3ª proposta, que seria de uma espécie de composição, de rediscutir os nomes, mas de fazer isso em outro momento, fazendo visualizar que daqui há 2 (duas) semanas será feito o Planejamento Estratégico e, a partir desse planejamento, fazer essa reconstrução dos aspectos políticos que estão na plataforma e que foram pactuados enquanto proposições políticas e, a partir dessa recomposição feita na plataforma desses posicionamentos políticos, pensar nomes. Sendo os nomes avaliados a partir daqueles que possam conduzir esse processo. Quando diz em repensar nomes, parece que abre um mar de possibilidades, que poderia ser feita uma composição a partir dos nomes que estão, dos nomes de um grupo com os nomes do outro grupo. Pela proposta apresentada, entende que essa discussão seria feita a partir do Planejamento Estratégico. Tentará compor, tendo em vista essas 3 (três) propostas com uma proposta, que pode ser alterada, se assim se avaliar. Esse processo, inclusive o processo de pensar o Planejamento Estratégico, que imagina que de alguma forma já tentaram disparar esse processo, que pudesse ser feito com a participação de mais dois outros nomes do outro grupo dentro da Diretoria, uma espécie de Diretoria ampliada para discutir o Planejamento Estratégico. Essa seria a 4ª proposta que está colocando agora. Não se trata de uma mudança fixa, seria uma ampliação da Diretoria para pensar no Planejamento Estratégico porque está pensando, a partir do Planejamento Estratégico, que possivelmente mudanças ocorrerão e seria uma mudança para se pensar durante o Planejamento Estratégico, para que depois não se levante a questão de que o Planejamento foi feito pensando somente nos interesses de um grupo e não pensando no outro grupo. Seria, portanto, uma forma dos 2 (dois) grupos participarem da construção do Planejamento Estratégico. Está tentando compor outra proposta. Entende que se deve pensar no Planejamento Estratégico agora, entendendo que a Diretoria pudesse ser ampliada com mais 1 (uma) ou 2 (duas) pessoas desse grupo, para pensar nesse planejamento. Para que pudessem pensar juntos, enquanto Diretoria ampliada, como é que vai se dar o processo do planejamento, levando em consideração muitas falas que foram feitas durante o dia. Se o grupo entender que é uma proposta viável, que esse Planejamento

Estratégico precisa ser feito por uma empresa, por alguém que seja contratado de fora, que possa ter um olhar de fora, alguém olhe de outro lugar, alguém que não esteja aqui dentro, que veja a coisa de outro lugar, foi o assim que foi feito CFP e que trouxeram uma pessoa que nunca os viu na vida para fazer o Planejamento. Alguém que não os conhece, que não sabe quem são, pois, talvez o olhar dessa pessoa possa ser um olhar que contribua nessa perspectiva. Considerando que pode haver mudanças na Diretoria, que essa discussão, inclusive para que o planejamento estratégico possa ser feito a partir de um processo em que representantes do outro grupo possam pensar juntos com Diretoria atual. Pede que tentem compor com as propostas que conseguiu colher. Recorda as 4 (quatro) propostas apresentadas: 1ª) Recomposição da Diretoria, com os nomes que foram apresentados, mas que não se recorda, neste momento, para poder citar; 2ª) Permanência da Diretoria atual, mas com a possibilidade de rever planejamento, de rever algumas coisas que foram colocadas aqui; 3ª) Construir uma proposta que se aceita pensar e repensar nomes, mas, a partir de uma estrutura em que daqui há 2 (duas) semanas realizarão o Planejamento Estratégico e nessa ocasião, rediscutam as questões principais, prioritárias, políticas. Após rediscutir tudo isso, pensar em nomes a partir desse processo, ou seja, é uma proposta que inclui as 3 (três) coisas: o planejamento, a discussão do método e uma possível recomposição de nomes, que estariam culminando no final do mês; e, 4°) Proposta que apresentou, de complementar a última proposta, para evitar possíveis problemas, de ampliar essa discussão da Diretoria no sentido que não seja a Diretoria quem irá organizar o Planejamento Estratégico, não é uma função da Diretoria. Assim, sua tentativa de composição dessa proposta é que 1 (um) ou 2 (dois) nomes desse grupo pudessem ampliar esse grupo de Diretoria para pensar o Planejamento Estratégico, para que depois não se diga que foram somente integrantes de uma grupo que pensaram, mas que houve representação do outro grupo nesse processo. Propõe um intervalo de 10 (dez) minutos para que discutam as propostas. **63)** Ana Sandra (CFP) retoma a Plenária, solicitando para que um membro de cada grupo possa falar o que pensou, até o momento. Define-se Clarice Paulon, por um grupo, e Guilherme Raggi pelo outro. **64)** Clarice Paulon diz que a ideia era pensar essas 4 (quatro) propostas e sugerir pensar o que a gente elencou. Na verdade a proposta que apresentam é de juntar a proposta de Ana Sandra com a proposta de Rodrigo Toledo: criar uma Comissão Organizadora para o Planejamento Estratégico, com a participação de 4 (quatro) membros de cada grupo, que podem ser quaisquer 4

(quatro) membros que entendam que devem participar do grupo para pensar o Planejamento Estratégico e, como foi sugerido por Rodrigo Toledo, que se pense em método de articulações, e, a partir dessas articulações, que se elejam critérios e, a partir desses critérios, pensar em pessoas que possam ocupar os espaços, quais esses espaços, e de que forma, etc.. A proposta é, ao invés de 2 (dois), 4 (quatro) membros de cada grupo para pensar o Planejamento. Indica que Vinicius Cesca falará para complementar. **65)** Vinicius Cesca detalha que há um curto período de tempo até o Planejamento. Ele foi discutido em plenária, mas entendem que é possível fazer desta maneira, mas se trata de um curto período de tempo. A proposta, então, é que se tenha um grupo formado por 8 (oito) pessoas, para os encaminhamentos possíveis. A proposta é feita considerando que durante este Planejamento se organizarão quatro grupos e, assim, que cada um desses grupos seja coordenado por uma pessoa de cada um dos dois grupos do plenário. Seguindo, assim, a mesma lógica que se dará para a preparação do Planejamento Estratégico: oito pessoas antes e a mesma quantidade no dia do planejamento, coordenando os quatro grupos. Sobre a questão de contar com uma assessoria externa, se trata de um intervalo curto e, assim, não vislumbram a possibilidade de realizar licitação para contratação de empresa pois não haveria tempo para pensar e disparar esse processo. Mas, pensaram na possibilidade, e podem encaminhar isso do ponto de vista administrativo, sob justificativa do notório saber do processo, chamar a mesma pessoa que participou durante dois anos dessa assessoria do Planejamento na gestão passada, o que parece ser o viável, do ponto de vista do tempo. **66)** Guilherme Raggi diz se alegrar por os grupos terem pensado algumas coisas em comum. A ideia apresentada lhe parece muito boa, mas ainda há uma prioridade muito grande na troca das pessoas. Assim, apresentam a mesma proposta, mas com a troca imediata da Diretoria, e ter no grupo do Planejamento Estratégico quatro pessoas do outro grupo. **67)** Ana Sandra (CFP) pede que Guilherme explique melhor sua proposta. **68)** Guilherme Raggi diz que precisariam operacionalizar a troca, a recomposição da Diretoria, e, então, seguir com a outra proposta, exatamente como narraram, de ter uma comissão organizadora com representantes dos dois grupos e, de preferência, com uma assessoria externa. **69)** Ana Sandra (CFP) aponta que, como não há consenso em relação ao outro item da proposta, que era para repensar os nomes após o Planejamento Estratégico, reabrirá as inscrições, mas poderá direcionar um pouco, para ir checando o que está sendo colocado. Há duas propostas: uma proposta é para que a Diretoria fique da forma

como está e que seja composto um grupo de oito pessoas para que pensem o Planejamento Estratégico e para que no Planejamento Estratégico todas as questões sejam revistas, inclusive a discussão das posições dos cargos, dos lugares. Essa é uma proposta. E há outra proposta, que é de que haja mudança dos cargos de Diretoria urgentemente, e que o restante siga conforme a primeira proposta. As inscrições foram reabertas em cima dessas duas propostas. 70**)** Rodrigo Fernando Presotto entende que, na linha do encaminhamento do processo democrático, dado o horário colocado como teto, poderiam encerrar as inscrições durante esta primeira fala ou que fizessem duas defesas de cada proposta e, então, encaminhar para o processo de votação. **71)** Ana Sandra (CFP) comenta que, inicialmente, irão reconfigurar as falas e as inscrições serão garantidas em função das propostas que foram feitas pelos dois grupos. Checam os nomes inscritos: Vinicius Cesca, Evelyn Sayeg e Rodrigo Toledo. Relembra, ainda, que Rodrigo Presotto sugeriu abrir inscrições de defesa para cada proposta e, depois disso, encaminhar o processo de votação. Irá garantir as falas daqueles que estavam inscritos e pede que o grupo todo pense nas duas pessoas que defenderão as propostas. **72)** Vinicius Cesca de Lima lamenta a indisponibilidade de um grupo razoável de pessoas em construir consensos possíveis. Fica cada vez mais nítido que este nunca foi um processo de mediação, do ponto de vista de quem, supostamente, o solicitou. Até porque o apontado por Rodrigo Presotto desmascara que não é mediação, pois propõe mediação com votação, o que não é compreensível. Processo de mediação é um processo de tentativa de construção de consenso. O produto de uma mediação só é aquele que for possível ser acordado. Solicitar votação em um processo de mediação é não fazer mediação. E, neste momento, não é só fazer mediação. Identifica que o outro grupo chegou às 17h40 (dezessete horas e quarenta minutos) da tarde com nenhuma disponibilidade de diálogo, de construção de consenso, que não apresentam propostas, não se qualifica a crítica. Inclusive, agora se recusam a participar de um espaço em que isso poderia ser discutido de forma qualificada. A proposta como eles apresentam não é razoável. Não sabe quanto aos seus colegas, porque não discutiu essa possibilidade, mas ele não tem interesse nenhum de compor um espaço de suposto diálogo uma vez que essas quatro pessoas tenham assumido a diretoria. Com essas pessoas na diretoria, romperá politicamente com este grupo. Diz que não quer fazer parte, não teria se disposto, inclusive, a compor uma chapa que fosse encabeçada por Luciana Stoppa. Não iria participar desse processo, não faria campanha e não pediria voto de maneira alguma. É

irrazoável dizer que irão assumir agora e subordiná-los a um processo dizendo que foi democrático. Continua sendo um golpe. Dito isso, gostaria de apontar que existem elementos em algumas falas que sinalizaram para o que considera importante, que é a possibilidade de pensar política. Mercedes, por exemplo, fez algumas menções nesse sentido, como quando ela diz, por exemplo, a questão da licença maternidade. Isso é o que podem discutir enquanto uma mudança de política? Pode ser discutido. Aliás, isso nunca foi discutido em nenhum momento. O que se tem, concretamente, é que foi feito um acordo na mesa de negociação de condições de trabalho com o Sindicato de que isso seria discutido dentro de um espaço específico. Espaço, inclusive, composto por Mercedes, que é a Comissão de Saúde do Trabalhador (Comsat). A discussão ficou então para ser feita, na Comsat e na mesa de negociação. Mas, pondera que pode ser pensado em outra maneira. Rodrigo Presotto aponta, por exemplo, algumas questões de organização da estrutura do Orçamento Programa. É algo que pode ser discutido. A Diretoria tem total disponibilidade para discutir isso, até para colocar elementos que qualifiquem esse debate, que não seja só no campo do gostar. Conta que a mudança na estrutura do Orçamento Programa partiu por demanda das equipes técnicas, ou seja, departamento financeiro e departamento de contabilidade, que disseram ser impossível lidar com a estrutura orçamentaria que tinham e oferecem essa estrutura que usam. Comenta que podem continuar dialogando com isso, se concordam ou não. Fazer um debate qualificado é, por exemplo, trazer esses atores que não estão aqui, mas que participaram desse processo para poder qualificar. Mas, o outro grupo pondera que não gosta desse jeito, que quer mudar, mas, não qualifica o debate, não aponta outra política, não permite construir política. Há alguns elementos de falas que apontam para algo que está tentando defender desde o início desta Plenária, que é sobre a possibilidade de pensar outra política. Reafirma sua disponibilidade de fazer isso, de dissecar tudo o que foi feito na política financeira da tesouraria, e se dispõe a discutir cada um de seus atos, sem nenhum problema. Cita como exemplo uma fala de Guilherme que aponta que houve uma fala que era muito genérica e que gerou mal-estar. Indica que se desejarem que apontem cada um dos casos concretos, que ele apontará cada um desses casos. Não tem nada para esconder nesse sentido e não vai se esquivar do debate, como não se esquivou do debate até aqui. Acredita ter os elementos que justifiquem os atos que foram tomados e avalia que podem discutir erros. Tem a capacidade para fazer autocritica, tem a capacidade para fazer critica de outras ações em relação a este tema também. Podem fazer esse debate, mas ele não

está sendo feito e não vê disponibilidade para poder conversar sobre isso. Os mesmos elementos que apontam para uma possibilidade de conversa têm sido desconsiderados e desse jeito não há possibilidade de prosseguir. **72)** Evelyn Sayeg comenta que é complicado falar depois da fala do Vinícius, porque traz aquilo que ela pensa e a faz imaginar o que haveria desta data até o dia 27 (vinte e sete) que possa ser tão importante que não se deva seguir o Regimento, que diz que se deve fazer a eleição naquela data. Não fica claro para ela e não se coloca isso enquanto argumentação, quando fazem a contraproposta da contraproposta e fica evidente que não querem diálogo. Questiona por que a necessidade de se mudar imediatamente. Para ela, isso é um mistério. Agora, quando começam a entrar num diálogo e começam a identificar na fala, por exemplo, que o Rodrigo Presotto fez sobre a descentralização, começa a identificar a política e é disso que estavam falando. Mas, ou não foi possível transmitir isso na fala ou não foi possível a escuta. Mas, é disso que se está falando quando falam de discutir política. Quando falam da descentralização, quando começam a colocar essas questões em pauta, consegue entender do que estão falando, consegue identificar o que é aquilo que vêm pedindo desde o início da manhã. Se não há este consenso que acredita que seria feito, que os levaria exatamente a isso que apontou. Agora, sobre o que foi apontado por Rodrigo Presotto sobre a descentralização, pontua que se não há este consenso não vê como construir este processo de mediação/negociação que estão fazendo aqui. Registra que há a pauta, solicitada por Rodrigo Presotto, sobre o processo de trabalho das/os conselheiras/os, e que algumas vezes chegou-se até ela, mas, em consenso, decidiu-se por adiá-la. Assim como ocorreu também com a análise de conjuntura. Chegou-se ao ponto, por incrível que pareça, de não se conseguir passar dos informes da Plenária. O ponto colocado por Rodrigo Presotto foi alcançado umas duas ou três vezes, e, da última se recorda que foi proposta do próprio Rodrigo em passa-la para frente. Assim, considera complicado que se diga que não há diálogo, até porque o diálogo passa por dois lados. Se um lado quer dialogar e outro não que escutar, o diálogo não acontece. Também se um quer escutar e o outro não quer dialogar, ele também não acontece. É preciso rever e talvez seja isso que se esteja falando da autocrítica até agora. **73)** Ana Sandra (CFP) informa que seguirão para o próximo passo, que é cada grupo escolher duas pessoas para fazerem a defesa de sua proposta e que as falas se concentrem na defesa das razões para que a proposta que defendem deve ser escolhida. Pode ser feito de forma alternada, para não ficar dois de

um grupo e depois dois de outro. **74)** Clarice Paulon defende a permanência da proposta como acordaram há pouco tempo, justamente pelo fato de que desde o início da composição da chapa a estratégia era de composição dos eixos de ação. Sempre se discutiu primeiro a composição do projeto politico e da forma como iriam exercer esse projeto político, para depois pensar em critérios e, somente depois, se pensavam em pessoas para ocupar esses lugares. Alterar essa ordem, ou seja, escolher as pessoas para depois exercer o projeto politico que não está definido lhe dá a impressão de que fica uma proposta pessoalista. Uma proposta, como já afirmou algumas vezes nesta tarde, parcial e ofensiva em relação ao outro grupo e que gera uma ruptura permanente e escancarada, o que impossibilita qualquer forma de diálogo, considerando que é uma proposta que não parte de nenhum processo de comunicação dialética entre um grupo e outro grupo. Ou seja, não fazem síntese. Apenas pegam dois grupos fechados. Mas, seu grupo propõe, inclusive, que permaneçam todas as Comissões até então colocadas, inclusive a Comissão de Orientação e Fiscalização com o Guilherme Raggi, a Comissão de Direitos Humanos com o Reginaldo Branco e a Comissão de Políticas Públicas com a Beatriz Brambilla. Ou seja, atualmente as Comissões do CRP estão presididas por ambos os lados, o que está evidente pelos nomes. E, antecipar a recomposição de Diretoria antes do restabelecimento de uma articulação de projeto político é, para ela, pessoalismo e ofensivo. **75)** Regiane Aparecida Piva cita que vieram hoje de uma conversa bem difícil. Diz que está se referindo a como chegaram e por que defenderam essa proposta, onde foram acusados de golpe. Não enxergam que estão dando um golpe. Eram 30 (trinta) eleitas/os, agora são 29 (vinte e nove) eleitas/os e pensar os nomes vem antes disso. Os nomes foram pensados naquele momento da chapa e estão propondo troca de lugares, porque o direito de estar nos lugares é de todos deste Plenário, só se deve seguir a regra de titularidade porque isso é Regimental, para estar na diretoria tem que ser titular. Possuem uma proposta e começam dizendo que são dois grupos, porque os dois grupos estão pensando de formas muito diferentes. Têm uma proposta de nomes deste Plenário e acha ofensivo quando um colega diz que não estaria, não comporia nem a chapa se esta pessoa estivesse na diretoria, porque, na verdade, essa pessoa pode estar na diretoria a qualquer momento e aguardaram a plenária de setembro por ser regimental. Queriam que este momento de mediação tivesse ocorrido anteriormente a estarem em uma plenária regimental de propor a troca de Diretoria. Mas, não foi possível e não é culpa de ninguém. Qualquer um desses nomes que

propuseram tem o direito regimental e tem direito porque também foi eleita/o e porque também representa uma fatia do estado que é o de São Paulo. Também, porque está propondo fazer um trabalho que foi proposto também de recomposição. Qualquer fala ao contrário disso lhe parece violenta, porque qualquer um dos nomes propostos faz parte deste plenário e foi eleita/o. São 29 (vinte e nove) conselheiras/os e lhe parece uma arrogância se dizer melhor que o outro. Por que não ter a Luciana Stoppa na presidência? Por que não qualquer um desses nomes que citaram? É um direito, é regimental que a gente possa fazer a recomposição da Diretoria na plenária de setembro. Agora, podem fazer a recomposição da Diretoria a qualquer momento, é só propor. Aguardaram a plenária de setembro por ser regimental. **76)** Beatriz Brambilla concorda que é realmente difícil e queria retomar uma coisa que disse: que seguiram a plataforma, seguiram as diretrizes do COREP. O projeto, em tese, é o mesmo. Têm as mesmas bandeiras de defesa, uma luta histórica de um posicionamento, inclusive, do que é a Psicologia. Estão propondo, neste momento, diante da extrema dificuldade, principalmente das relações, de como elas estão sendo postas. Acha que isso fica explicitado pelo método que estão escolhendo e estão o tempo todo falando de método. Querem construir estratégias de democratização da informação de outros processos decisórios, inclusive tomada de decisão de como pensar essas questões de outras formas. Essa é a discussão que estão fazendo e, para isso, entendem que é impossível fazer da maneira como está posto neste momento. Defendem o nome de Luciana Stoppa, que é pessoa que tem muita responsabilidade no que está fazendo, que tem mudado inclusive a história recente com relação às questões das pessoas com deficiência e que tem legitimidade. Diz que quem esteve na reunião do Núcleo de Pessoa com Deficiência poderia ter visto isto. Acha muito complicado esse processo de desqualificação. Então, neste momento, para eles, não há outro caminho que não este de recomposição da Diretoria e construção de outros caminhos dialógicos e democráticos para a gestão. **77)** Vinícius Cesca de Lima cita que irá na mesma linha de alguns dos elementos trazidos por Clarice. Aquilo que vem defendendo desde a manhã. Regiane conta sobre um processo em abstrato, citando “todo mundo pode”, como se fosse assim. Ignora todo o processo de composição da chapa, dos acordos que tornaram possível esta composição. Ao contrário do que a Beatriz Brambilla aponta, não há uma unanimidade em relação à concepção do projeto político, isso não existe. Não está dado dessa forma. Quer que se explicite o porquê desses nomes, porque se forem fazer essa discussão, gostaria de discutir. Entende que esses quatro

nomes não representam o projeto político que foi apresentado para a categoria e que foi eleito. E essa é uma discussão legítima de ser feita. Regiane Aparecida Piva aponta que sente como se fosse ofensivo, mas é algo que pode ser debatido e que gostaria de debater, porque entende que os quatro nomes apresentados não representam o projeto político eleito. Entende ser uma discussão legítima de ser feita, mas que está se negando a possibilidade de um espaço para isso. Nesse sentido, recorda como fizeram a discussão de construção da chapa. Pontua que está recuperando como de fato se deu o processo: discutiram quem seria o cabeça de chapa, depois a composição dos 4 (quatro) nomes da diretoria e a indicação para a Comunicação. Depois, as 9 (nove) ou 10 (dez) coordenações de subsedes e depois compuseram os outros nomes. Isso construiu um acordo que os trouxe até este momento. Questiona agora ser rompido este acordo simplesmente porque se quer, porque alguém quer e se recusa a dizer o porquê. Fica na mesma expectativa de Ed, de ver qual a defesa desses quatro nomes, das razões de serem esses quatro nomes e não outros nomes, de falarem qual é a política alternativa. O que se propõe é um vazio de debate, não tem nada, não tem um elemento colocado. A proposta que seu grupo aceitou fazer é aquela que permitiria alguma discussão sobre esta política, alguma discussão do projeto a ser apresentado, do por que essas pessoas representariam melhores possibilidades de execução desse projeto do que aquelas que hoje estão não só neste lugar de Diretoria, mas também nas Comissões de Ética e de Orientação e Fiscalização. Mas, o outro grupo nega a possibilidade de discussão. Fala por ele e pelos seus colegas que a expectativa que tinham era da possibilidade de construir algum consenso. Mas, depois desse processo, da maneira como está se dando hoje, entende que não será possível ter diálogo nunca mais. É um rompimento, mesmo! Em todos os sentidos. Não haverá diálogo nunca mais se o golpe que o outro grupo anuncia se efetivar como está sendo anunciado. Negam a possibilidade do diálogo, sob o disfarce de que queriam um processo de mediação, que é um processo em que se pressupõe negociação, em que se pressupõe construção de consensos, de alcance do meio, mediação enquanto processo de buscar o médio. Nada disso aconteceu. Não houve essa disponibilidade e vislumbram, nas propostas que foram apresentadas, que essa era a única que permitiria minimamente qualificar esse debate para além de uma discussão fisiológica de quem ocupa cada cargo. **78)** Rodrigo Presotto diz que será breve, em virtude de terem feito, a partir da fala que Regiane concedeu para a Beatriz Brambilla, a defesa no sentido daquilo que vêm construindo. A única coisa que gostaria

de salientar neste momento é que, primeiro, não partiram de um grupo político diferente. Estão, a partir daquilo que Beatriz trouxe, dentro de bandeiras que são defendidas por todas/os historicamente e, a partir da plataforma de gestão, e entende que durante um ano estiveram com essa composição, trabalhando nesse sentido. Situações problemáticas à parte, estão aqui sustentando isso, até neste momento em que têm propostas diversas. A partir, também, de um processo que, infelizmente, não se deu, chegaram à circunstância que Vinicius fala. Mas, também, através de muitas outras pessoas que estão nesse plenário, que não só o Vinicius. Outras pessoas também se colocam na mesma condição. Caso não consigam pensar em um encaminhamento que possa, ao menos, dar a possibilidade de membros deste plenário conseguirem abrir frentes para que consigam estabelecer um processo que, de fato, busca uma reparação, que busca encontrar uma alternativa no sentido da linha do meio, para que se consiga dar continuidade aos dois anos que restam de gestão e é um apelo que faz, inclusive para o outro grupo, de que permaneçam com o plenário. Cada um tem uma forma de pensar, mas, independentemente disso, sempre estiveram compondo nos diferentes espaços, mesmo nas situações mais problemáticas. Acredita que Luciana Stoppa dos Santos, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Suely Castaldi Ortiz da Silva e Maria Rozineti Gonçalves sejam conselheiras/os que têm demonstrado bastante capacidade dentro das ações que desenvolvem dentro de suas comissões e também dentro das ações do Conselho e acha que, nesse sentido, a colaboração de Vinícius é essencial, assim como a colaboração de todos que estão aqui também é essencial do ponto de vista do encaminhamento da continuidade da gestão e pode ser que, daqui alguns meses, cheguem a uma conclusão de pensar e rever esse processo que neste momento estão disparando, pois, como a Regiane Piva trouxe, a qualquer momento podem pensar na perspectiva de revisão daquilo que encaminharam. **79)** Ana Sandra (CFP) diz que seu lugar é complicado. Houve falas de que a posição de quem se propõe a este lugar de fazer mediação é tentar sempre a perspectiva de um ponto de intersecção, de compor junto, resgatando muito brevemente todas as falas. Há uma questão que, de acordo com a forma como encaminharam, precisaria ser colocada diante de um processo de votação e fica tentada, não sabendo se pode, a não abrir mão do movimento de tentar uma composição de algo que pudesse ser possível, entendendo a importância de todas/os nesse processo. Pede que considerem esse grupo de 8 (oito) pessoas porque é algo que se tem um consenso e gostaria de fazer uma junção a esse grupo de oito pessoas. Não conversou aqui, mas há a pessoa

que fez esse processo de Planejamento no Conselho Federal e que surpreendeu a todos. Não é um amigo de alguém do CFP e não se tem relação com ele de nenhum outro espaço, mas queria fazer a tentativa de composição, para que pudessem começar a partir desta data esse grupo de 8 (oito) pessoas e acrescentando o Marcio Cruz, que é a pessoa que fez o trabalho de Planejamento e se colocando à disposição, enquanto Conselho Federal, desse grupo para permanecer nesse processo, tentando construir junto, a partir desta data, dentro dessa perspectiva de uma Diretoria mais ampliada. Diz estar fazendo uma sugestão, mas que gostaria de ouvir os demais presentes sobre isso, entendendo que essa definição da Diretoria irá acontecer, mas que pudessem fazer esse movimento de ampliação antes. **80)** Ed Otsuka diz que não entende que seja completamente um consenso no grupo, mesmo que agora seja de portas fechadas, porque é quase uma sinalização de fechar as portas ou realmente fechar. Não sabe, pelo que está vendo, que haja esse consenso, mas há essa abertura para esse acordo. Não sabe o que estão repensando, se precisam pensar melhor. Porque realmente fica difícil apressar esse processo, pois acabam perdendo a oportunidade de qualquer construção. É uma coisa que depois não tem volta e está vendo que há pessoas que tendem a manter alguma possibilidade aberta. **81)** Ana Sandra (CFP) diz que gostaria de só deixar posto que se a decisão for a decisão de uma mudança imediatamente, o CFP precisará se retirar, porque, regimentalmente, isso é feito pelo Regional e o CFP não tem parte nisso. Permanecerão enquanto estão nesse diálogo, mas se a decisão, a votação for por um processo de mudança, efetivamente, então precisarão deixar para que o Regional faça isso sem eles. Não é um processo do Federal e não querem interferir nisso. Questiona se deve se encaminhar o processo de votação. **82)** Ed Otsuka diz que vê como a única possibilidade, onde não há o porquê de fecharmos essa porta agora, que é preciso pensar, têm que ser responsáveis com o CRP e com a categoria. Não podem tomar esse tipo de decisão, de ruptura completa e está vendo que não é um consenso do grupo. Entende que devem pensar e é um tempo para poderem discutir e amadurecer melhor essa questão, porque as coisas estarão colocadas se for encerrada a questão. **83)** Regiane Aparecida Piva pontua que foi agendada uma plenária nesta data e feito convite para o CFP participar. Trata-se de uma Plenária e é durante a Plenária de setembro que estão propondo isso. Portanto, é uma proposta efetiva, uma proposta regimental, que é a proposta de mudança de Diretoria. Mas, se a mesa não pode ser composta pelo CFP e tem que ser composta pela Diretoria, podem recompor e pedir

que façam a ata. Mas, existe uma proposta deste grupo, que está unânime nessa proposta. Há consenso de seu grupo na recomposição da Diretoria e se trata de um dia de plenária, em que foram convocados, aprovaram esta data como Plenária na aprovação do calendário. Entende que a tentativa de não fazer isso neste momento é muito complicada. **84)** Ana Sandra Nóbrega (CFP) verifica se a mesa entendeu, para poder se posicionar. Questiona se é a posição do grupo. Seu entendimento é que o grupo não aceita essa perspectiva de uma composição para o final do mês, o grupo entende que essa recomposição precisa ser feita neste momento. Enquanto Conselho Federal, precisam se retirar, para que o plenário do Regional possa fazer esse processo, porque esse processo de mediação entre dois grupos se finda neste momento. É o entendimento de que continuarão, pois o pacto é com a gestão e precisam fazer o que for possível para garantir a gestão, para garantir o projeto e espera que o Regional possa fazer da melhor forma possível. Para finalizar a participação do Federal, agradece pela oportunidade e pede desculpa por qualquer coisa. Trata-se de uma situação espinhosa, delicada e deseja que encontrem uma forma, um jeito, um método, uma forma de fazer. A ajuda do CFP no que se refere ao Planejamento e a todo o resto se mantém. **85)** Rogério Giannini (CFP) questiona se o que Ana Sandra coloca é da compreensão de todos. O papel do CFP nesta ocasião é no processo de mediação. Com a expectativa da possibilidade de composição e a impossibilidade disso, que ficou indefinido agora, o CFP não tem mais um papel de mediador em relação a nada. O restante, o compromisso do Conselho enquanto instituição pela manutenção e pelo fortalecimento da integridade da capacidade de fazer disputas na sociedade do conjunto do Sistema Conselhos segue, como sempre. E, de qualquer forma, havendo possibilidade, em algum outro momento, o Conselho será chamado para algum possível processo de mediação, o CFP sempre estará disponível. Neste momento se encerra o dever institucional do CFP. Tudo que acontecer a partir de agora é uma decisão do plenário nesta 1991ª Plenária. **86)** É recomposta a mesa diretora da plenária. Aristeu Bertelli da Silva inicialmente lamenta o fato de não terem conseguido, de fato, alcançar um consenso nessa discussão e que tenha se encerrando esse período de tentativa de negociação, de mediação. Com relação à pauta de recomposição, diz que ela não encontra escoro regimental para que seja feita nesta data e que, portanto, não a realizarão. Não chamará essa recomposição que está sendo solicitada por um dos grupos, pois ela não encontra escoro regimental para que seja realizada na data de hoje e ela será realizada

seguindo estritamente aquilo quanto consta em legislação, recordando que a Lei n.º5766/71 estabelece o mandato de uma Diretoria por um ano e o Regimento não pode, de maneira alguma, mudar a Lei. O Regimento não se sobrepõe a uma lei, recordando que a Resolução CFP n.º 16/2001 - o Regimento Interno - fala em setembro, mas não fala se deverá ser em uma Plenária Ordinária ou mesmo Extraordinária, não sobrando essa possibilidade de ser somente em uma Plenária Ordinária. Recorda ainda que a Resolução do Conselho Federal de Psicologia n.º 03/2007 fixa a data de 27 de setembro. Sendo ela uma norma posterior, ela revoga a Norma anterior que existia até então, datada de 2001. Então, não havendo escoro regimental para que se coloque esse processo de votação hoje, este não será realizado. Não convocará este processo. **87)** Marcio Magalhães da Silva diz que não saberá dizer, exatamente, em que mês, mas que se recorda que Aristeu Bertelli uma vez disse que, a não ser no caso de alguém do plenário apresentasse – dizendo que Aristeu utilizou esta palavra - um “voto de desconfiança” em relação à Diretoria, permaneceria na presidência do Conselho até setembro. Não sabe o que é tudo isso que estão fazendo, não sabe exatamente o que Aristeu chamou de ‘voto de desconfiança’, mas o que estão dizendo é que a recomposição pode ser feita a qualquer momento, que existe essa previsão. Está pedindo esclarecimento. Gostaria de dizer - acha que não está claro - o porquê é importante para ele a mudança da composição da Diretoria. Justifica que, se não colocarem em votação isso nesta data, e diz que isso não é uma ameaça, não pisará mais neste Conselho. Renuncia nesta data e pede que isso seja incluído na pauta e seja aprovada, nesta data, sua renúncia caso não se coloque em votação a recomposição da Diretoria. Não é se não recompuserem, mas se não colocarem em votação, pois acredita que é o mínimo que deve ser feito. Não irá justificar neste momento e pede que esclareçam em que momento deve fazer isso. **88)** Aristeu Bertelli da Silva pede que o conselheiro Marcio Magalhães encontre o respaldo jurídico que achar conveniente, justo e necessário e que siga os procedimentos necessários, se quiser, porventura, representar sua renúncia. Insiste que não há escoro regimental para que seja feita essa votação nesta data. Não há! Quer que se busque a informação e se traga exatamente aquilo que é dúvida e então poderão discutir. Fora isso, não puxará uma votação nesta data. **89)** Regiane Piva comenta que aprovaram, conforme já falou, em um momento de mediação, o calendário da plenária de setembro. Foi proposto por esta Diretoria e este plenário aprovou. É hoje! Nesta data é a plenária com data de setembro aprovada por

este Plenário. Está propondo que se vote a recomposição. Ela, conselheira, junto com um grupo de mais de 16 (dezesseis) que estão aqui - se desejarem pode falar nominalmente quem são essas pessoas -, estão propondo que seja votada a recomposição de Diretoria. Entende ser legítimo, pois no Regimento diz que é na Plenária de setembro. Essa Plenária de setembro foi proposta por esta diretoria e a aprovada por este Plenário. Quer que isso entre em votação. **90)** Aristeu Bertelli da Silva comenta que isto não será colocado em votação. Esta Plenária é ordinária, mas nada impede que a presidência se reserve ao exercício discricionário de convocar uma Plenária extraordinária e específica para isso. Insiste que Regiane busque o remédio jurídico que achar melhor e mais conveniente. Hoje, não colocará em votação a eleição/recomposição de Diretoria. O grupo não possui escoro regimental nessa proposta. Isso não será feito e será feito única e exclusivamente em plenária posterior e extraordinária. **91)** Beatriz Mattos solicita que peguem todas as legislações, para estudar todos junto. Irão checar se não há mesmo escoro jurídico para colocar em votação, pois é em setembro. **92)** Aristeu insiste que não há escoro jurídico. **93)** Beatriz Mattos dirige-se a Aristeu, dizendo que essa é a razão de quererem tirá-lo da Diretoria. **94)** Aristeu Bertelli da Silva reafirma que não há escoro jurídico e que não irá lidar com essa chicana. E diz que, no uso da discricionariedade do exercício da presidência, está encerrando a plenária. **95)** Apesar da declaração de encerramento, Rodrigo Presotto toma a palavra para afirmar que o Plenário é soberano, que Aristeu terá que manter e encaminhar. Pontua que Aristeu também busque o remédio jurídico que não permita essa possibilidade. Gostaria de ser esclarecido. **96**) Vinicius Cesca de Lima faz a leitura do Regimento interno do CRP SP, aprovado pela resolução CFP n.º16/2011, artigo n.º 11: “São atribuições do presidente do Conselho Regional de Psicologia dentre outras legalmente conferidas", inciso VII: "presidir, suspender adiar e encerrar as reuniões.” Encerrar reuniões é competência da presidência e, portanto, está plenária ordinária já foi declarada encerrada. **97**) Rodrigo Presotto solicita que se registre que, nesse momento, ainda afirma que a plenária é soberana e que devem permanecer. Que, nesse momento, há um desacato por parte da diretoria e terão que pensar em um encaminhamento que seja conveniente nesse momento do coletivo. **98**) Vinicius Cesca de Lima solicita **questão de ordem** para afirmar que esta plenária não é soberana para alterar resolução do CFP. Estão falando de uma resolução do Conselho Federal de Psicologia e esta plenária não altera esta resolução. Gostaria de ler outro item, caso alguém tenha este interesse. O regimento interno do CRP é de

2001 e há uma resolução do CFP de 2007, a 03/2007, que, em seu artigo 6º, estabelece a data da eleição e esta data não é dois de setembro. Então, é isso. Esta resolução expressamente possui cláusula revogatória em que se revogam disposições em contrário. Então, quando este regimento estabelece setembro de forma genérica, isso não tem validade uma vez que a resolução de 2007 revogou essa disposição em contrário e estabeleceu outra data para que isso aconteça. A data é 27 de setembro. Nada mais havendo a tratar, o senhor conselheiro presidente deu por encerrada a sessão às 18 horas e 30 minutos, da qual eu, conselheiro secretário em exercício, Vinicius Cesca de Lima, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada por todas/os as/os presentes. São Paulo, dois de setembro de dois mil e dezessete.

Andrea Mataresi	Aristeu Bertelli da Silva
Camila Teodoro Godinho	Clarice Pimentel Paulon
Evelyn Sayeg	Guilherme Rodrigues Raggi Pereira
Luciana Stoppa dos Santos	Maria das Graças Mazarin de Araújo
Maria Rozineti Gonçalves	Monalisa Muniz Nascimento
Regiane Aparecida Piva	Reginaldo Branco da Silva
Rodrigo Toledo	Suely Castaldi Ortiz da Silva
Vinicius Cesca de Lima	Beatriz Borges Brambilla

Conselho Regional de PSICOLOGIA SP

Beatriz Marques Mattos	Bruna Lavinas Jardim Falleiros
Ed Otsuka	Edgar Rodrigues
Ivana do Carmo Souza	Ivani Francisco de Oliveira
Magna Barboza Damasceno	Márcio Magalhães da Silva
Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri	Mary Ueta
Maurício Marinho Iwai	Rodrigo Fernando Presotto